

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS



Planos de emergência para bibliotecas

**Um estudo na Biblioteca da Faculdade de Letras da
Universidade de Lisboa**

Andreia Isabel Ilhéu

Relatório de Estágio para a obtenção do Grau de Mestre em
Ciências da Documentação e Informação

2017

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS



Planos de emergência para bibliotecas

**Um estudo na Biblioteca da Faculdade de Letras da
Universidade de Lisboa**

Andreia Isabel Ilhéu

Relatório de Estágio para a obtenção do Grau de Mestre em
Ciências da Documentação e Informação

Relatório orientado pelo Prof. Doutor Carlos Guardado da Silva e
coorientado pelo Mestre Jorge Revez

2017

Resumo

O presente relatório foi elaborado com o objetivo de analisar a capacidade de prevenção e resposta das bibliotecas a uma situação de desastre, pretendendo investigar a preparação dos espaços, das coleções, das equipas de colaboradores e dos utilizadores para enfrentar situações de emergência. O estudo centrou-se no caso da Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL) e beneficiou de um contato direto com a realidade desta instituição, em virtude de um período de estágio. O resultado final traduz-se na elaboração de um Plano de Emergência para a Biblioteca da FLUL, com base na revisão da bibliografia sobre o tema e numa observação e recolha de informação no universo da biblioteca.

São reveladas algumas das suas fragilidades em termos de segurança, e é com base nesses elementos que se procurou elaborar um Plano de Emergência que se aproximasse o mais possível dos modelos enquadrados na legislação, mas também adequado à realidade e às possibilidades da Biblioteca da FLUL.

O trabalho focou-se nas ações a desencadear de acordo com os riscos considerados mais frequentes e que constituem maior preocupação para os funcionários da biblioteca. Através da observação, da análise documental, dos inquéritos por questionário e por entrevista, foi possível recolher a informação necessária para proceder a um balanço crítico e desencadear a elaboração do plano.

Destaca-se a importância da existência de uma equipa de emergência com funções definidas e a relevância da realização de ações de formação para todo o efetivo da biblioteca.

O trabalho revela ainda que ainda não é reconhecida a devida importância ao tema.

Palavras-chave: Avaliação de Riscos; Biblioteca; Desastres; Plano de Emergência; Segurança

Abstract

The purpose of this report is to analyze the prevention and response capacity of libraries to a disaster situation, with the aim of investigating the preparation of facilities, collections, staff and users to deal with emergency situations. The study focused on the case of the FLUL Library and benefited from a direct contact with the reality of this institution, due to a period of internship. The final result is the elaboration of an Emergency Plan for the FLUL Library, based on the revision of the bibliography on the subject and an observation and collection of information in the universe of the library.

Some of its fragilities are revealed in terms of security, and it is on the basis of these elements that an Emergency Plan was drawn up one that would be as close as possible to what is required by legislation but also appropriate to the reality and possibilities of the FLUL Library.

The work focused on the actions to be undertaken according to the risks considered more frequent and of greater concern to library staff. Through observation, documentary analysis, questionnaire and interview surveys, it was possible to gather the necessary information to make a critical assessment and trigger the preparation of the plan.

It is important to emphasize the existence of an emergency team with defined functions and the importance of carrying out training actions for the entire staff of the library.

The work also reveals that the importance of the topic is not yet recognized.

Keywords: Risk Assessment; Library; Disasters; Emergency Plan; Security

Dedicatória

Dedico este trabalho à minha mãe, ao meu pai e ao meu namorado.

Agradecimentos

Embora um relatório de estágio seja, pelo seu propósito académico, um trabalho individual, existem contributos que não podem, nem devem deixar de ser mencionados.

Gostaria de expressar os meus sinceros agradecimentos a todas as pessoas que se disponibilizaram e contribuíram para o sucesso, concretização e conclusão deste trabalho.

Queria agradecer ao Professor Doutor Carlos Guardado da Silva e ao professor Mestre Jorge Revez por terem aceitado orientar o meu trabalho.

Ao Professor Doutor Carlos Guardado da Silva meu orientador, pelas críticas, sugestões e orientações feitas ao longo destes últimos meses, mostrando, desde início, um enorme interesse pelo tema.

Ao professor Mestre Jorge Revez, meu coorientador, pelo tempo dedicado assim como, pelos seus conselhos, interesse, disponibilidade, orientação, apoio e dedicação que serviram de guia no decorrer deste relatório.

Ao Dr. Pedro Estácio dos Santos pelo tempo, dedicação e orientação e a oportunidade de poder concretizar um estágio na Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, que contribuiu para a minha formação académica.

Devo também agradecer a todos os funcionários da Biblioteca por se disponibilizarem para responder aos inquéritos entregues durante a realização do estágio, contribuindo assim para o desenvolvimento do trabalho.

Agradeço a Deus por me ter guiado ao longo destes anos, mas especialmente no decorrer destes meses.

Por fim agradeço à minha mãe, ao meu pai e ao meu namorado.

Sumário

Resumo	iii
Abstract.....	iv
Dedicatória.....	v
Agradecimentos	vi
Índice de Figuras	9
Índice de Tabelas	11
Introdução	13
1. Objetivos e Metodologia	15
1.1. Objetivos	15
1.2 Metodologia	15
2.Revisão de Literatura.....	20
2.1 Enquadramento do tema.....	20
2.2 Definição de conceitos	22
2.2.1 Avaliação de Riscos	22
2.2.2 Prevenção	26
2.2.3 Tipos de Desastres	31
2.2.4 Plano de emergência	36
2.2.5 Equipa do plano de emergência	41
2.2.6 Formação.....	45
2.2.7 Resposta	48
2.2.8 Recuperação	49
3.Análise de Dados	51
3.1 Análise documental.....	51
3.2 Observação do edifício e das condições de funcionamento.....	53
3.3 Inquérito por questionário	64
3.4 Entrevista	76
4. Discussão de Dados	82
Conclusão	95

Referências bibliográficas	98
Apêndices	104
1. Inquérito	105
2. Guião da Entrevista	112
3. Protocolo de Entrevista	116
4. Relatório sucinto, feito a partir das notas tiradas durante o período de observação	126
5. Ações de Formação	127
6. Exemplo de Simulacro de Incêndio	128
7. Plano de Emergência para a Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa	130

Índice de Figuras

Figura 1. Instruções de utilização do extintor	55
Figura 2. Extintor perto da saída de emergência.....	55
Figura 3. Etiqueta do extintor.....	56
Figura 4. Placas de sinalização fotoluminescentes.....	57
Figura 5. Placas de sinalização com visibilidade de vários ângulos.....	57
Figura 6. Sinalização do material de combate de incêndio.....	58
Figura 7. Planta de emergência.....	59
Figura 8. Porta de saída de emergência com portas corta-fogo.....	60
Figura 9. Porta de saída normal.....	60
Figura 10. Detetor de monóxido de carbono.....	61
Figura 11. Camara de vigilância no acesso ao depósito.....	61
Figura 12. Camara de vigilância na Sala de Leitura.....	62
Figura 13. Porta de entrada para o <i>bunker</i>	62
Figura 14. Interior do <i>bunker</i>	63
Figura 15. Cadeira elevatória.....	63
Figura 16. Planta de emergência do piso -1.....	87
Figura 17. Sinalização de caminho de evacuação alternativo.....	88
Figura 18. Término de caminho de evacuação alternativo.....	88
Figura 19. Os caminhos não estão desobstruídos.....	89
Figura 20. Saída de emergência com mesa a obstruir a passagem.....	90
Figura 21. Porta com barras antipânico.....	91
Figura 22. Suporte vazio de placa de sinalização de emergência.....	91
Figura 23. Saída de emergência onde se verifica entrada de água em situações de chuva intensa.....	92
Figura 24. Falta de sinalização do quadro elétrico.....	93

Figura 25. Localização do edifício da Biblioteca e possíveis acessos dos meios de socorro.....	134
Figura 26. Ponto de encontro	144
Figura 27. Como utilizar um extintor.....	150
Figura. 28. Suporte básico de vida.....	151

Índice de Tabelas

Tabela 1. <i>Valor Médio ou Desvio Padrão de Resposta a danos causados por desastres nos Materiais de Bibliotecas</i>	34
Tabela 2. Idade e Sexo dos inquiridos.....	64
Tabela 3. Plano de Emergência.....	65
Tabela 4. Obras no Edifício.....	66
Tabela 5. Riscos Prováveis.....	66
Tabela 6. Reação face a emergências.....	67
Tabela 7. Acondicionamento.....	68
Tabela 8. Formação.....	68
Tabela 9. Equipamentos de combate a incêndios.....	69
Tabela 10. Controlo do equipamento.....	69
Tabela 11. Simulacros.....	70
Tabela 12. Simulacros/Cenários e utilidade.....	71
Tabela 13. Meios de melhorar a resposta.....	71
Tabela 14. Planta de Emergência.....	72
Tabela 15. Planta de Emergência/Localização/Conhecimento/Leitura.....	72
Tabela 16. Saídas e Portas de Emergência.....	73
Tabela 17. Sistema elétrico, regras de Segurança e equipas de Segurança.....	74
Tabela 18. Experiência em Segurança e equipamentos de combate a incêndio.....	74
Tabela 19. Caixa de Primeiros Socorros.....	75
Tabela 20. Periodicidade de realização de simulacros.....	84
Tabela 21. Categoria de risco da utilização-tipo XI.....	85
Tabela 22. Identificação geral da biblioteca.....	134

Tabela 23. Categoria de risco da utilização-tipo XI.....	136
Tabela 24. Fatores de risco considerados	138
Tabela 25. Instruções gerais.....	146
Tabela 26. Entidades a contactar em caso de emergência.....	153

Introdução

O presente relatório de estágio tem como tema geral de investigação os planos de emergência para bibliotecas, com principal incidência na Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

A escolha do tema nasceu de duas motivações de carácter distinto. A primeira motivação está relacionada com o facto de ter apresentado no anterior ano letivo dois trabalhos que envolveram o funcionamento da Biblioteca da FLUL. O conhecimento adquirido na altura, que veio enriquecer a visão que tinha da biblioteca como mera utilizadora, foi uma motivação para escolher um tema que viesse complementar os meus conhecimentos.

A par desta motivação, porque a segurança é uma preocupação constante, surgiu a ideia de elaborar um trabalho em que pudesse incluir estas duas motivações.

Assim, este trabalho tem como objeto de estudo os planos de emergência das bibliotecas face a desastres, prestando particular atenção ao caso da Biblioteca da Faculdade de Letras de Lisboa.

De modo a aprofundar e a orientar o estudo do tema que este trabalho se propõe tratar, foram colocadas as seguintes questões:

- Quais os tipos de desastres mais frequentes?
- Qual a importância dos planos de emergência nas bibliotecas?
- Qual o conteúdo de um plano de emergência eficaz?
- A Biblioteca da Faculdade de Letras possui um plano de emergência?
- Quais as fragilidades da Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa face a desastres?
- Quais os riscos de maior probabilidade de ocorrência para a Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa?
- Qual o plano mais adequado para a Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa?

A procura de respostas a estas questões serviu de orientação para toda a investigação, a par de uma recolha de material bibliográfico adequado a este estudo.

Pretendeu-se com este trabalho fazer uma chamada de atenção para a importância de tomar todas as medidas de segurança que possam evitar ou minimizar os estragos de um possível desastre, assim como se pretendeu demonstrar que um plano de emergência poderá contribuir não só para a segurança de pessoas, mas também do património. Um dos objetivos foi também acentuar a importância da formação na área de segurança, condição absolutamente indispensável para, em caso de necessidade, poder pôr em prática o plano de emergência.

Para dar cumprimento aos objetivos deste Relatório de Estágio, dividiu-se o trabalho em quatro capítulos.

No primeiro foi feita uma descrição dos diversos métodos utilizados para responder a cada um dos objetivos colocados e uma justificação dos métodos escolhidos, assim como a devida fundamentação.

No segundo capítulo, Revisão de Literatura, fez-se uma divisão em dois subcapítulos, *Enquadramento do tema e Definição de conceitos*. Este último subcapítulo foi dividido em oito partes distintas, em que se analisam, com a devida fundamentação, os conceitos relacionados com o tema do trabalho.

O terceiro capítulo, no qual é feita uma *Análise de Dados* recolhidos, é subdividido em quatro partes. Começa-se por uma análise documental, em que se refere não só a legislação, mas também a restante documentação consultada. Em seguida são analisados os dados recolhidos durante o Estágio na Biblioteca da FLUL. Em primeiro lugar, os que resultaram da observação das instalações e do funcionamento do edifício e nas duas últimas partes é feita uma análise do inquérito e da entrevista

No último capítulo, *Discussão de Dados* tenta fazer-se um cruzamento dos dados, procurando daí não só tirar algumas conclusões, mas também apontar certas fragilidades da Biblioteca em questões de segurança e sugerir algumas alterações que poderão contribuir para inverter essas mesmas fragilidades.

Se por um lado se consideram alcançados os objetivos deste relatório, existem, no entanto, resultados, que embora expectáveis, não dependem apenas deste trabalho. De facto, a elaboração de um Plano de Emergência não assegura por si só uma contribuição para uma maior segurança na Biblioteca em caso de desastre. É indispensável que todos os colaboradores se envolvam na execução do plano e que recebam toda a formação necessária para que tal seja possível.

1. Objetivos e Metodologia

1.1. Objetivos

O objetivo principal deste trabalho é analisar o processo de elaboração de um plano de emergência para bibliotecas, como uma das medidas preventivas essenciais na reação face a desastres.

objetivos específicos são:

- Identificar a relevância das medidas de prevenção de modo a minimizar eventuais desastres;
- Conhecer e aplicar os métodos de avaliação de riscos;
- Identificar os diversos riscos/desastres;
- Construir e apresentar um plano de emergência adequado à Biblioteca da FLUL.

1.2 Metodologia

Apresentados que estão os objetivos, importa agora explicar os métodos que permitiram encontrar as respostas necessárias para alcançar esses mesmos objetivos.

Começando por uma recolha bibliográfica nas fontes disponíveis, foi elaborada uma revisão da literatura.

Nessa revisão de literatura foi recolhida informação que permitiu ter uma base de conhecimento nas quatro áreas relativas aos objetivos específicos apresentados. Os vários autores consultados puderam ser assim utilizados como uma base teórica sobre medidas de prevenção, desastres, avaliação de riscos e elaboração de um plano de emergência para bibliotecas.

Feita a revisão de literatura, foi então possível selecionar os métodos de investigação.

De acordo com Hill e Hill (1998, p. 15), a entrevista e o questionário são as técnicas mais vulgarmente utilizadas, sendo que o questionário tem ainda a vantagem de ser mais fácil de aplicar e de analisar de um modo quantitativo.

Deste modo, foi realizado em contexto de estágio profissional um estudo empírico qualitativo. Foram utilizadas três técnicas de recolha de dados: observação das infraestruturas (incluindo a recolha de imagens), inquérito por questionário e inquérito por entrevista.

Este estágio foi realizado na Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, sob a orientação do Dr. Pedro Estácio Santos, com a duração de dois meses e uma semana, tendo começado no dia 1 de fevereiro e acabado no dia 6 de abril de 2017.

O referido estágio permitiu uma observação diária da instituição a estudar, focando-se essencialmente os aspetos relacionados com o tema deste trabalho.

Segundo Yin:

«Podem-se realizar observações diretas ao longo da visita de campo, incluindo aquelas ocasiões durante as quais estão sendo coletadas outras evidências, como as evidências provenientes de entrevistas. As observações podem ser tão valiosas que você pode até mesmo pensar em tirar fotografias do local do estudo» (2001, p. 115).

De acordo com Fortin (2003, p. 241), num estudo de observação são colocadas questões relacionadas com comportamentos humanos aparentes e com acontecimentos, com o objetivo de obter respostas através de uma observação direta, durante um dado período de tempo. Após esta observação, é registado um conjunto de comportamentos ligados aos objetivos da observação do terreno.

A observação das infraestruturas permitiu identificar a relevância das medidas de prevenção de modo a minimizar eventuais desastres e também se revelou de grande utilidade na elaboração de um plano de emergência que fosse adequado à realidade da Biblioteca da FLUL.

Durante o estágio foram sendo anotadas várias informações e recolhidas imagens que permitissem identificar os diversos riscos da instituição em causa, sendo este também um dos objetivos deste trabalho.

Para Fortin (2003, p. 307), ao utilizar a observação como um método de recolha de dados, as notas que vão sendo apontadas terão de passar por várias etapas de tratamento. As primeiras notas, tomadas no momento, são consideradas notas de terreno.

Em seguida será feito um relatório sucinto (ver em apêndice) para mais tarde se tornar num relatório mais extenso em que haverá uma descrição o mais fiel possível dos pormenores observados.

No decorrer do estágio e também para uma recolha de dados, foi realizado um inquérito por questionário sendo a população alvo todos os colaboradores da Biblioteca. O objetivo deste questionário foi, pois, fazer uma recolha de dados com base na resposta dos funcionários. Neste questionário, optou-se pela utilização de um maior número de perguntas fechadas, algumas perguntas de escolha múltipla e uma única pergunta aberta. A opção por um maior número de perguntas fechadas foi intencional, visto que, à partida, asseguram uma mais fácil disponibilidade de resposta e colaboração por parte dos inquiridos.

Para Hill e Hill (1998, p. 18) existem questionários que apenas contêm perguntas abertas, os que apenas contêm perguntas fechadas e um terceiro tipo com perguntas abertas e fechadas. Este terceiro tipo, o escolhido neste caso é de grande utilidade quando o investigador deseja complementar a informação quantitativa com informação qualitativa.

Fortin (2003, p. 245) aponta que, embora um questionário seja uma boa técnica de recolha de informações relativas a factos, ideias, comportamentos, expectativas e atitudes, o material a que o investigador tem acesso é apenas aquele que o participante consente em lhe dar acesso. No entanto, um questionário tem a vantagem de poder ser preenchido pelos inquiridos sem assistência do investigador.

A mesma autora refere que as questões deverão ser concebidas com o intuito de colher informação factual sobre os indivíduos, os acontecimentos e as situações conhecidas dos indivíduos ou ainda sobre as suas atitudes.

Ainda que o questionário não permita, de certa forma, ir tão longe como uma entrevista, não deixa de ser um instrumento de medida que ajuda a organizar e a controlar os dados. Neste caso particular, é de referir a colaboração e rapidez de todos os inquiridos, cujas respostas permitiram responder a alguns objetivos específicos.

A informação recolhida contribuiu para identificar a relevância das medidas de prevenção, na medida em que se nota uma preocupação da parte dos colaboradores com a realização de simulacros, a formação e as regras de segurança. Do mesmo modo, o

conjunto de respostas possibilitou identificar os diversos riscos/desastres a que uma biblioteca poderá estar sujeita, pois certamente ninguém melhor do que quem aí trabalha terá uma noção das ameaças mais prováveis.

Para ter acesso a uma informação mais detalhada, foi feita uma entrevista ao Chefe da Divisão da Biblioteca, o Dr. Pedro Estácio Santos, acerca da gestão da segurança na Biblioteca da FLUL, designadamente os conteúdos a ter em conta na elaboração de um plano de emergência.

Tuckman (2002, p. 307) adianta que existem determinadas informações que não podem ser obtidas senão através de perguntas, cujas respostas irão permitir converter em dados a informação diretamente comunicada. As questões apresentadas numa entrevista deverão refletir o objetivo que se pretende verificar. É um modo eficiente de obter dados com a máxima eficácia e mínima distorção. Também Yin (2001, p. 14) afirma que as entrevistas constituem uma fonte essencial de recolha de dados.

De acordo com Fortin (2003, p. 245), uma das funções da entrevista é complementar os outros métodos, seja para validar os resultados por estes obtidos, seja para explorar resultados inesperados.

Cardoso defende (2014, p. 54) que através da entrevista há um estreitamento da relação entre o investigador e o entrevistado que permite recolher dados mais precisos, tendo também a vantagem de dar ao investigador uma grande flexibilidade na colocação das questões.

A entrevista ao Dr. Pedro Estácio Santos teve como objetivo recolher dados que pudessem ser cruzados com a informação obtida durante o estágio através das técnicas anteriormente referidas.

Era importante obter respostas para uma série de questões relacionadas com a Segurança da Biblioteca e com a necessidade de elaborar um Plano de Emergência.

No entanto, a entrevista contribuiu também para responder aos restantes objetivos específicos. As respostas do Dr. Pedro Estácio Santos tiveram grande relevância para a identificação de riscos/desastres, para o conhecimento e a aplicação dos métodos de avaliação de riscos e, principalmente, para a identificação da relevância das medidas de prevenção, de modo a minimizar eventuais desastres.

Para Lessard-Hébert, Goyette e Boutin, num estudo de caso, «o investigador está pessoalmente implicado ao nível de um estudo aprofundado de casos particulares. Ele aborda o seu campo de investigação a partir do interior» (2010, p. 169).

É exatamente a partir do “interior” e através da observação e do conhecimento já referidos e adquiridos durante o estágio que, com base na informação recolhida e analisada, foi desenhada a base teórico-prática para a construção de uma proposta de plano de emergência que consideramos como o produto final da investigação.

2.Revisão de Literatura

2.1 Enquadramento do tema

«Writing a disaster preparedness, response and recovery plan is a daunting process for most librarians. The process requires significant time, and human and financial resources, however, no library should, be without one» (Wilkinson, Lewis, Dennis, 2010, p. 28)

Segundo estes autores, um plano é algo indispensável, porém, como afirma Kahn (2012, p. 1), a realidade mostra-nos que grande parte das instituições não possui um plano para fazer face a desastres.

O objetivo de qualquer biblioteca é para Llorca (2007, p. 3) permitir o acesso a fontes de informação contribuindo, assim, não só para a formação e a aprendizagem, mas também para o lazer das pessoas. Todas as bibliotecas devem ter medidas para minimizar as consequências de um desastre. A preparação destas medidas concede ainda às Bibliotecas uma oportunidade para conhecer melhor as suas coleções e instalações.

De acordo com Adcock (2004, p. 20), a substituição dos materiais de biblioteca, onde se incluem as coleções e todos os meios de suporte moderno, tais como formatos digitais e microfiches, partindo do princípio que é possível, é muito dispendiosa. Na verdade, do ponto de vista económico é sensato identificar as ameaças às suas coleções¹. Acrescenta o mesmo autor que nenhuma biblioteca se pode dar ao luxo de não ter uma estratégia de precaução contra desastres, como por exemplo incêndios, inundações, roubo e infestação de bolor e insetos, pois em muitas ocasiões, as consequências dos desastres têm custos elevados em termos de recursos humanos e financeiros, que podem ser evitados com custos proporcionalmente mais reduzidos.

Segundo Alexander (2015), a consciência da necessidade de planos de emergências que protejam o património cultural tem vindo a crescer. De facto,

... «Loss of cultural heritage in disasters such as floods and earthquakes can deal a catastrophic blow to the intellectual and artistic life of a country by obliterating or damaging an irreplaceable legacy». (Alexander, 2015, p. 12)

¹ Segundo o Dicionário do Livro de Maria Isabel Faria e Maria da Graça Pericão (2008, p. 584) entende -se por coleções a totalidade dos livros manuscritos e outros documentos que uma biblioteca, arquivo, serviço de documentação

Zaveri (2013, p. 129) afirma que, embora não exista nenhum plano suficientemente abrangente que possa cobrir todos os possíveis desastres, muito pode ser antecipado quando as pessoas adequadas se reúnem e preparam medidas de prevenção e emergência.

Bettencourt (2000, p. 47) acentua que sendo as coleções constituídas por diferentes espécies bibliográficas, cujo estado de conservação pode ser melhor ou pior, um Plano de emergência deverá ser elaborado tendo em conta as necessidades específicas das coleções. Para além disso, é de extrema importância que os funcionários contribuam com sugestões durante a elaboração do plano de emergência, uma vez que têm conhecimento sobre eventuais deficiências das instalações e podem, eventualmente, ter testemunhado acidentes anteriores.

2.2 Definição de conceitos

2.2.1 Avaliação de risco

Segundo Adcock (2004, p. 34), uma avaliação consiste na identificação dos perigos intrínsecos aos edifícios e suas coleções.

Num mundo em que a toda a hora nos chegam notícias relativas aos diversos tipos de desastres naturais ou causados por mão humana, torna-se cada vez mais imprescindível estar preparado para enfrentar, pelo menos, os riscos previsíveis.

As bibliotecas deverão possuir um plano de emergência que lhes permita responder o melhor possível a qualquer tipo de desastre. Para além de pensar, em primeiro lugar, na segurança das pessoas, é necessário tentar assegurar a não destruição das suas coleções, que são parte, afinal, da história e cultura de um país.

Não é possível elaborar um plano de emergência, minimamente eficaz, sem antes se fazer uma detalhada avaliação dos riscos.

O modo de realização de uma avaliação de risco é claramente detalhada por Adcock (2004, p. 35). Deve iniciar-se o processo por uma identificação das ameaças quer internas, quer externas, que possam pôr em causa a segurança das coleções. Para além disso, devem também ser avaliados quaisquer obstáculos à aplicação de todas as medidas de prevenção já em execução.

No que diz respeito à identificação de ameaças ambientais externas, deve começar-se por fazer uma descrição do local de armazenamento das coleções, assim como um reconhecimento de todos os riscos existentes em áreas próximas, sejam estes riscos de carácter industrial ou natural. Deve também ser dada a atenção ao grau de segurança das áreas circundantes, *inclusive* à existência de uma iluminação eficaz. O grau de poluição deve também ser tomado em conta, de modo a concluir-se acerca de algum risco para as coleções. A resistência do edifício face a fogos ou inundações deve ser analisada de acordo com eventuais riscos naturais das proximidades. Poderá haver florestas, curso de água ou qualquer complexo industrial que constitua uma ameaça. Finalmente e ainda segundo Adcock (2004, p. 36) referente ao modo de identificação de ameaças ambientais externas, será de analisar qualquer acidente que tenha ocorrido nos últimos cinco anos.

Em seguida, deve passar-se a uma identificação das ameaças internas. Naturalmente, será feita uma avaliação dos materiais usados em todas as estruturas do edifício, assim como a sua resistência ao fogo.

As condições de armazenamento das coleções devem também ser alvo de atenção, principalmente no que diz respeito à distância entre estas e as canalizações ou instalações elétricas.

Deve ainda avaliar-se a existência de materiais inflamáveis no local.

De acordo com World Heath Organization (2007, p. 7) entende-se por risco a probabilidade de consequências prejudiciais ou perdas prováveis resultantes da interceção entre desastres naturais ou causados por mão humana e as vulnerabilidades existentes.

Todos os riscos deverão ser, depois de identificados, classificados de acordo com o seu grau de probabilidade, assim como com a sua gravidade.

Segundo McIlwainne (2008, p. 17), normalmente são tomados em consideração três tipos de riscos. Em primeiro lugar, há que avaliar os riscos externos ou provenientes do exterior do edifício. Nestes riscos estão incluídos todos os que estão relacionados com os fenómenos naturais. Referem-se, pois das condições meteorológicas, da poluição atmosférica e da situação geográfica onde se situa o edifício da biblioteca. As características climáticas e geológicas da região, assim como a sua situação topográfica permitirão prever, embora não com grande certeza, a existência de certo tipo de desastres e a frequência. Há locais onde uma tempestade, uma inundação ou um tremor de terra são, à partida, muito mais frequentes do que outros. Ainda assim, e mencionando novamente as alterações climáticas que o nosso planeta tem sofrido, nem mesmo a situação geográfica de uma biblioteca nos poderá garantir que está totalmente isenta de certo tipo de risco.

No que diz respeito aos riscos internos, isto é, provenientes da estrutura e dos serviços do edifício, a sua avaliação deve ser feita, também, tendo em conta os fenómenos meteorológicos e da resistência que os materiais de construção do edifício oferecem a esses mesmos fenómenos. Uma inundação, por exemplo, é na maior parte dos casos causada por deficiências nas canalizações, nos sistemas de drenagem, de ar-condicionado, de combate aos fogos ou mesmo nas goteiras dos telhados. Por outro lado, um fogo é muitas vezes causado por problemas nos circuitos elétricos ou nas

instalações de gás, assim como em qualquer equipamento utilizado na biblioteca. Há que tomar em consideração o facto de ser muito comum a utilização em bibliotecas de substâncias inflamáveis, ligadas por exemplo à conservação de documentos. Mesmo quando não existe qualquer deficiência em todos os equipamentos já referidos, é o homem que, por erro ou negligência, se encarrega de os tornar perigosos. O simples esquecimento de uma torneira aberta pode resultar em danos incalculáveis e, por vezes, irremediáveis.

Continuando a referir McIlwaine (2008), um terceiro grupo de riscos inclui todos aqueles causados por mão humana com carácter intencional. Destes fazem parte o vandalismo, o terrorismo, o fogo posto ou o roubo. Ao fazer a avaliação deste tipo de riscos, devem ser tomados em consideração os dispositivos de segurança já presentes, a existência de documentos especialmente valiosos ou polémicos, e também toda a situação social e política do local onde se encontra a biblioteca.

Para o NEDCC (Northeast Document Conservation Center, 2015), quanto mais abrangente for uma avaliação de riscos, mais possível será identificar as catástrofes mais prováveis, assim como os seus potenciais efeitos. Embora a própria biblioteca possa levar a cabo a verificação de grande parte dos elementos, que podem representar um risco, haverá sempre uma parte da avaliação que terá de ser realizada por pessoal qualificado. Há situações que só poderão ser detetadas por técnicos especializados, como é o caso de o estado das canalizações ou dos circuitos eletrónicos.

Podemos ter uma noção dos estragos que podem resultar de uma canalização deficiente, se recordarmos o que aconteceu no dia 24 de dezembro de 2013 numa das Bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Segundo a jornalista Comunello (2014), bastou a rotura de um cano no prédio, onde fica a Biblioteca Setorial das Ciências Sociais e Humanidades (BSCSH), para causar uma inundação de grandes proporções, que inclusivamente atingiu uma área restrita onde estão guardadas obras muito raras. A agravar a situação, este acontecimento teve lugar em dois dias em que a Biblioteca estava encerrada, não sendo, portanto, possível tomar medidas imediatas. Foi só no dia 26, na altura do regresso ao trabalho, que os funcionários se surpreenderam com os estragos. Para esta biblioteca, este não foi este o primeiro episódio de catástrofe, visto que já em 1993 aí ocorrera um incêndio. Nessa altura, para além do fogo, foi evidentemente necessário lidar com os estragos causados pela água.

Este episódio é apenas um entre muitos que talvez pudesse ser evitado se fosse feita uma avaliação periódica de riscos. Na verdade, e nunca será demais repetir, uma avaliação de riscos, por muito abrangente que seja, nunca poderá ser definitiva. De acordo com McIlwainne «essa reavaliação deve ter um carácter anual, pelo menos, e em caso de acontecimentos especiais devemos ainda estar preparados para reavaliações imediatas (por exemplo, a abertura de uma nova autoestrada, a construção de uma fábrica nas imediações da instituição, a aquisição de uma coleção importante)» (2008, p. 19).

A periodicidade da avaliação de riscos é, na verdade, essencial, uma vez que o tempo não para de alterar tudo aquilo que foi já avaliado. Quando se faz uma avaliação de riscos, deve ser igualmente realizada uma avaliação de todos os procedimentos de proteção já existentes, assim como a sua capacidade de resposta.

Por fim, deverá também ser feita uma avaliação dos recursos financeiros da biblioteca destinados a fazer frente a eventuais ameaças.

2.2.2 Prevenção

De acordo com Spinelli Junior (2009, p. 87), entende-se por prevenção o conjunto de medidas a tomar de modo a evitar ou a minimizar os riscos de um desastre fora e dentro do edifício, assim como no acervo de uma biblioteca.

Na sua tese, o autor afirma que um plano de prevenção de desastres tem de ser encarado como um contra-ataque ao desastre.

Feita uma avaliação cuidadosa e detalhada de todos os riscos, poderá então passar-se à tomada de medidas de prevenção, que poderão evitar ou, pelo menos, minimizar certas ameaças. Segundo Adcock (2004, p. 37), é esta a finalidade da avaliação de riscos, ou seja, permitir tomar todas as precauções necessárias para tornar, tanto o edifício, como as suas coleções, o mais seguros possível.

Evidentemente que a primeira prioridade deverá ser sempre a segurança humana (Patkus e Motylewski, 1993). Na verdade, nenhuma coleção vale mais do que a vida humana. Segundo Robertson, «despite the monetary value of library buildings and collections the safety of the people who use them is more important during a dangerous event than anything else» (2014, p. 21).

Na prevenção de desastres, estão incluídas as ações implementadas para evitar a perda de vidas e os danos tanto no edifício, como nas coleções. Corretas medidas de prevenção se nem sempre eliminam, reduzem, certamente, tanto a probabilidade de ocorrência de alguns desastres, como os seus efeitos.

Das medidas de prevenção devem fazer parte regras de construção e de segurança, regulamentos de utilização de edifícios e atualizações constantes de uma análise das vulnerabilidades.

No *Congresso Construção* (2007, p. 12), afirmou-se que em casos de situações de emergência dentro de edifícios, é prioritário assegurar que todos os ocupantes consigam abandonar de forma ordenada e segura esse mesmo edifício. Este facto dependerá de uma boa prestação dos projetistas, que deverão sempre ter em conta todos os fatores associados ao tipo de função, dimensão e volumetria do edifício, assim como à quantidade e distribuição normal dos seus utilizadores.

Para Bhade e Aute (2016, p. 173), a fase da mitigação, e na verdade todo o ciclo de gestão de desastres, inclui a formulação de políticas públicas que modifiquem as

causas de desastres ou possam mitigar os seus efeitos nas pessoas, propriedade e infraestruturas.

De acordo com Shukor (1996, p. 47), a prevenção é composta por cinco componentes: a identificação das ameaças potenciais, a redução de riscos de ameaças, uma política de *back-up*, medidas de prevenção na construção de novos edifícios para bibliotecas e, finalmente, o treino do pessoal.

É absolutamente essencial fazer uma inspeção periódica do edifício, que deve ser levada a cabo por engenheiros civis, que, se acharem necessário, poderão aconselhar o reforço das estruturas. O próprio pessoal de limpeza, no seu trabalho quotidiano, deverá inspecionar as áreas mais vulneráveis, não esquecendo que as áreas circundantes do edifício deverão também ser alvo de inspeção. Fará parte de uma boa política, um investimento em materiais de construção de qualidade, assim como em eficazes sistemas de alarme contra incêndios. O ideal será a existência, em todos os locais do edifício, de um sistema de deteção de fogo e fumo, preferencialmente ligado ao quartel de bombeiros mais próximo. É um facto que a deteção de fumo pode ser a maneira de travar um fogo de maiores proporções, que poderá ser extinto com extintores manuais, evitando assim a necessidade do sistema automático ou a intervenção dos bombeiros.

Muitas vezes, pequenas melhorias nas instalações, um aumento de vigilância ou mudanças nos procedimentos quotidianos pode prevenir ou diminuir os danos nas coleções, em caso de desastre.

Uma das medidas de prevenção que deve ser tomada como regra, tem a ver com boas práticas de acondicionamento. É extremamente importante ter o cuidado de não armazenar qualquer objeto em contacto direto com o solo. O razoável será deixar pelo menos um intervalo de 150 milímetros, o que irá certamente retardar os possíveis estragos em caso de inundação. Aliás, um acondicionamento correto será também essencial no caso de outro tipo de desastres, como por exemplo fungos ou infestações de insetos.

Pode referir-se, a título de curiosidade, que tanto na Biblioteca Joanina em Coimbra, como na Biblioteca do Convento de Mafra, existem “guardiões” que de certa maneira previnem a infestação de insetos. Na verdade, em ambas as bibliotecas, existem colónias de morcegos, que à noite aí voam livremente, alimentando-se dos insetos que habitualmente existem nos livros, e que a longo prazo vão degradando o papel.

Existem ainda situações específicas em que devem ser tomadas as precauções possíveis. É o caso de ser feita uma previsão de condições climáticas bastante adversas, que se apresentem como uma ameaça para o edifício, pessoas e coleções.

Para além disso, deve ser dada uma atenção particular à prevenção para casos de incêndio ou inundação, uma vez que estes dois são os desastres mais comuns em bibliotecas.

Na sua tese, Pereira (2012, p. 68), alerta para a importância de tomar medidas de prevenção contra incêndios, devido ao alto risco que estes representam e aos danos muitas vezes irreversíveis que produzem na documentação. Como o próprio termo «prevenção» indica, estas medidas incluem um conjunto de procedimentos de modo a reduzir a probabilidade de ocorrência de incêndios.

Por esta mesma razão, Baptista (2009, p. 14) chama a atenção para a necessidade de manter em ótimas condições de utilização todos os equipamentos e instalações técnicas afetos à segurança contra incêndios. Nesse sentido, estes mesmos equipamentos devem ser sujeitos a rotinas regulares de inspeção. Só assim podem ser detetadas quaisquer anomalias, permitindo uma pronta retificação.

No seu livro dedicado a este assunto, Kahn (2003, p. 28) faz uma descrição detalhada dos vários tipos de extintores apropriados para bibliotecas. Segundo esta autora, existem extintores de classe A, B e C. O tipo de extintor irá variar conforme o tipo de materiais que estão a arder. Os incêndios de classe A são aqueles em que os materiais em combustão são a madeira, o papel, a borracha, os tecidos e alguns plásticos. Os fogos de classe B são provocados por líquidos ou gases inflamáveis e tintas.

Finalmente, os fogos de classe C são causados por equipamento elétrico, como por exemplo um computador. Enquanto que os extintores de classe B e C contêm espuma, os de classe A, normalmente maiores, contêm geralmente água.

Igualmente de extrema importância é a existência de sistemas de *sprinklers* e detetores de fumo e calor. À partida, pode pensar-se que os *sprinklers* irão causar enormes estragos nas coleções. No entanto, causarão certamente menos danos do que as mangueiras dos bombeiros. Basta pensar-se que cada cabeça de *sprinklers* despeja entre 20 a 40 galões de água por minuto, enquanto que as mangueiras dos bombeiros deitam mais de 200 galões de água também por minuto. A opção do *sprinklers* será ainda

melhor se tiver um sistema de separação por zonas, por outras palavras apenas serão ativados os *sprinklers* da área onde o fogo deflagrou.

No que diz respeito aos detetores de fumo e calor, como o próprio nome indica, uns detetam um aumento de partículas no ar, enquanto que outros detetam alterações na temperatura. A sua existência em bibliotecas é absolutamente essencial, assim como é essencial que os alarmes não toquem apenas no interior do edifício, onde não seriam ouvidos durante a noite, mas estejam de preferência ligados a um quartel de bombeiros.

Finalmente, o ideal seria que estes detetores e alarmes pudessem fazer disparar o sistema de *sprinklers* automaticamente.

A água, que nem sempre, mas muitas vezes vem associada ao fogo, deve também ser alvo de medidas de prevenção especiais. Esta prevenção, de acordo com Pereira (2012, p. 68), começa mesmo antes da existência do edifício. De facto, a escolha da localização da futura biblioteca é de máxima importância. Deve optar-se por locais em pontos altos, onde não haja a possibilidade de acumulação de água da chuva, sendo que, para além disso, o local deve ser afastado de rios, ribeiras, lagos e mesmo do mar. Os materiais utilizados na construção de portas e janelas devem ser impermeáveis e não sujeitos a deformações.

Quanto à proteção contra a água no interior do edifício, é essencial que as canalizações sejam de boa qualidade e de materiais de longa durabilidade. Preferencialmente devem ser instaladas exteriormente às paredes e ao chão, o que facilitará não só a verificação e a identificação de fugas, mas também, se for caso disso, a sua reparação. O circuito das canalizações deverá ser dividido, de modo a poder ser bloqueado parcialmente em caso de necessidade, sendo aconselhável a utilização de válvulas de segurança para este efeito.

Nenhum cuidado é demais, quando se trata de prevenção contra inundações, já que estas são dos piores inimigos da documentação, principalmente se o seu suporte for o papel. Por isso mesmo, o ideal seria que as bibliotecas pudessem dispor de alarmes de detenção de água.

Dito isto, percebe-se que é de toda a utilidade que exista um plano de prevenção. Para Pereira (2012, p. 70) o plano de prevenção deve abranger as medidas preventivas que antecedem os desastres. Segundo esta autora, o plano de prevenção tem como

objetivo garantir a manutenção rotineira das condições de segurança adequadas, de forma a minimizar os riscos de ocorrência de situações de emergência.

Também para Mcclwaine (2008, p. 13), o objetivo principal de um plano de prevenção de desastres consiste em minimizar os riscos tanto quanto possível, e maximizar a eficácia da resposta no caso de ocorrência de um desastre.

Para Rocha (2008, p. 37), o Plano de prevenção deverá incluir as regras de comportamento e deverá ser do conhecimento da equipa de segurança, para que assim fiquem garantidas as condições de segurança necessárias na execução de trabalhos de maior risco, nos trabalhos de manutenção, na desobstrução das vias de evacuação e na vigilância dos espaços de risco mais elevado. Acrescenta, ainda, que um plano de prevenção é um utensílio de cariz preventivo, que não só identifica os riscos, mas também designa os meios de combate a estes, ao mesmo tempo que delega responsabilidade na equipa de intervenção.

Como Pereira chama a atenção na sua tese sobre a segurança em edifícios de arquivo, embora um plano de prevenção seja absolutamente essencial para a preservação do património documental, a verdade é que infelizmente, são poucas as instituições culturais que o possuem (2012, p. 69).

2.2.3 Tipos de Desastres

Um dos assuntos mais referidos ao longo da dissertação é a ocorrência de desastres. Importa, pois, começar por dar uma noção do conceito de desastre.

Para Dorge e Jones (2004, p. 3), um desastre é qualquer acontecimento que provoca perdas, danos ou destruição consideráveis. Qualquer emergência pode transformar-se num desastre se não forem tomadas medidas imediatas para proteção do pessoal, utilizadores e coleções, considerando emergência qualquer imprevisto ou uma serie de acontecimentos imprevistos que exige uma tomada de medidas imediatas.

Page, Clareson e Teper (2008, p. 91) mostram a ligação e, simultaneamente, a distinção entre desastre e emergência. Segundo estes autores, uma emergência é qualquer acontecimento não previsto e ameaçador que requer uma ação imediata. Um desastre é uma calamidade em larga escala, mas que também pode começar como uma emergência que fica fora do controlo. Se as instituições se prepararem convenientemente para as emergências, serão capazes de impedir a maioria de se tornar em desastre. Nas bibliotecas, as emergências têm uma tendência para se tornarem desastres, por conseguinte, os dois termos são muitas vezes usados indistintamente.

No sentido mais lato, e para Furin (2016), um desastre é um acontecimento não planeado, em que as necessidades da comunidade afetada superam os recursos disponíveis.

Segundo a World Heath Organization (2007, p. 7), desastre é o resultado da combinação de perigos, condições de vulnerabilidade e a capacidade insuficiente ou medidas para reduzir as potenciais consequências negativas de risco.

Por muito rigorosa que seja a avaliação de riscos ou por muito cuidadosa que seja a prevenção, a verdade é que, mesmo assim, os desastres podem acontecer. Grandes ou pequenos, causadores de grandes ou pequenos estragos, a verdade é que são muitas vezes inevitáveis.

Segundo Zaveri (2013, p. 1), embora as catástrofes naturais não possam de facto ser evitadas, podem ser tomadas medidas para eliminar ou reduzir a possibilidade de problemas.

Se pensarmos apenas em desastres naturais, já nos podemos deparar com uma enorme variedade. Dependendo do local onde se encontra a biblioteca, poderão ocorrer

tufões, fogos, tremores de terra, tsunamis, furacões, deslizamentos de terra, avalanches, tornados e inundações, entre outros desastres.

Em todos os locais do planeta existem riscos de desastres naturais, embora em alguns pontos o risco seja mais previsível do que noutros. Um tremor de terra na Califórnia ou um furacão na Florida é algo que não é surpreendente. Porém, um desastre natural pode ocorrer em qualquer parte e torna-se ainda mais perigoso quanto mais imprevisível é.

Para além destes, são também considerados desastres as infestações de insetos ou roedores, os desastres tecnológicos e também todos aqueles causados por mão humana, como por exemplo o vandalismo, ou os roubos, as guerras ou mesmo a negligência.

A ALIA (Australian Library and Information Association, 2010, p. 3) classifica os desastres da seguinte forma:

- **Natural disasters** – bushfire, flood, earthquake, high winds, cyclones, tsunami, storms, severe drought, pandemic, plague of insects;
- **Accidents and technical failures** – water/sewage leak, accident during construction work, equipment failures, power outages, fire;
- **Vandalism, criminal and malicious damage** – violent attack, bomb threat, theft, sabotage, arson.

O vandalismo é, de facto, algo que causa danos significativos nas coleções das bibliotecas. Embora seja triste pensar que atos, tais como a mutilação de livros, possam ser praticados por adultos, a verdade é que o problema parece ser comum à maior parte das bibliotecas. De tal maneira assim é que existe um artigo no *Regulamento Geral da Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa* (2005, p. 11), especialmente dirigido ao respeito pela integridade do património. Trata-se do artigo 20.º, relativo a todos os atos de desrespeito da integridade do espólio da Biblioteca e às punições para os utilizadores responsáveis por esses atos. Evidentemente, a existência de tal artigo não impede a ocorrência de atos de vandalismo, uma vez que é muito difícil controlar, por exemplo, o estado das obras no momento da sua entrega pelos utilizadores.

Também para a Fundación Histórica Tavera (2000, p. 20), os desastres podem ter causas naturais, humanas e tecnológicas. As causas naturais estão relacionadas com o local onde se encontra a biblioteca. Dentro destas, podemos referir as meteorológicas,

que têm a ver com uma situação determinada do clima e que são causadas por uma realidade atmosférica especial. Em segundo lugar, temos as causas climatológicas, visto que cada zona climática tem as suas características próprias, existindo em algumas zonas uma propensão para certos fenómenos climáticos, como tornados ou furações. Em terceiro lugar, há que ter em conta as características geológicas do local, pois, como se sabe, existem zonas sísmicas, zonas sujeitas a erupções vulcânicas e também a outros desastres naturais, como sejam desabamentos de terras.

Também as pragas de insetos e de alguns roedores podem ter consequências desastrosas numa biblioteca.

De acordo com Spinelli e Pedersoli Jr. (2010, p. 27), o conceito de praga inclui todos os organismos vivos com a capacidade de causar danos e mesmo destruição no património cultural. As atividades de alimentação, excreção, reprodução e abrigo podem resultar em perfurações, enfraquecimento estrutural, manchas e outro tipo de danos nos materiais do património.

De facto, estes agentes biológicos em também se incluem os bolores, são muitas vezes sinais de mau acondicionamento ou deficiente higienização.

Não nos podemos deixar enganar pela pequena dimensão destes insetos, pois, na verdade, a sua dimensão é inversamente proporcional aos estragos causados. A título de curiosidade, a tabela seguinte, incluída num estudo sobre os desastres em bibliotecas na Nigéria, dos autores Ugwuanyi, Ugwu, Ezema (2015, p. 14), revela bem como um agente biológico pode causar estragos bem mais graves do que, por exemplo, uma explosão. A tabela que divide os riscos em menos e mais graves, apresenta, aliás, resultados que à primeira vista podem parecer surpreendentes.

Tabela 1: Valor Médio ou Desvio Padrão de Resposta a danos causados por desastres nos Materiais de Biliotecas

-	<i>Statement</i>	X	SD	Decision
1	<i>Explosion</i>	1.72	1.04	Less Severe Damage
2	<i>Terrorist Actions/Attacks</i>	1.86	1.06	Less Severe Damage
3	<i>Armed Conflict</i>	1.94	0.97	Less Severe Damage
4	<i>Water Leakage</i>	3.03	0.77	Severe Damage
5	<i>Rain Storm</i>	2.53	0.93	Severe Damage
6	<i>Natural Phenomuna</i>	1.72	0.87	Less Severe Damage
7	<i>Biological Agents</i>	3.19	0.66	Severe Damage
8	<i>Mutilation by Library users</i>	3.14	0.75	Severe Damage
	<i>Overall Mean</i>	2.42	0.88	Less Severe Damage

Continuando na classificação dos desastres quanto às causas, há que considerar em seguida as causas humanas. Dentro das causas de origem humana, existem em primeiro lugar as técnicas. De facto, uma má gestão das instalações pode vir a resultar em estragos incalculáveis.

Para além disso, o descuido, o esquecimento, a falta de atenção que é dada a todos os pormenores de segurança, a não obediência aos regulamentos internos e, por fim, mas não menos importante, a ignorância são causas demasiado comuns que originam todo o tipo de desastres. Não é invulgar perder-se uma enorme quantidade de informação que é apagada acidentalmente de um computador (Robertson, 2014, p. 4).

Embora de extrema gravidade, todas estas ações não são pelo menos, voluntárias. Porém, há também muitas que o são, podendo incluir-se nelas o já referido vandalismo. Finalmente, há que referir a guerra, que, como a história a prova, tem sido causadora de grandes estragos e mesmo da total destruição de algumas bibliotecas. Casos houve, segundo a Fundación Histórica Tavera (2000, p. 22) em que as bibliotecas e arquivos, ou por serem considerados um alvo, ou por sofrerem os efeitos colaterais de ações contra alvos próximos, foram total ou parcialmente destruídas por ataques militares.

Como último grupo de causas, podem referir-se as tecnológicas e acidentais. Desde uma falha de energia até à avaria em qualquer tipo de equipamento, a verdade é que as bibliotecas, como qualquer outro local, estão sujeitas a estes tipos de falhas.

Quanto ao tipo de desastres naturais existentes, se quisermos referir os mais comuns dentro dos desastres naturais, chegaremos à conclusão que variam bastante conforme o local do planeta. Porém, não estaremos longe da verdade se afirmarmos que as inundações e os fogos são dos riscos naturais mais comuns por todo o mundo.

De facto, segundo Spinelli Junior (2009, p. 86), e como já foi atrás referido, as estatísticas mostram que uma grande parte dos desastres ocorridos em bibliotecas está relacionada com o fogo e a água. Por esta mesma razão, os planos de prevenção para estes desastres e o modo de combate aos mesmos deverão ser explicados a todos os funcionários das bibliotecas.

Na sua dissertação de mestrado, Pereira (2012, p. 42) refere diversas situações que podem estar na origem de incêndios. Na verdade, são muitas as causas, desde as naturais, passando pelas causas tecnológicas, até às causas originadas por mão humana. No entanto, a mesma autora afirma que são menos comuns as situações de origem natural do que aquelas que resultam da atividade humana. Refira-se que se trata em grande parte de atos do quotidiano.

A verdade é que infelizmente a água é uma das armas utilizadas ao combate ao fogo e também ela causa estragos incalculáveis.

Para além disso, existem também inundações causadas por chuvas fortes ou mesmo tsunamis. No entanto, não são sempre as forças implacáveis da natureza as responsáveis pela entrada de água numa biblioteca. Basta uma janela mal fechada ou partida, um tubo de drenagem danificado ou uma pequena infiltração, para resultar em estragos cuja extensão irá depender não só da quantidade de água, mas do tempo que ela permanece na biblioteca.

De acordo com Zaveri (2014, p. 11), são muitos os exemplos por todo o mundo que demonstram que, tanto devido a catástrofes naturais como a erro humano, a água danifica sempre os recursos de uma biblioteca, sendo por isso não só necessário tomar medidas preventivas, como saber recuperar os materiais o mais cedo possível.

2.2.4 Plano de emergência

Para Yusuf e Gbaje (2014, p. 9), a elaboração de um plano e de uma política global, que permite identificar as áreas de ameaças tanto para o pessoal, como para os edifícios e as coleções existentes, são parte da preparação para desastres.

O termo preparação é definido no Conservation Center a)/b) como sendo o conjunto de atividades, programas e sistemas existentes antes da ocorrência de uma emergência e que são utilizados para melhorar a resposta a um desastre. Corresponde a um ciclo contínuo de planeamento, treino, exercício e medidas corretivas, sempre com o objetivo de assegurar uma coordenação eficaz durante o processo de resposta a desastres.

Como afirmam Wilkison, Lewis e Dennis (2010, p. 3), é impossível criar um plano global de desastres sem um considerável investimento em tempo, recursos humanos e financeiros. Todos aqueles que estejam envolvidos na preparação de um plano de emergência terão necessariamente que trabalhar em estreita colaboração com a administração da Biblioteca, fornecendo todos os dados que possam levar à criação de um orçamento para todas as despesas necessárias. Para além disso, e ainda segundo os mesmos autores, só assim a administração saberá reconhecer a importância da existência de um plano de emergência, pois sem o apoio da Gestão de Topo, qualquer plano terá uma eficácia limitada.

Conclui-se, pois, que no orçamento da Biblioteca devem estar incluídos fundos para tornar possível a elaboração de um plano de emergência e de controlo de desastres, assim como a sua execução.

De acordo com a NEDCC (Northeast Document Conversation Center, 2015), dos fundos concedidos pela administração para este fim, devem fazer parte não só a despesa de tempo e dinheiro necessários para elaborar e implementar o plano, mas também para possibilitar a formação dos recursos humanos.

Refere Spinelli Junior (2009, p. 93), que é importante contar com o aval do corpo diretor e administrativo da instituição, como é também essencial poder contar com a cumplicidade dos trabalhadores e com a colaboração de todos os que exerçam funções de apoio à biblioteca.

Ultrapassada que esteja a necessidade da obtenção de fundos para obtenção do plano, poderá então iniciar-se a sua elaboração.

De acordo com Pereira, o plano de emergência é um conjunto de normas de procedimentos devidamente conhecidos e treinados que permitem dar uma resposta eficaz a um acontecimento grave (2012, p. 81).

Chaveiro (2014, p. 8) afirma que um plano de emergência é um documento no qual estão indicadas as medidas de autoproteção a adotar por uma entidade para fazer face a uma situação de desastre nas instalações ocupadas por essa entidade. Neste plano estariam incluídos não só os meios humanos, os materiais a envolver e os procedimentos a cumprir. Do mesmo plano teria, também, de fazer parte um plano de evacuação.

Ferreira (2010, p. 14), que se foca essencialmente nos desastres causados por incêndios, afirma que o Plano de Emergência Interno deve incluir a organização de segurança, as atribuições e os procedimentos de atuação em situação de emergência. Acrescenta que este plano deve ser simples, bem estruturado, preciso e devidamente realista, com vista a sistematizar uma evacuação enquadrada dos ocupantes e a limitar a propagação dos incêndios com todas as suas consequências. Diz ainda que o plano de emergência poderá ser ativado perante a ocorrência de outros riscos, sejam eles naturais, tecnológicos ou sociais. Este autor define como Plano de Emergência Interno o documento que reúne informações e estabelece procedimentos, permitindo, assim, em situação de emergência, organizar e utilizar os recursos humanos e materiais disponíveis.

Dentro desta mesma ótica, Baptista (2009, p. 17), na sua dissertação também essencialmente centrada no risco de incêndios, afirma que um Plano de Emergência Interno define um conjunto de normas e recomendações, destinadas a regular e a orientar a atuação dos meios humanos e materiais de uma determinada organização, em caso de emergência. Segundo a mesma autora, deste documento deverá fazer parte uma caracterização dos riscos e uma definição das missões dos vários intervenientes. Devem ser também apontadas as formas de coordenação, direção e controlo, de modo a que, em caso de acidente, sejam estabelecidas as ligações necessárias para a condução das operações, garantindo os apoios indispensáveis.

Dito isto, é importante acrescentar que nenhum plano é perfeito e, como afirma Robertson (2014, p. 35), nenhum poderá cobrir todas as contingências, ou atender a todas as necessidades após o desastre. Afirmo o mesmo autor, que o planeamento é um processo e não um produto.

Também Patkus e Motylewski, (1993) defendem algo que é absolutamente essencial, ou seja, que todos os planos se deverão caracterizar pela maior abrangência possível, por uma grande simplicidade e flexibilidade.

Devem ser tidos em conta não só a resposta imediata, mas também os esforços de recuperação a longo prazo. A simplicidade acima referida é importante, já que é sabido que as pessoas, de uma maneira geral, têm dificuldade em pensar claramente face a um desastre, e, mais facilmente, conseguirão seguir instruções fáceis e concisas.

Um bom plano de emergência para uma biblioteca não será necessariamente bom para outra biblioteca. Terá obviamente de estar de acordo não só com o orçamento já atrás referido, mas com outras variantes como a dimensão da biblioteca, o tipo de coleções que possui e o número de colaboradores que aí trabalham.

Segundo Alexander (2015, p. 6), um bom plano de emergência deverá ser adaptável não só aos riscos antecipados, como aos inesperados, prevendo a gestão dos primeiros e oferecendo protocolos genéricos para gerir os segundos.

Preferencialmente, um plano eficaz deverá começar por uma introdução onde sejam referidos os seus objetivos.

Para Shukor (1996, p. 45), um dos primeiros objetivos do plano de emergência será minimizar todos os danos ou perdas causadas pelo desastre, assim como limitar ao máximo a deterioração do serviço, permitindo que todas as funções sejam restabelecidas o mais rapidamente possível.

Para além de atribuir responsabilidades, um bom plano deve possibilitar o máximo de comunicação entre todos os responsáveis, de maneira a que esta comunicação possa acontecer com a maior brevidade possível. A lista de desastres deve ser o mais abrangente possível, de modo a permitir que haja instruções para uma resposta adequada a cada um deles.

Os diversos autores consultados não diferem muito quanto aos pontos essenciais que devem ser incluídos num plano.

Robertson (2014, p. 22) realça algumas características que, na sua opinião, um bom plano deverá ter. Entre elas inclui a brevidade, a clareza, a facilidade de manuseio, a facilidade de atualização e a revisão e a adaptabilidade a outros formatos.

Tanto McIlwaine (2008), como Zaveri (2013) chamam a atenção para a importância de o plano ser impresso e distribuído a todos os membros da equipa, a todos os trabalhadores da biblioteca, à gestão e topo da instituição, aos serviços de urgência adequados, tais como corporações de bombeiros, e também às seguradoras e a outras bibliotecas, que possam eventualmente serem chamadas a dar apoio na recuperação. Aconselha-se que o plano de emergência seja distribuído em papel, mas também colocado no *site* da instituição. Para além disso, alguns dos exemplares deverão ser conservados em bolsas plastificadas, sendo esse o único modo de poder ser utilizados em emergências que envolvam água.

Llorca (2007, p. 19) acrescenta a necessidade de anexar ao plano todas as informações relevantes acerca de uma possível apólice de seguro, assim como uma palavra de agradecimento a todas as pessoas ou instituições que contribuíram para a sua elaboração.

Um dos objetivos do plano deve ser também estabelecer prioridades.

Como afirmam Wilkinson, Lewis e Dennis (2010, p. 17), a ordem pela a qual as coleções, o equipamento e outros materiais são salvos e resgatados deve ser determinada *à priori*.

Também, para Zaveri (2013, p. 90), é fundamental que os gestores de topo e colaboradores de uma biblioteca concordem com antecedência no que diz respeito às prioridades de salvamento. Estas prioridades serão tão mais importantes quanto maior for a escala do desastre. Para além disso, facilitarão um bom trabalho de equipa no esforço de recuperação e no rescaldo de um desastre.

No NEDCC (2015) é partilhada a mesma opinião acerca da importância de estabelecer prioridades, identificando uma lista dos tipos de coleções que poderão ser prioritárias. Nesta lista estão incluídas todas as coleções exclusivas, coleções com muito uso, coleções que pela sua raridade ou valor elevado sejam difíceis de substituir, coleções com valor a nível de pesquisa académica e também todas aquelas que se encontrem na biblioteca por empréstimo.

Chama-se também a atenção para o interesse de, numa primeira etapa, definir as prioridades por departamento, o que deve ser feito por uma comissão composta pelos representantes de cada departamento. A probabilidade é que uma emergência afete apenas uma parcela das coleções, ficando assim mais facilitadas as decisões de quais coleções salvar em primeiro lugar.

Evidentemente nada disto significa que quando um desastre ocorre de facto, se tenha de chegar à conclusão que algumas das coleções antes consideradas prioritárias, não têm qualquer hipótese de ser salvas. O facto de estarem expostas ao fogo ou imersas em água por demasiado tempo pode tornar impossível a sua recuperação.

Será então a altura de repensar as prioridades, passando de imediato para a próxima coleção da lista e concentrando-se em todas aquelas coleções que tenham uma possibilidade real de serem salvas.

Wilkinson, Lewis e Dennis (2010, p. 17) acrescentam que, numa lista de prioridades, pode fazer sentido incluir algum mobiliário da biblioteca, devido à sua antiguidade ou mesmo ao facto de ter sido feito à medida.

2.2.5 Equipa do plano de emergência

Não pode ser elaborado um plano de emergência sem antes definir quem são os diversos membros da equipa responsáveis por esse mesmo plano, assim como o papel de cada um destes membros.

Para a ALIA (Australian Library and Information Association, 2010, p. 4) é importante definir não só quem são as pessoas chave da equipa, mas também o papel que cada um deverá desempenhar. Para além disso, é também sublinhado que todos os colaboradores deverão ter formação nos procedimentos corretos de resposta a desastres.

De acordo com Newman e Newman (2015, p. 1), não é possível implementar os procedimentos para proteger as coleções e os ativos institucionais sem a existência de uma equipa de emergência com papéis claros e definidos, deveres e responsabilidades. Para estes autores, o ideal seria haver uma rotatividade dos diversos membros, com o objetivo de todos poderem entender o processo e as responsabilidades de cada um. Esta rotação ajudaria também a assegurar a continuidade de todo o processo.

Segundo Zaveri (2013, p. 138), a existência de uma equipa de resposta a desastres, que elabore um plano que seja do conhecimento de todos os colaboradores tem um peso essencial na rapidez com que uma instituição recupera após um desastre. O NEDCC (Northeast Document Conversation Center, 2015) afirma que uma equipa de emergência deverá ser composta por pessoas responsáveis pelo cuidado das coleções, sendo que o número de membros desta equipa poderá variar, de acordo com o tamanho da instituição em causa. Um dos primeiros passos a dar é a escolha dos diversos membros da equipa responsáveis pelo plano de emergência. Em primeiro lugar, será nomeado um chefe ou coordenador, recrutado entre os quadros superiores da instituição. Terá sempre de ser alguém com suficiente autoridade para coordenar toda a equipa e, também, capaz de negociar com gestores, de modo a desbloquear fundos para uma resposta adequada.

Esta ideia é reforçada por Newman e Newman (2015, p. 7), que atribuem também ao Coordenador o papel mais importante e a quem caberá uma extensa lista de funções. Entre elas, será ele o responsável por informar o gestor de topo da instituição sobre a natureza e o tipo de desastre, e coordenar todo o plano de ação. Antes da ocorrência do desastre, deverá planejar, coordenar e treinar os membros da equipa, atribuindo-lhes funções, deveres e responsabilidades. À sua responsabilidade ficará

também a organização de simulacros, uma atualização periódica do plano de emergência e todas as ações necessárias de modo a assegurar um financiamento do material e equipamento essenciais, tanto para a prevenção, como para a recuperação do material danificado.

Não existe grande diferença quanto aos membros da equipa nos diversos autores consultados. Pode chamar-se a atenção de Llorca (2007, p. 10), que na sua dissertação teve a preocupação de atribuir a cada membro da equipa funções muito específicas para antes e depois do desastre.

Robertson (2014, p. 26) chama atenção para um pormenor de grande importância e que não encontramos referido por outros autores. Trata-se da disponibilidade que o coordenador do plano deve ter para ouvir todas as preocupações dos trabalhadores, relacionados com os riscos e também com as medidas de resposta mais adequadas. São de facto, muitas vezes, aqueles que «andam no terreno» quem maior consciência tem acerca dos possíveis riscos e das melhores respostas em caso de desastres.

Wilkinson, Lewis e Dennis, (2010, p. 6) são dos autores que apresentam uma lista mais completa de membros da equipa de emergência. Segundo estes autores, o diretor da biblioteca deverá nomear os vários membros que designa da seguinte maneira: *Equipa de Resposta a Desastre (ERD), o Coordenador de Comunicação e dos Media, Coordenador das Instalações e Segurança, Coordenador dos Recursos Humanos, Coordenador Administrativo e Financeiro, Coordenador dos Serviços da Biblioteca, Coordenador de Sistemas e Tecnologia de Informação e o Coordenador das Coleções e Preservação.*

A escolha da pessoa certa para as funções que vai desempenhar e para as responsabilidades que tem de assumir é absolutamente essencial. Todos os membros devem ser organizados, flexíveis, interessados e ter grande disponibilidade. Terão de conhecer muito bem a biblioteca e o modo como funciona. Para além disso, é necessário que atualizem as competências de segurança constantemente, de modo a estarem a par de todos os novos serviços e produtos a utilizar face a um desastre. Para tal, terão certamente de estar dispostos a participar em ações de formação e treino. De facto, é indispensável a realização de debates periódicos, onde se discutam, por exemplo, situações de desastres já ocorridos em outras instituições, como é também essencial realizar sessões de treino ou de simulação de desastres.

Voltando aos diversos membros da equipa que os autores Wilkinson, Lewis, Dennis (2010, p. 7) recomendam, a *Equipa de Resposta a Desastre (ERD)*, como o próprio nome indica, deve coordenar todos os outros membros para que a resposta face a um desastre seja tão eficaz e pronta quanto possível. No caso de ocorrência real de um desastre, é também a *Equipa de Resposta a Desastre (ERD)* que deve tirar todas as conclusões acerca da resposta dada, tentando remediar todas as falhas e atualizar o plano de emergência, caso necessário. Aliás, não é demais repetir que este plano deverá ser atualizado regularmente, mesmo que não ocorra qualquer desastre.

O *Coordenador de Comunicação e dos Media* tem a responsabilidade de assegurar que o centro de comunicação da biblioteca está suficientemente bem equipado para dar resposta a qualquer emergência. Este coordenador terá também a responsabilidade de informar e dar instruções a todos os membros da biblioteca quando, e se um desastre ocorrer fora das horas normais de trabalho. Para isto, será obrigatório que tenha todos os números de telefone da rede fixa e móvel, e também os endereços de *email* de todos aqueles que terão de ser informados. Como coordenador dos meios de comunicação, é este membro também quem irá tratar das conferências de imprensa e dar resposta a todas as entidades externas acerca do desastre.

Este coordenador, após o desastre, deve disponibilizar *online* toda a informação acerca do mesmo.

O *Coordenador das Instalações e Segurança* têm de deter um conhecimento profundo das instalações físicas da biblioteca, das suas infraestruturas e de todos os procedimentos de evacuação, em caso de necessidade. Este membro deverá estar a par da localização de todo o equipamento de emergência, incluindo sistemas de alarme ou extintores de fogo.

O *Coordenador dos Recursos Humanos* irá trabalhar em conjunto com o *Communications* e o *Media Coordinator*, pois terá de estar sempre informado dos números de contacto de todo o pessoal da biblioteca. Para além disso, e dado que é sabido que os níveis de stress aumentam consideravelmente em situações de emergência, e que mesmo no rescaldo destas situações o pessoal poderá ter de alterar o seu local de trabalho, este coordenador deverá providenciar assistência psicológica, e não só, a todos os que necessitem.

Finalmente, será também este membro quem irá coordenar todos os voluntários que apareçam após o desastre.

O *Coordenador Administrativo e Financeiro*, como o próprio nome indica, será a pessoa a contactar para todos os assuntos contratuais e financeiros. A partir do momento em que ocorra um desastre que cause danos, este Coordenador, conhecedor do orçamento da instituição deverá, em colaboração com o reitor, aprovar as despesas consideradas necessárias, e que poderão incluir reparação das instalações, restauro de coleções, compra de novos itens ou de equipamento considerado perdido e inclusivamente despesas adicionais com trabalhadores.

O *Coordenador dos Serviços da Bibliotecas* terá a seu cargo assegurar que os serviços da biblioteca continuam disponíveis após o desastre. Evidentemente que isso será muito difícil em caso de uma situação de tal maneira grave que obrigue ao encerramento de todo o edifício. Neste caso, tentará arranjar locais alternativos, onde os serviços da biblioteca possam funcionar temporariamente.

O *Coordenador de Sistemas e Tecnologia de Informação* começará por avaliar os estragos causados pelo desastre em todo o equipamento informático, incluindo o software e dados. Em muitas situações de desastre, será necessário repor os serviços *online*, e este coordenador deverá fazê-lo com a maior brevidade possível. Será também ele quem poderá dar ao *Coordenador Administrativo e Financeiro* uma noção exata do valor do equipamento informático destruído e do custo de novo equipamento a adquirir.

Finalmente, o membro da equipa a quem competirá, após o desastre, fazer uma avaliação dos estragos é o *Coordenador das Coleções e Preservação*. Durante esta avaliação, terá de tomar decisões sobre a possibilidade ou não de restaurar os itens danificados. Destes, alguns poderão ter restauro, enquanto que outros estarão irremediavelmente perdidos. Quanto aos primeiros, e de acordo com o tipo de restauro a ser aplicado, deverá ser feita uma lista de prioridades. Todo o processo poderá ter custos elevados, que será possível minimizar se os itens estiverem cobertos por um seguro. É também este Coordenador quem deverá acompanhar o avaliador de seguros, com vista a determinar o valor de substituição dos itens considerados perdidos.

Esta substituição poderá ser feita através da aquisição de itens, sendo também responsabilidade sua procurar e contactar os locais onde os objetos se encontram.

2.2.6 Formação

Como já foi anteriormente referido, e como afirmam também Bhade e Aute (2016, p. 173), todas as ações de preparação para emergências visam alcançar um nível satisfatório de prontidão na resposta a possíveis desastres. Uma das medidas utilizadas para melhorar essa mesma resposta é a formação dos colaboradores e a realização de ensaios de procedimentos ou simulacros.

A importância e a utilidade da formação da equipa da Biblioteca é unanimemente realçado pelos diversos autores consultados.

Para Wilkinson, Lewis e Dennis (2010, p. 30), os dois objetivos principais da formação são o aumento de confiança do pessoal e a identificação de lacunas ou fragilidades na resposta. Se os funcionários atingirem um nível de capacidade de resposta adequado às situações de emergência, irão certamente contribuir para minimizar a extensão dos danos, tanto em instalações como equipamentos e coleções. Um treino eficaz faculta aos funcionários uma capacidade para reagir instintivamente e sem pânico. Para além disso, a realização de sessões regulares de treino permite também melhorar continuamente o plano de emergência existente.

Page, Clareson e Teper (2008, p. 92), acentuam a importância de um bom programa de treino, no aspeto de assegurar que os envolvidos conseguem manter a calma durante situações críticas. Também Roberston (2014, p. 25) se refere às reações emocionais em emergência e desastres, fazendo-as depender de vários fatores onde se incluem não só o treino e a orientação, mas também a personalidade e idade de cada indivíduo.

Para Pereira (2012, p. 90), os simulacros deverão ser uma atividade de rotina com o objetivo de dotar os funcionários de uma capacidade de resposta face a catástrofes, assim como de uma capacidade de gerir o stress. O pânico é muitas vezes o resultado de uma falta de conhecimento quanto ao modo de agir. No fundo, os simulacros são um complemento das ações de formação. Os cenários destes simulacros deverão aproximar-se o mais possível de potenciais desastres. A complexidade dos simulacros aumentará gradualmente, para que a eficácia e a confiança dos colaboradores da biblioteca vá também aumentando.

Llorca (2007, p. 35) acrescenta que os simulacros irão contribuir para que os funcionários utilizem, cada vez mais, correta e rapidamente os sistemas de combate a desastres.

Uma vez que, como já foi referido, a segurança das pessoas é uma prioridade, é imprescindível que aqueles que trabalham na Biblioteca conheçam o protocolo para a evacuação do edifício.

Por vezes, como se chamou a atenção na *Conférence des recteurs et des principaux de su universités du Québec* (1995, p. 22) não é necessária uma evacuação total do edifício. De acordo com o local onde ocorre o desastre, a evacuação pode ser limitada a um andar e eventualmente aos pisos adjacentes. Os ocupantes dos restantes andares deverão esperar ordeiramente até serem chamados a abandonar as instalações.

Para Carvalho e Soares (2009, p. 6), o principal objetivo de um plano de evacuação é assegurar uma saída rápida e ordeira de todos os utentes das instalações em perigo.

Pereira (2012a), p. 49) afirma que a evacuação de um edifício terá de ser previamente estudada e analisada. Os caminhos de evacuação deverão estar desobstruídos, tornando o percurso dos ocupantes o mais rápido e o mais seguro possíveis. Deverá existir um itinerário principal, correspondendo ao percurso feito normalmente, e um itinerário alternativo, para casos em que a trajetória anterior se encontre impedida.

Como realça Ferreira (2006/2007, p. 22), um plano de evacuação só poderá ser implementado corretamente após ter sido dado a conhecer em detalhe a todos os funcionários. Nos caminhos de evacuação haverá obrigatoriamente sinais de segurança normalizados e visíveis, tanto de dia como de noite.

Baptista (2009, p. 23) acrescenta a necessidade de auxiliar todos aqueles cuja capacidade de locomoção seja limitada, de modo a assegurar que ninguém fique bloqueado. É também importante impedir que alguém regresse ao interior do edifício no decurso das operações de emergência.

De acordo com Page, Claeson e Teper (2008, p. 91), a falha de muitas instituições não é a inexistência de um plano de emergência, mas sim a falta de treino para pôr em prática esse plano. Na verdade, o treino deve envolver a gestão de topo e todos os colaboradores da Biblioteca, sendo esta a única maneira de ter uma equipa

coesa. Para estes três autores, para além de todas as outras vantagens já referidas, os exercícios de treino melhoram tanto o desempenho individual, como a confiança dos trabalhadores.

No que diz respeito à formação, Shukor (1996, p. 48) diz que esta envolve essencialmente dois grupos. De um primeiro grupo deverão fazer parte todos os colaboradores da biblioteca, enquanto que o segundo grupo deverá apenas incluir os membros da equipa de emergência.

Para este segundo grupo, a formação deverá ser mais especializada e frequente, já que esta equipa será a responsável por liderar todos os outros em caso de ocorrência de desastre.

Para Llorca (2007, p. 35), um bom treino deverá também abranger outros aspetos, como seja a autoproteção contra possíveis lesões, técnicas de trabalho em equipa e até meios de lidar com o stress.

Em conclusão, e como se afirma no NEDCC (2015), nunca será demais realçar a importância da formação de todos os funcionários em procedimentos de emergência, uma vez que estes são muitas vezes uma primeira linha de defesa contra desastres.

2.2.7 Resposta

Uma vez feito o plano de emergência mais adequado à biblioteca em questão, e depois de escolhida a equipa do plano de emergência, o melhor cenário será aquele em que nem o plano, nem a equipa sejam alguma vez necessários. Porém, qualquer tipo de desastre poderá evidentemente acontecer. Passa-se então àquilo que se denomina por resposta, e que dependerá das características do desastre.

De acordo com o Conservation Center, a resposta inclui as atividades que deverão ser tomadas a curto prazo e das quais fazem parte prioritariamente as ações imediatas de salvamento de vidas e proteção de propriedade. Na resposta são executadas as operações que constam do plano de emergência.

São diversas as medidas a tomar, mas, segundo McIlwaine (2008, p. 37), as primeiras serão dar o alarme e contactar imediatamente os membros da equipa, assim como os serviços de emergência adequados. Imediatamente a seguir, deve-se proceder à evacuação do edifício e, se houver possibilidade, tratando-se de fogo, utilizar os extintores de incêndio disponíveis no local. Contactado o chefe da equipa, este deverá assumir imediatamente a liderança do grupo em todas as atividades de resposta. Logo que possível, o ambiente da biblioteca deve ser estabilizado, o que, no caso de o desastre envolver água, irá ajudar a prevenir o crescimento de fungos.

Em alguns casos, dependendo da natureza do desastre, a avaliação inicial só poderá ser feita a partir do exterior do edifício. Nestes casos, terá de se proceder a uma segunda avaliação, logo que volte a ser permitido o acesso ao edifício.

Todas estas medidas constam das *Diretrizes da IFLA* (Adcock, 2004).

A ALIA (Australian Library and Information Association, 2010, p. 6) acrescenta ainda a estes pontos a importância de filmar tanto quanto possível toda a situação, o que mais tarde poderá vir a provar ser de uma enorme utilidade.

Por vezes, e conforme a gravidade do desastre, terão de ser chamados a ajudar elementos da equipa da Biblioteca que não façam parte da equipa de emergência, e até mão-de-obra voluntária que eventualmente se disponha a colaborar.

2.2.8 Recuperação

O processo de recuperação deverá ter lugar logo que possível, quando os procedimentos de resposta tiverem terminado e o local seja considerado seguro.

Zaveri (2013, p. 81) afirma que uma resposta imediata adequada ao desastre poderá fazer toda a diferença entre danos graves e uma recuperação bem-sucedida. Deste modo, o facto de este trabalho de recuperação poder ser realizado com antecedência, irá certamente aumentar a possibilidade de economia de material, diminuição de danos e recuperação de custos.

De acordo com Robertson (2014, p. 29), uma vez considerado estável o cenário do desastre, ou seja, suficientemente seguro para que os colaboradores aí trabalhem, podem ser ativados os planos que facilitam o retorno a um funcionamento normal.

Para Kahn (2003, p. 3), a fase de recuperação concentra-se num regresso aos serviços normais de forma atempado, eficiente e rentável, e na restauração da coleção de forma a poder ser utilizada.

No Conservation Center, a recuperação engloba todas as atividades a curto, médio e longo prazos após um período de emergência causado por desastre, com o objetivo de fazer regressar à normalidade o funcionamento de toda a instituição.

Segundo NEDCC (2015), este regresso à normalidade irá depender da natureza e extensão do desastre. Quando da confrontação com um desastre, várias questões deveram ser abordadas. Será necessário definir em primeiro lugar as etapas específicas para cada atividade de reabilitação. Para isso terá de se decidir quem irá executar cada uma dessas atividades e quem supervisionará o trabalho. Deverá ser definido o local de todas as atividades e, se necessário, um espaço de armazenamento temporário. Para além disso, terá de haver alguém com autoridade suficiente para tomar a decisão de descartar itens danificados, assim como alguém que tenha conhecimento de todos os fundos disponíveis. Haverá casos em que o trabalho pode ser executado apenas pela equipa, mas outros em que será necessário contratar ajuda externa.

Mclaiwaine (2008, p. 45) chama a atenção para o facto de, ao ser impossível restabelecer os serviços para utentes com brevidade, deverá ser encontrado um local temporário alternativo.

Adcock (2004, p. 43) enumera diversas etapas na fase de recuperação. Após serem determinadas as prioridades de conservação e no caso de ser necessário e possível fazer uma consulta a conservadores quanto aos métodos mais eficazes de limpeza e recuperação dos materiais, deve ser realizada uma estimativa de custos. O local do sinistro deve ser limpo e reabilitado o mais depressa possível. Deverá ser feita uma separação das peças a destacar, substituindo exemplares que justifiquem um tratamento especial de conservação. Todo o material tratado será colocado no local renovado. Em algumas situações, uma cooperação com outras bibliotecas ou museus poderá ser de grande utilidade. Em caso de necessidade, será conveniente contactar as autoridades municipais ou distritais para uma cedência de instalações que possam funcionar como depósito provisório.

No que diz respeito ao tratamento do material, segundo McIlwaine (2008, p. 46), existem hoje várias operações técnicas de recuperação dos itens danificados. Normalmente, e no caso de se tratar de itens molhados, efetua-se uma secagem a frio e por vácuo. Quando estas operações não forem possíveis, deve fazer-se uma secagem por circulação de ar de pequenos lotes de materiais, estabilizados previamente por congelação. Quando estes materiais estiverem secos, deverá tentar obter-se um parecer de especialistas nesta área sobre problemas específicos. No caso de o número de itens a necessitar de tratamento especial ser elevado, a solução passa por definir prioridades, deixando os de prioridade mais baixa acondicionados em caixas. Estes serão tratados logo que haja tempo e recursos para o fazer

À medida que os custos reais se forem definindo, será possível negociar com as seguradoras. Por esta mesma razão, e para que essa negociação se torne mais fácil, também Zaveri (2013, p. 86) afirma que é de extrema importância documentar cuidadosamente todas as atividades. Devem ser escritos relatórios e tiradas fotografias durante toda esta fase. Tudo isto irá dar às companhias de seguros uma imagem bem mais precisa dos danos.

3. Análise de Dados

Neste capítulo pretende-se apresentar os resultados das ações desenvolvidas durante o Estágio na Biblioteca da FLUL. Começa-se por uma pesquisa de documentação que permita uma observação mais consciente dos aspetos positivos e negativos do edifício no que diz respeito à segurança e da sua conformidade com a legislação em vigor. Apresenta-se em seguida um inquérito a todos os colaboradores e uma entrevista ao Chefe de Divisão da Biblioteca. Ao longo do capítulo é feita uma análise dos dados recolhidos, e são apresentadas algumas imagens ilustrativas.

3.1 Análise documental

O documento que mais interessaria a analisar, ou seja, o plano de emergência da Biblioteca da FLUL, não existe nem nunca existiu. Porém, e por sugestão do Dr. Pedro Estácio Santos, foi possível consultar *online* uma série de livros, *sites*, artigos, teses e legislação relacionada com o tema do trabalho.

De referir as Teses *Plano de Emergência Interno da Biblioteca Municipal de Pinhal Novo*, de Vanessa Sofia Menezes dos Santos, *O Plano de Emergência, a sua importância*, de Isabel Cristina Guimarães Ferreira, *O Plano de Emergência contra Incendio de um Edifício*, de Raquel Dias Baptista, e o *Plano de Emergência da Biblioteca Municipal de Palmela* de João Chaveiro.

De grande utilidade foi também o *Guide d'élaboration d'un plan d'urgence*, da *Conférence des recteurs et des principaux des universités du Québec*, sugerido pelo Dr. Pedro Estácio Santos e o artigo *Are Disaster and Emergency plans truly complete?*, de Dunstan Newman e Nadine Newman.

Foi também consultado o site do NEDCC (Northeast Document Conservation Center).

Foram ainda utilizadas para consulta algumas obras fornecidas pelo Professor Jorge Revez a destacar *Construção de um Questionário* de Manuela Magalhães Hiil e Andrew Hill, *O processo de investigação: da conceção à realização* de Marie-Fabienne

Fortin, Disaster Planning for Libraries de Guy Robertson e Disaster Response and Planning for Libraries de Miriam B. Kahn.

No que diz respeito à legislação, nem sempre foi fácil de encontrar, havendo algumas normas, que apenas foi possível consultar devido à ajuda do Doutor Professor Carlos Guardado da Silva. Foi o caso da NP 4413: 2012 - Segurança contra incêndios, manutenção de extintores e da NP 4386: 2014 – Equipamento de segurança e de combate a incêndio, Símbolos gráficos para as plantas de emergência de segurança contra incêndio.

As seguintes Portarias e Decreto-lei foram consultados online: Decreto-Lei n.º 220/2008, Portaria n.º 1532/2008 e Portaria n.º 1456-A/95.

De uma maneira geral, os textos consultados contribuíram para uma mais vasta informação, principalmente nas áreas de elaboração de planos de emergência, prevenção de desastres em bibliotecas, segurança e legislação relativa ao tema.

3.2 Observação do edifício e das condições de funcionamento

O edifício da Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa conta com uma área coberta de 6.600 m². A sua história recua até 1858, ano em D. Pedro V instituiu a Biblioteca do Curso Superior de Letras. Até 1959, a Biblioteca funcionou no edifício anexo à Academia de Ciências, mais precisamente nas instalações do Convento de Nossa Senhora de Jesus da Ordem Terceira de S. Francisco, no Bairro Alto. Este convento funcionara desde 1854, como sede da Academia das Ciências de Lisboa. A pedido do Rei D. Pedro V, a Academia de Ciências cedeu espaços para a instalação do Curso Superior de Letras, que aí permaneceu até 1958. Entre este ano e o seguinte efetuou-se a mudança da Faculdade e da sua Biblioteca para instalações próprias na Cidade Universitária.

Nesta Biblioteca encontram-se obras muito raras dos séculos XVII, XVIII, XIX e XX de várias áreas culturais. Já quase na última década do século XX, a Biblioteca passou por uma significativa fase de reorganização e modernização, tendo então dado início ao processo de informatização.

Em 2000, a Biblioteca passou a ter o seu próprio Edifício, da autoria do Arquiteto Harro Wittmer. Este novo edifício está localizado a norte do edifício da Faculdade de Letras, este projetado pelo Arquiteto Pardal Monteiro.

Ao mudar-se para o novo edifício, a Biblioteca viu crescer a sua estrutura orgânica e funcional, estando hoje apta para oferecer um número cada vez mais amplo de serviços.

Hoje em dia, é uma das Bibliotecas cooperantes do SIBUL (Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade de Lisboa).

A biblioteca está distribuída por três pisos, sendo um abaixo do solo. Existem espaços públicos e privados, aos quais só têm acesso os colaboradores autorizados. Existem ainda espaços públicos de acesso condicionado, como é o caso dos gabinetes para estudo individual, numerados de 1 a 20 no piso 1 da sala de leitura. O acesso a estes espaços só é permitido mediante uma autorização prévia.

A sala de leitura ocupa o piso 1 e o piso 2, sendo o acesso condicionado por um sistema de torniquetes, que é ativado por leitura ótica e ou magnética de cartões.

Existem dois balcões de Atendimento, um no piso 0 e outro no piso 2, embora as suas funções sejam de diferente natureza.

Os horários da sala de leitura são bastante amplos, indo de segunda a sexta-feira entre as 9:00 e às 20:00. Os depósitos funcionam também de segunda a sexta-feira entre as 10:30 e as 13:00 e entre as 14:00 e as 18:30.

O tempo de estágio passado na FLUL permitiu observar um grande número de aspetos, que antes, como utilizadora da Biblioteca me tinham passado despercebidos. Assim, e porque o objetivo era exatamente observar atentamente, comecei por tomar atenção aos diversos equipamentos relacionados com segurança. Entre estes equipamentos pude a existência de um grande número de extintores dos tipos Pó Polivalente ABC e alguns de Anídrico Carbónico (CO₂).

De acordo com o que foi dito na *Conférence des recteurs et des principaux des universités du Québec* (1995, p. 20), as bibliotecas devem seguir três regras essenciais de modo a garantir a eficácia dos extintores de incêndio. Em primeiro lugar, devem ser verificados regularmente, para que fique assegurado que estão devidamente carregados e em boas condições de funcionamento. Em segundo lugar, deve haver o cuidado de colocar as instruções de operação na parte da frente do extintor. Finalmente, os extintores devem ser colocados em locais de fácil acesso e grande visibilidade perto das saídas de emergência. Ficou claro que estas três regras são totalmente respeitadas na Biblioteca da FLUL, assim como é respeitado o artigo n.º 8 da Portaria n.º 1456-A-95) (p. 7734) segundo o qual os extintores devem ser de cor vermelha.



Figura 1: Instruções de utilização do extintor



Figura 2: Extintor perto da saída de emergência

De acordo com a NP 4413 (2012, p. 23), os dados de manutenção devem ser registados numa etiqueta de fundo branco colocada na parte lateral, de modo a permitir uma boa visibilidade. Esta etiqueta deverá estar dividida em três espaços. No Espaço A

constará a identificação da empresa de manutenção, no Espaço B as datas de carregamento, manutenção e validade e no Espaço C a identificação do extintor.



Figura 3: Etiqueta do extintor

Como fica bem ilustrado (Figura 3), os extintores da Biblioteca preenchem todos os requisitos da norma acima referida

No que diz respeito à sinalização de segurança e de acordo com o artigo n.º 110 da Portaria n.º 1532/2008 (p. 9081), todas as placas de sinalização que indicam proibição, perigo, emergência e meios de intervenção devem ser de material rígido e fotoluminescente (Fig. 4).



Figura 4: Placas de sinalização fotoluminescentes

Acrescenta o artigo n.º 111 (p. 9081) do mesmo decreto que a distribuição das placas de sinalização deverá permitir a visibilidade de qualquer ponto (Fig. 5).



Figura 5: Placas de sinalização com visibilidade de vários ângulos

Segundo o artigo n.º 5 da Portaria n.º 1456-A/95 (p. 7734-(2), respeitante às características de sinalização, os sinais indicativos sobre o material de combate a incêndios deverão ter forma retangular ou quadrada e um pictograma branco sobre fundo vermelho (Fig. 6).



Figura 6: Sinalização do material de combate de incêndio

Como se vê pelas figuras 5 e 6, também estas regras são respeitadas na Biblioteca.

É de assinalar igualmente a existência de plantas de emergência, uma em cada um dos dois pisos da parte pública da Biblioteca, duas nos serviços técnicos e uma na zona dos depósitos.

As plantas encontram-se em conformidade com a NP:4386 (2014). De acordo com esta norma, é a seguinte a definição de planta de emergência: «planta afixada para os ocupantes de uma instalação na qual se ilustram os elementos necessários para evacuação, e na qual poderá estar informação fundamental sobre a evacuação, o salvamento e primeira intervenção.». (2014, p. 6)

Também de acordo com a norma estão as cores dos símbolos assim como a indicação da simbologia em legenda.

Para além disso, as plantas de emergência têm um cabeçalho normalizado, incluindo as palavras “Planta de Emergência” têm a identificação do piso e um número de emergência externo.

Refira-se que, para além dos caminhos de evacuação normais e alternativos, as plantas de emergência da Biblioteca incluem também a informação de caminhos de evacuação normal com saída para o exterior (Fig. 7).



Figura 7: Planta de emergência

No que diz respeito às saídas de emergência, encontram-se identificadas de modo a ser bem visível a diferença entre estas e as saídas normais que são utilizadas em período de funcionamento nas horas de serviço do edifício (Fig. 8 e 9).

As portas das saídas de emergência são portas corta-fogo, que para além de impedirem a passagem de chamas, fumos ou gases resultantes do incêndio, impedem também que a temperatura suba acima de um determinado limite, na face oposta à da combustão (Fig. 9).



Figura 8: Porta de saída de emergência com portas corta-fogo

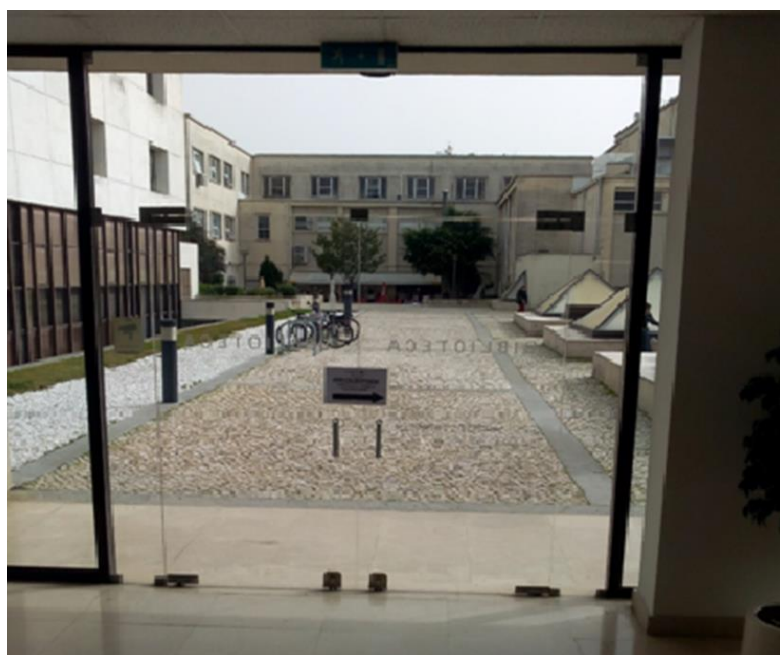


Figura 9: Porta de saída normal

Incluídos no equipamento de segurança, existem também detetores de monóxido de carbono (Fig. 10), que medem a concentração de monóxido de carbono (CO) no ambiente, permitindo saber se foram alcançados valores críticos.



Figura 10: Detetor de monóxido de carbono

A Biblioteca está ainda equipada com câmaras de vigilância (Fig. 11 e 12) colocadas em pontos estratégicos



Figura 11: Câmara de vigilância no acesso ao depósito



Figura 12: Câmera de vigilância na Sala de Leitura

Nos depósitos há uma área especial que funciona como um autentico *bunker* (Fig. 13 e 14) protegido por portas corta-fogo, onde estão guardadas as coleções mais valiosas, quer pela sua importância, quer pela sua unicidade.



Figura 13: Porta de entrada para o *bunker*



Figura 14: Interior do *bunker*

Finalmente é de registrar a existência (Fig. 15) de cadeiras elevatórias que permitem a pessoas com problemas de mobilidade o acesso a todos os pisos da Biblioteca.



Figura 15: Cadeira elevatória

3.3 Inquérito por questionário

O inquérito foi aplicado entre os dias 07-03-17 e 14-03-17, tendo obtido um total de 19 respostas. Estas respostas foram obtidas de forma presencial, ou seja, em contato direto com os inquiridos.

A população de estudo correspondeu a uma amostra de 19 participantes, todos eles colaboradores da Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. As questões relacionavam-se com uma pequena caracterização individual e com vários temas do ponto de vista de segurança, preparação para situações de emergência, eventual formação e noção de risco.

Os resultados das duas primeiras questões (Tabela 2) evidenciaram uma distribuição muito desequilibrada de sexos, uma vez que 84 % dos colaboradores pertence ao sexo feminino. No que diz respeito à idade, não existe nenhum colaborador com menos de 30 anos, sendo que a maioria se encontra na faixa etária entre os 30 e 40 anos. De facto, 47% dos membros da equipa pertence a esta faixa etária, logo seguida de uma percentagem de 42% para os trabalhadores com idade superior a 50 anos. Apenas dois colaboradores se encontram na faixa etária entre 30 e 40 anos.

Tabela 2: Idade e Sexo dos inquiridos

Informação	N.º	%
Total de Participantes:	19	
1. Idade:		
>30 anos	0	0
30-40 anos	2	10,53
41-50 anos	9	47,37
<50 anos	8	42,11
2. Sexo		
Feminino	16	84,21
Masculino	3	15,79

Dos 19 funcionários, 84% afirmou não ter conhecimento da existência do Plano de Emergência, enquanto que 16% respondeu o contrário.

As respostas destes três funcionários devem-se, talvez, ao facto de, como o Dr. Pedro Estácio Santos afirmou, ter sido feito há uns quatro anos um estudo académico com a colaboração do Instituto de Geografia e Ordenação do Território (IGOT), com a finalidade de elaborar um Plano de Emergência para a Biblioteca. Este plano acabou por não ser elaborado, ao contrário do que estes três funcionários poderão ter pensado (Tabela 3).

Tabela 3: Plano de Emergência

Informação	N.º	%
3. Conhecimento de existência de um Plano de Emergência		
Sim	3	15,79
Não	16	84,21

Do questionário faziam parte sete questões em que, após a pergunta inicial, se dava a possibilidade ao inquirido de escolher uma ou mais opções sugeridas, tratando-se, portanto, de perguntas de escolha múltipla. Estas perguntas irão aparecendo ao longo do questionário.

Na pergunta relativa ao tipo de obras a que o edifício da Biblioteca teria sido submetido (Tabela 4), eram dadas cinco opções: exteriores, interiores, sistema de canalização, sistema elétrico e outros, sendo que, como já foi referido, o participante podia optar por uma ou mais destas alternativas. Cinco dos participantes não responderam a esta pergunta, dez referiram obras interiores, cinco obras exteriores, três no sistema de canalização, 2 no sistema elétrico e, finalmente, dois escolheram a opção ‘outros’.

Tabela 4: Obras no Edifício

Informação	N.º	%
4. Tipo de obras a que o Edifício foi submetido:		
Exteriores	5	26,32
Interiores	10	52,63
Sistema de canalização	3	15,79
Sistema elétrico	2	10,53
Outros	2	10,53
Não respondeu	5	26,32

Foi também pedido aos funcionários aquilo que consideravam ser os dois riscos mais prováveis de ocorrer nesta Biblioteca (Tabela 5). As opções disponíveis eram as inundações, o fogo, sismo, infestações e vandalismo. As inundações aparecem em primeiro lugar, e com uma percentagem que se destaca de todas as outras. De facto, 89% dos trabalhadores escolheu esta opção, seguida das infestações com 47%. O fogo foi a terceira opção mais escolhida com 37%. Apenas 5% dos colaboradores escolheu o vandalismo e um deles não respondeu.

Tabela 5: Riscos Prováveis

Informação	N.º	%
5. Dois riscos prováveis nesta Biblioteca:		
Inundação	17	89,47
Fogo	7	36,84
Sismo	2	10,53
Infestação	9	47,37
Vandalismo	1	5,26
Não respondeu	1	5,26

Questionados sobre uma percepção da sua reação em determinadas situações de emergência (Tabela 6), registou-se uma percentagem elevada de percepção da reação individual, principalmente no que diz respeito a situações de ameaça de bomba, e inundação. Em caso de sismo, 47% dos inquiridos afirmou saber como reagir, assim como em caso de incêndio 37% julgou ter conhecimento de uma reação correta. Curiosamente apenas um dos inquiridos respondeu saber como reagir em caso de ameaça de bomba.

Tabela 6: Reação face a emergências

Informação	N.º	%
6. Percepção da reação individual face a emergências		
6.1. Em caso de Sismo		
Sim	9	47,37
Não	8	42,11
6.2. Em caso de inundação		
Sim	4	21,05
Não	12	63,16
6.3. Em caso de Ameaça de Bomba		
Sim	1	5,26
Não	15	78,95
6.4. Em caso de Incêndio		
Sim	7	36,84
Não	10	52,63
Apenas respondeu em caso de sismo	2	10,53
Não respondeu	1	5,26

Apenas para 32% dos participantes o acervo documental da Biblioteca está corretamente acondicionado, sendo que para 58% as condições não são ideais. Dois colaboradores não responderam a esta questão (Tabela 7).

Tabela 7: Acondicionamento

Informação	N.º	%
7. Condições corretas de acondicionamento		
Sim	6	31,58
Não	11	57,89
Não respondeu	2	10,53

No que diz respeito à existência de ações de formação na área de segurança (Tabela 8), a quase totalidade dos inquiridos admitiu que não existia, sendo que apenas um não respondeu. Devido a este facto, a questão seguinte, que incidia sobre os diversos tópicos abordados durante a formação, deixou de fazer sentido.

Tabela 8: Formação

Informação	N.º	%
8. Formação de Segurança		
Sim	0	0
Não	18	94,74
Não respondeu	1	5,26

Na questão relacionada com a existência de equipamento de combate a incêndios (Tabela 9), as opções eram a existência de sistemas de deteção de incêndio, localização do material de combate a incêndios e sinalização de material extintor. Uma vez mais, um dos colaboradores não respondeu, 84% assinalou a existência de sistemas de deteção

de incêndio, 63% respondeu sinalização do material extintor e apenas um não respondeu.

Tabela 9: Equipamentos de combate a incêndios

Informação	N.º	%
10. Existência de equipamento de combate a incêndios:		
Sistemas de detecção de incêndio	16	84,21
Localização do material de combate a incêndios	10	52,63
Sinalização do material extintor	12	63,16
Não respondeu	1	5,26

Questionados sobre a existência de um controle regular dos detetores e alarmes (Tabela 10), 58% dos trabalhadores respondeu que sim, 16% respondeu negativamente e 26% não respondeu. Também no que diz respeito ao controle regular de extintores, 5% dos inquiridos não respondeu, enquanto que a maioria dos restantes, mais precisamente 68%, respondeu afirmativamente.

Tabela 10: Controle do equipamento

Informação	N.º	%
11. Controle regular de alarmes		
Sim	11	57,89
Não	3	15,79
Não respondeu	5	26,32
Controle regular de extintores		
Sim	13	68,42
Não	1	5,26
Não respondeu	5	26,32

A questão seguinte referia-se à participação dos participantes em simulacros de situações de emergência (Tabela 11). 16 dos inquiridos admitiram não terem participado em simulacros, sendo que os 3 restantes responderam afirmativamente. Foi também perguntado qual seria a frequência ideal destes mesmos simulacros. 63% optou por uma

realização anual, enquanto que tanto para a realização semestral como trimestral foi a mesma a percentagem das respostas, ou seja 16%. Ninguém optou pela realização mensal e houve também um funcionário que não respondeu a esta questão.

Tabela 11: Simulacros

Informação	N.º	%
13. Participação em Simulacros		
Sim	3	15,79
Não	16	84,21
14.Frequência de Simulacros		
14.1. Uma vez por ano	12	63,16
14.2. Semestralmente	3	15,79
14.3. Trimestralmente	3	15,79
14.4. Mensalmente	0	0
Não respondeu	1	5,26

As duas questões seguintes relacionavam-se também com simulacros. Na primeira, pedia-se aos inquiridos que assinalassem os tipos de cenários que, na sua opinião, deveriam ser testados através da realização de simulacros. Dezoito dos dezanove escolheram incêndio, treze optaram por sismo, onze por inundação e houve ainda nove que optaram por ameaça de bomba. Quanto à utilidade dos simulacros, uma grande percentagem, mais precisamente 74%, optou por escolher as três hipóteses referidas, ou seja criar rotinas em caso de emergência, conhecer as vias de evacuação e saber quem faz o quê em caso de emergência.

Tabela 12: Simulacros/Cenários e utilidade

Informação	N.º	%
15. Cenários de Simulacros:		
Incêndio	18	94,74
Sismo	13	68,42
Inundação	11	57,89
Ameaça de Bomba	9	47,37
Outro Qual ?	0	0
16. Utilidade dos Simulacros:		
Criar rotinas em caso de emergência	4	21,05
Conhecer as vias de evacuação	5	26,32
Saber quem faz o quê em caso de emergência	3	15,79
Todos os acima referidos	14	73,68

Na última destas opções de múltipla escolha, pedia-se aos participantes para assinalarem os meios de melhorar a resposta a emergência (Tabela 13), sendo que lhes eram sugeridos os simulacros, a formação específica na área de segurança/emergência e seminários. Foram os simulacros o alvo de maior escolha com 68%, ficando a formação em segundo lugar com 58%. 32% optou por todos os referidos.

Tabela 13: Meios de melhorar a resposta

Informação	N.º	%
17. Meios de melhorar resposta a emergência:		
Simulacros	13	68,42
Formação específica na área de segurança/emergência	11	57,89
Seminários	0	0
Todos os referidos	6	31,58

Quanto ao conhecimento da localização da planta de emergência (Tabela 14), o número de respostas afirmativas e negativas foi praticamente o mesmo, sendo que 10 dos inquiridos responderam afirmativamente e os 9 restantes negativamente.

Tabela 14: Planta de Emergência

Informação	N.º	%
18. Conhecimento da existência da Planta de Emergência		
Sim	10	52,63
Não	9	47,37

As três questões seguintes referiam-se ainda à planta de emergência, mais precisamente à sua localização, ao seu conteúdo e à facilidade de leitura da mesma (Tabela 15). Grande parte dos inquiridos, ou seja 68% não sabia onde se localizava esta planta e ainda uma maior percentagem, 79%, não tinha conhecimento do seu conteúdo. 21% estavam familiarizados com este mesmo conteúdo, achavam-no de fácil leitura.

Tabela 15: Planta de Emergência/Localização/Conhecimento/Leitura

Informação	N.º	%
19. Localização da Planta de Emergência		
Sim	6	31,58
Não	13	68,42
20. Conhecimento da Planta de Emergência		
Sim	4	21,05
Não	15	78,95
21. Fácil leitura da Planta de Emergência		
Sim	4	21,05
Não		

À questão sobre a sinalização das saídas de emergência, 84% dos participantes respondeu que estas estavam sinalizadas, dois não responderam e houve ainda um que respondeu negativamente. Também à questão seguinte, sobre o modo de abertura das portas de emergência, houve dois funcionários que não responderam. Catorze responderam que as portas abriam para o exterior e, curiosamente, três responderam que estas abriam para o interior (Tabela 16).

Tabela 16: Saídas e Portas de Emergência

Informação	N.º	%
22. Sinalizações das saídas de Emergência		
Sim	16	84,21
Não	1	5,26
Não respondeu	2	10,53
23. Abertura das portas de Emergência		
Exterior	14	73,68
Interior	3	15,79
Não respondeu	2	10,53

As quatro questões seguintes referiam-se ao funcionamento do sistema elétrico, às regras de segurança e à colaboração em equipas de segurança (Tabela 17).

A maior parte dos inquiridos, 68%, afirmou que o sistema elétrico funcionava corretamente, assim como 53% afirmou que as tomadas de corrente também se encontravam em bom estado. Era importante saber se existiam regras de segurança afixadas. As respostas não foram suficientemente esclarecedoras sobre a sua existência, uma vez que apenas quatro participantes responderam afirmativamente, dois não responderam e a grande maioria, mais precisamente 68%, respondeu negativamente. Foi também perguntado aos trabalhadores se gostariam de colaborar em equipas de segurança, sendo gratificante saber que mais de metade dos inquiridos, ou seja, doze funcionários estariam na disposição de participar.

Tabela 17: Sistema elétrico, regras de Segurança e equipas de Segurança

Informação	N.º	%
24. Funcionamento do sistema elétrico		
Sim	13	68,42
Não	3	15,79
Não respondeu	3	15,79
25. Funcionamento das tomadas de corrente		
Sim	10	52,63
Não	8	42,11
Algumas	1	5,26
26. Regras de Segurança afixadas		
Sim	4	21,05
Não	13	68,42
Não respondeu	2	10,53
27. Colaboração em equipas de Segurança		
Sim	12	63,16
Não	5	26,32
Não respondeu	2	10,53

Em seguida, foi perguntado aos respondentes qual a sua experiência nas áreas de segurança e na utilização de equipamento de combate a incêndios (Tabela 18).

89% admitiu não ter qualquer experiência na área de segurança e emergência, havendo apenas dois funcionários que responderam afirmativamente. Inclusivamente no que diz respeito à utilização de equipamentos ao combate a incêndios, apenas uma minoria, 21%, seria capaz de os utilizar.

Tabela 18: Experiência em Segurança e equipamentos de combate a incêndio

Informação	N.º	%
28. Experiência em Segurança /Emergência		
Sim	2	10,53
Não	17	89,47
29. Conhecimento de utilização de equipamentos de combate a Incêndio		
Sim	4	21,05
Não	15	78,95

A última questão de resposta fechada referia-se à existência de uma caixa de primeiros socorros (Tabela 19), sendo que 84% dos colaboradores respondeu afirmativamente.

Tabela 19: Caixa de Primeiros Socorros

Informação	N.º	%
30. Existência de caixa de primeiros socorros		
Sim	16	84,21
Não	2	10,53
Não respondeu	1	5,26

A última questão deste inquérito era de resposta aberta, perguntando-se aos colaboradores o que gostariam de ver melhorado na Biblioteca no ponto de vista de segurança. Houve uma boa colaboração por parte dos inquiridos, já que 63% contribuiu com as suas sugestões. De um modo geral, a falta de informação na área de segurança foi uma das constantes nas respostas. Foi também repetidamente referida a importância de ações de formação, a realização de simulacros e testes ao material, assim como a existência de um plano de evacuação. Alguns dos funcionários foram mais específicos nas suas respostas, referindo uma melhor limpeza dos espaços e o problema da obstrução ainda que parcial, das vias de circulação. Foi também mencionada a necessidade de vigilância a funcionar a 100% em todos os espaços da Biblioteca. Houve ainda um funcionário que fez questão de mencionar a importância de sinalização nos degraus das escadas de acesso ao piso 1 e 2, em caso de falta de energia.

3.4 Entrevista

A entrevista iniciou-se com uma abordagem ao tema de ocorrências prévias, sendo assim, a primeira questão colocada ao Dr. Pedro Estácio Santos relacionava-se com a existência ou não da ocorrência de algum desastre natural na Biblioteca, como por exemplo um sismo ou ciclone. O entrevistado respondeu negativamente em relação a qualquer tipo de desastre natural dessa natureza e dimensão, e acrescentou que a Biblioteca nunca se vira confrontada nem mesmo com qualquer problema causado por infestação de insetos ou bolores.

O que há a reportar é um acidente causado não só por condições naturais, mas que também poderá ser atribuído a erro humano na conceção do edifício da Biblioteca, mais precisamente na zona de depósitos. Na realidade, em situações de chuva de grande intensidade tem se verificado entrada de água nesta área.

O que acontece é que a cota do exterior fica num plano superior em relação à cota do solo do interior do edifício, daí resultando que em determinadas situações, como a atrás referida, haja a possibilidade de entrar água pela saída de emergência aí situada, uma vez que o escoamento não é suficiente. Esta situação, logo identificada após a construção do edifício, embora tenha melhorado com obras realizadas no pátio exterior relacionadas com a drenagem das águas, não ficou totalmente resolvida. Sempre que a precipitação é muito intensa, o escoamento não é o suficiente para evitar a entrada de água nesta área.

É uma situação não só causada por condições naturais, mas também por problemas imputáveis aos humanos, no que diz respeito à dimensão da rede de escoamento de águas pluviais.

Trata-se pois de uma situação perfeitamente identificada e reportada que se encontra a aguardar solução.

Inquirido sobre desastres causados por mão-humana ou falha técnica na Biblioteca, o Dr. Pedro Estácio Santos referiu a ocorrência pontual de quebras de energia e picos de tensão. *É uma situação que poderá ocorrer por razões internas de sobrecarga da rede elétrica, sobretudo em momentos em que seja necessário ligar os equipamentos e ar-condicionado ao mesmo tempo que muitos outros equipamentos ou*

luzes estejam ligados. Porém, existe uma segunda razão não imputável à Faculdade, quando ocorre um corte de energia global ou problemas no transformador que serve a Universidade. O importante é que se trata de uma situação esporádica.

O segundo tema abordado relacionava-se com as Condições do Edifício. Perguntou-se ao Dr. Pedro Estácio Santos se o Edifício, da autoria do arquiteto Harro Wittmer apresentava todas as condições para um funcionamento seguro da Biblioteca. O entrevistado não teve dúvidas em responder afirmativamente, acrescentando, porém, *que existem aspetos em que o edifício poderia e deveria ser melhorado, como é o caso da zona do depósito.*

No essencial, todas as regras de segurança estão salvaguardadas, com a existência de extintores, aspersores e detetores de incêndio. Os quadros elétricos estão devidamente preparados para disparar em caso de sobrecarga ou curto-circuito, evitando assim situações de risco maior.

Em resposta à questão sobre as principais fragilidades da Biblioteca, o Dr. Pedro Estácio Santos referiu a pouca visibilidade da sinalização das saídas de emergência e também a falta de visibilidade da planta de localização global das saídas de emergência e a necessidade da sua atualização.

Quando questionado sobre qualquer ocorrência anterior de obras no edifício, o Chefe de Divisão da Biblioteca referiu essencialmente *as obras feitas na zona dos pátios para resolver o problema já mencionado das águas pluviais e a concentração das águas da chuva, e uma outra intervenção de grandes proporções, realizada na cobertura do Edifício. Esta intervenção destinava-se a resolver o problema de infiltrações em certas zonas do último piso, e que ficaram completamente resolvidas com a obra de isolamento da cobertura.*

Pontualmente, o edifício tem também sido submetido a obras de fundo nas casas de banho e sobretudo obras de desentupimento dos esgotos. Para além disso, são regularmente efetuadas operações de descalcificação dos canos com o objetivo de os manter desobstruídos e operacionais, evitando assim situações que poderiam causar inundações.

O Dr. Pedro Estácio Santos revelou ainda que, *embora sem data prevista, está a ser preparada uma obra para acautelar a expansão do depósito e que deverá ter em*

conta todas as questões de segurança. Para além disso, está também programada uma obra que envolve a substituição do sistema de iluminação existente, e que para além de ter vantagens do ponto de vista económico, irá garantir uma melhor iluminação no espaço físico da Biblioteca. Essa melhor iluminação é de toda a relevância, até para evitar alguns acidentes como quedas, para além de facilitar a localização das obras e a consulta dos livros que se encontram em livre acesso nas estantes

As seguintes questões estavam diretamente ligadas com um dos temas mais importantes da entrevista, ou seja, o Plano de Emergência. Em relação à questão sobre a existência de um Plano de Emergência, o Dr. Pedro Estácio esclareceu que de facto a Biblioteca não possui um Plano de Emergência, mas apenas um mapa com a localização das saídas de emergência. Há uns 4 anos atrás, o serviço da Biblioteca foi envolvido num estudo académico feito com a colaboração do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território que visava a criação e a elaboração de um Plano de Emergência para a Faculdade de Letras, que incluía a Biblioteca. Embora esta iniciativa tenha dado alguns frutos, não resultou, porém, na elaboração de um plano. O esquecimento da necessidade de um plano que salvguarde situações de emergência e o desconhecimento da sua obrigatoriedade do ponto de vista legal, no que diz respeito às entidades públicas, têm contribuído para a inexistência desse mesmo plano.

Quanto ao tipo de reação e resposta no caso da Biblioteca se ver confrontada com um desastre natural, o entrevistado explicou a sua imprevisibilidade, *devido a uma série de variáveis que ninguém pode dominar. Essas variáveis estão ligadas à natureza e dimensão da catástrofe e ao número de colaboradores e restantes ocupantes do Edifício no momento da catástrofe. É, porém, certo que não seria uma resposta concertada, devido à falta de um Plano de Emergência e de uma voz de comando que pudesse alinhar e orientar todos os outros.*

Confrontado com a hipótese de ser o líder da equipa, na eventualidade de se elaborar um Plano de Emergência, afirmou a sua total disponibilidade, chamando a atenção para o facto de qualquer outra pessoa o poder fazer. *O importante seria escolher alguém com perfil adequado para assumir a liderança, com uma boa capacidade de reação e resistência ao stress. Para além disso, alguém que pudesse mobilizar meios e pessoas e com um conhecimento profundo do Plano de Emergência.*

Questionado sobre o tipo de colaboração que poderia esperar de todos os técnicos da Biblioteca, no caso de ser elaborado um Plano de Emergência, o Dr. Pedro Estácio Santos não teve quaisquer dúvidas em afirmar uma colaboração ativa de todos eles. *Sabe que a equipa está consciente da necessidade e da relevância da existência de um plano.* Todos procurariam colaborar e cumprir o que ficasse determinado, embora certamente houvesse quem lidasse melhor com o perigo do que outros.

A propósito de o orçamento atribuído à Biblioteca poder ou não comportar os custos de um Plano de Emergência, o qual tornaria necessárias medidas adicionais, o Diretor esclareceu que *a verba para os custos deste Plano não sairia do orçamento específico da Biblioteca, mas sim do orçamento global da Faculdade para obras nas suas infraestruturas. Tratando-se de uma necessidade decorrente do cumprimento da lei, esses custos seriam certamente aprovados.*

Passou-se em seguida ao tema de Segurança e Prevenção. A primeira questão deste tema estava relacionada com a sinalização das saídas de emergência e a sua passagem para áreas seguras. Na opinião do Dr. Pedro Estácio Santos, estas saídas de emergência, embora ofereçam passagem livre para zonas seguras e estejam devidamente assinaladas no local, deveriam ter sinalética adicional em outros espaços do edifício. Na verdade, *para quem não frequente regularmente a Biblioteca, a existência das saídas de emergência poderá passar despercebida.*

Inquirido sobre a realização de simulacros de desastres, o Dr. Pedro Estácio Santos afirmou que, até ao presente, nunca se tinham realizado.

Na questão seguinte, pedia-se ao Chefe da Divisão da Biblioteca a sua opinião sobre a preparação dos colaboradores, no caso de ser necessária uma intervenção face a um fogo, antes da chegada dos bombeiros. Na opinião do entrevistado, embora os funcionários saibam da existência de um sistema de alarme que pode facilmente ser acionado e também da existência de aspersores em algumas zonas do depósito, assim como de extintores, o facto é que não crê que, de uma maneira geral, os seus colaboradores tenham formação para utilizar os extintores. Pelos menos no que diz respeito a uma formação obtida em contexto de trabalho.

Quanto à existência de portas corta-fogo, o Chefe da Divisão esclareceu que *elas existem em determinadas zonas do edifício consideradas estratégicas.* Nestas incluem-

se todas as zonas de acesso à Sala de Leitura e aos corredores para as saídas de emergência. Isto significa que será impedida a passagem do fogo para as zonas de evacuação. *As portas corta-fogo são automaticamente desbloqueadas em caso de emergência. Para além das zonas já referidas, existem também portas corta-fogo em outras zonas do edifício, mais especificamente no depósito.*

Ainda na área da Segurança e Prevenção, o Chefe da Divisão afirmou não ter conhecimento de alguma avaliação de riscos feita para a Biblioteca. Quanto aos desastres que, na sua opinião, poderiam causar mais danos às coleções, não teve dúvidas em referir o fogo e a água.

A este respeito esclareceu também que a Biblioteca se encontra equipada com detetores de fumo e monóxido de carbono, mas não com detetores de água.

De assinalar a existência de desumidificadores e um *cuidado constante de controlar a temperatura e a humidade. Nos depósitos é inclusivamente feita uma medição da intensidade da luz.*

Em relação à questão da existência de desinfestações regulares através de um contrato com uma firma da especialidade, foi esclarecido que é feito, pelo menos, um expurgo anual, normalmente no início da primavera. *Pontualmente, e em caso de necessidade, a operação de expurgo poderá repetir-se noutras alturas do ano, sendo feitas tantas intervenções quantas as necessárias até o problema estar resolvido. Para além disso, há na Biblioteca armadilhas para detetar a existência de insetos e roedores.*

Quanto à presença de um segurança no interior da Biblioteca quando esta se encontra encerrada, o Dr. Pedro Estácio Santos esclareceu que *as funções do segurança começam entre as sete e meia e oito da manhã e cessam às vinte e duas horas. No período de encerramento, estão ligados os alarmes e as câmaras de vigilância, mas não existe presença humana.*

Na última questão sobre Segurança e Prevenção, pedia-se ao Chefe da Divisão sugestões de alterações na Biblioteca. O Dr. Pedro Estácio Santos começou por afirmar que se deveria *considerar seriamente a elaboração de um Plano de Emergência para fazer face a um conjunto de catástrofes, sendo nesse sentido dada formação imediata a todos os colaboradores.* Até à elaboração de um Plano de Emergência, considerava de extrema importância, *e partindo dos meios disponíveis, dotar a equipa das*

competências necessárias para uma utilização correta do equipamento existente neste momento e que deverá ser acionado em caso de catástrofe.

O tema de Prioridades e Seguro foi o último a ser abordado na entrevista. Em resposta à questão sobre a existência ou não de uma lista de prioridades das coleções a proteger e a salvar, o Chefe da Divisão da Biblioteca confirmou *que na área do Depósito estavam salvaguardadas as coleções mais importantes, assim como o acervo mais valioso se encontra apenas em zonas em que existem não só sistemas de alarme, como uma proteção de várias portas corta-fogo.*

Trata-se de uma zona de acesso restrito e de tal maneira blindada que só muito dificilmente aí poderia ocorrer uma catástrofe. De facto, é como um bunker, sem janelas e com uma única entrada controlada por uma porta corta-fogo. O único desastre que poderia ocorrer teria que partir do interior, o que é muito pouco provável, uma vez que não existem aí materiais combustíveis que possam iniciar um incêndio. Tudo isto foi acautelado propositadamente.

É um espaço reservado a itens únicos ou obras raras e antigas. Existiu sempre o cuidado de salvaguardar todas as obras com valor patrimonial.

Na verdade, a maior parte das salas dos depósitos estão protegidas com portas corta-fogo, havendo, contudo, algumas salas que têm vidros, ou seja, abertura para o exterior, o que poderia configurar uma situação algo complicada em caso de ocorrência de uma catástrofe vinda do exterior do edifício.

A última pergunta da Entrevista dizia respeito à cobertura da Biblioteca por um seguro. Esclareceu o Dr. Pedro Estácio Santos que, embora não exista um seguro específico para a Biblioteca, esta se encontra coberta pelo mesmo seguro da Faculdade.

4. Discussão de Dados

Analisados os dados, é importante fazer de seguida o confronto de toda a informação recolhida, não só durante o estudo empírico, como também na revisão de literatura.

Uma vez que todo o trabalho se centra em planos de emergência para bibliotecas, será esse o tema a iniciar esta discussão.

Após consultada a legislação já referida no Capítulo Análise de Dados, a Portaria n.º 1532/2008 e o Decreto-Lei n.º 220/2008 e também o número 1 do artigo 5.º da Lei n.º 102/2009 sobre o Regime Jurídico da Promoção da Segurança e Saúde no Trabalho, segundo o qual «o trabalhador tem direito à prestação de trabalho em condições que respeitem a sua segurança e a sua saúde, asseguradas pelo empregador ou, nas situações identificadas na lei (...)», pode concluir-se que a Biblioteca da FLUL tem a responsabilidade de ter um Plano de Emergência. E, mesmo que assim não fosse, a elaboração de uma Plano de Emergência seria sempre uma medida de extrema utilidade, como afirma o Chefe de Divisão da Biblioteca FLUL.

De acordo com Pereira (2012, p. 91), um plano de emergência deve ser composto por um conjunto de normas e procedimentos, que em caso de desastre natural ou não, possam dar uma resposta adequada.

Na entrevista ao Dr. Pedro Estácio, ficou claro o seu interesse na elaboração de um plano de emergência para a biblioteca. Segundo o Diretor, o plano seria de extrema importância para fazer face a um conjunto de catástrofes.

Numa das suas respostas, afirma também que os funcionários estão conscientes da importância de um plano de emergência.

De facto, no questionário, os respondentes demonstraram interesse e preocupação quanto às questões de segurança, deixando transparecer algumas vezes uma certa incerteza face a situações de emergências. Nota-se até que há uma maioria, mais precisamente 3 dos 19 inquiridos, que acredita na existência de um Plano de Emergência.

Um plano de emergência pressupõe a escolha de uma equipa de emergência. Para Newman e Newman (2015, p. 1) é impossível pôr em prática todos os procedimentos de proteção a coleções e ativos institucionais, se não existir uma equipa

de emergência com papéis, deveres e responsabilidades bem definidas para cada um dos seus membros.

Afirmam Wilkinson, Lewis e Dennis (2010, p. 5) que os membros de equipa devem ter um perfil adequado, sendo preferencialmente indivíduos interessados e flexíveis.

Para além disso terão que conhecer a biblioteca e o modo como funcionam.

Durante a entrevista, o Diretor da Biblioteca não só mostrou a sua total disponibilidade para ser o líder dessa equipa, afirmando, no entanto, haver outras pessoas com perfil para ocupar esse cargo, como também se mostrou convicto de poder contar com a colaboração de todos os funcionários. Essa mesma disponibilidade é bem visível na resposta a uma das perguntas do questionário em que 63% afirma que gostaria de colaborar na organização de segurança em situação de emergência.

Voltando a citar Pereira (2012, p. 91), para assegurar a eficácia de um plano de Emergência é necessário que todos os procedimentos neles incluídos sejam amplamente conhecidos e treinados.

Dai a importância da realização de simulacros e da formação dos funcionários, o que alias é também claramente afirmado pelo Dr. Pedro Estácio. De acordo com as suas sugestões para alterações na biblioteca, para além da elaboração de um Plano de Emergência seria também absolutamente necessário dar formação imediata a todos os colaboradores.

Segundo Page, Claeson e Teper (2008, p. 91), a existência de um plano só por si não assegura uma resposta eficaz face a um desastre, pois um plano só terá utilidade se todos os funcionários tiverem recebido formação para o pôr em prática. Estes autores afirmam mesmo que a falta de treino é a falha de muitas instituições.

Embora um dos funcionários não tenha respondido à pergunta relacionada com formação de segurança, os 18 que responderam afirmaram não ter essa formação. Também a grande maioria, 84%, admitiu não ter alguma vez participado em simulacros.

No entanto é nítido a consciência que têm da importância da sua importância, quando 63% considere que deveriam ser realizados pelo menos uma vez por ano.

Para além disso, na pergunta de resposta aberta, foram vários os inquiridos que referiram existir uma necessidade urgente de formação específica sobre questões de segurança e procedimentos em caso de emergência.

De acordo com o Decreto-Lei n.º 220/2008 (p. 7906), o artigo 8.º que diz respeito à caracterização do edifício e recintos, as bibliotecas e arquivos pertencem ao tipo XI.

No artigo 207.º da Portaria n.º 1 532/2008 (p. 9102), referente à realização de simulacros e sua periodicidade, o período máximo entre exercícios deverá ser dois anos para o caso das utilizações tipo XI e 3.ª categoria.

Tabela 20: Periodicidade de realização de simulacros

QUADRO XLI		
Periodicidade da realização de simulacros		
Utilizações-tipo	Categoria de risco	Periodos máximos entre exercícios
I	4.ª	Dois anos
II	3.ª e 4.ª	Dois anos
VI e IX	2.ª e 3.ª	Dois anos
VI e IX	4.ª	Um ano
III, VIII, X, XI e XII	2.ª e 3.ª	Dois anos
III, VIII, X, XI e XII	4.ª	Um ano
IV, V e VII	2.ª «com locais de risco D ou E» e 3.ª e 4.ª	Um ano

A Biblioteca da FLUL considerada 3.ª categoria de risco de acordo com a tabela que se segue.

Tabela 21: Categoria de risco da utilização-tipo XI

Categorias de risco da utilização-tipo XI «Bibliotecas e arquivos»				
Categoria	Critérios referentes à utilização-tipo XI			
	Altura da UT XI	Número de pisos ocupados pela UT XI abaixo do plano de referência	Efectivo da UT XI	Carga de incêndio modificada da UT XI
1. ^a	≤ 9 m	0	≤ 100	≤ 5 000 MJ/m ²
2. ^a	≤ 28 m	≤ 1	≤ 500	≤ 50 000 MJ/m ²
3. ^a	≤ 28 m	≤ 2	≤ 1 500	≤ 150 000 MJ/m ²
4. ^a	> 28 m	> 2	> 1 500	> 150 000 MJ/m ²

Voltando de novo às respostas dos funcionários da Biblioteca ao inquérito, conclui-se que o cenário de desastre que mais os preocupa é o de incêndio, uma vez que 94% escolhe este desastre como o principal a ser testado através da realização de simulacros.

Existe uma consciência geral entre os funcionários que através de simulacros será possível criar rotinas em caso de emergência, conhecer as vias de evacuação e saber as funções de cada um, de modo a melhorar a capacidade de respostas.

Um outro ponto abordado tanto na entrevista como no inquérito foi o das plantas de emergência.

Segundo o artigo 205.º da Portaria n.º 1532/2008 (p. 9101) os planos de emergência internos deverão ter um anexo com as plantas de emergência. Estas deveram ser afixadas em posições estratégicas junto aos acessos principais do piso a que se referem e atualizadas sempre que haja alterações ou modificações na utilização -tipo.

De certa maneira, parece não haver uma grande consciência da importância das plantas de emergência entre os funcionários da Biblioteca. Na verdade, as respostas ao inquérito mostram que dos 19 inquiridos, só 10 sabem da existência das plantas de emergência e apenas seis conhecem a localização dessas mesmas plantas. O número de funcionários que leu atentamente a planta de emergência é ainda menor, pois foram apenas 4, sendo, porém, de registar que esses mesmos 4 a acharam a de leitura clara.

A substituição das plantas existentes por outras com as informações em maior tamanho, de modo a proporcionar uma melhor visualização poderia eventualmente fazer aumentar o número de funcionários com conhecimento da planta.

Na entrevista, o Dr. Pedro Estácio Santos assinalou a falta de visibilidade na planta de localização global das saídas de emergência e a necessidade da sua atualização.

Segundo a NP 4386 2014 (p. 11), a data de execução deverá fazer parte das informações a incluir na planta. Poder-se-ia sugerir que passasse a ser incluída nas plantas da Biblioteca esta data.

Uma outra sugestão diz respeito à língua em que estão as instruções de segurança que devem acompanhar as plantas de emergência. De acordo com a norma atrás referida (p. 11), estas instruções deverão não só ser apresentadas em português, mas também em inglês e, se necessário, numa outra língua, no caso de edifícios que recebem público estrangeiro, como acontece na Biblioteca da FLUL.

Há também um pormenor que poderia ser corrigido, pois o ponto de localização do utilizador deverá ser da cor azul de segurança, de acordo com a ISO 3864-4, e não amarelo como acontece presentemente.

Nas plantas de emergência deveria, também, constar a indicação do produtor, fornecedor ou responsável pela sua execução, o que não acontece. Do mesmo modo deveria ser incluída a identificação da instalação e número da planta.

No que diz respeito aos caminhos de evacuação, como se pode ver pela Fig.16, a parte assinalada a vermelho indica um caminho de evacuação alternativo que, no entanto, acaba numa saída para o exterior tapada por grades e fechada por um cadeado. Tudo isto é visível na Fig. 17 e Fig. 18.



Figura 16: Planta de emergência do piso -1



Figura 17: Sinalização de caminho de evacuação alternativo



Figura 18: Término de caminho de evacuação alternativo

Ainda relacionado com saídas para o exterior, neste caso as saídas de emergência, diz Pereira (2012a, p. 49) que as vias que a ela conduzem se devem encontrar completamente desobstruídas. Infelizmente, e como se pode verificar pela Fig. 19 e Fig. 20 tal nem sempre acontece.



Figura 19: Os caminhos não estão desobstruídos



Figura 20: Saída de emergência com mesa a obstruir a passagem

Quanto às portas de saída para o exterior, de acordo com o artigo 62.º da Portaria N.º 1532/2008 (p. 9069), estas deverão abrir facilmente no sentido da evacuação.

Curiosamente, é de registar que numa das perguntas do inquérito relacionada com as portas de emergência 3 dos inquiridos responderam que estas abrem para o interior.

Embora, e de acordo com a legislação, as portas abram para o exterior, a verdade é que para além disso, seria talvez mais seguro que fossem instaladas barras antipânico. Uma barra antipânico é um dispositivo mecânico instalado numa porta que em caso de evacuação de emergência, permite que esta se abra facilmente por pressão do corpo do utilizador, sem necessidade do uso das mãos.



Figura 21: Porta com barras antipânico

As placas de saída de emergência deveriam, na opinião do dr. Pedro Estácio, ter sinalética adicional noutros espaços do edifício e não estar apenas assinaladas no local.

De facto, para além de insuficiente, a sinalização nas saídas de emergência parece não ter a manutenção necessária. A Fig. 22 mostra o suporte onde deveria estar uma placa de sinalização, mas que se encontra vazio.



Figura 22: Suporte vazio de placa de sinalização de emergência

De carácter completamente diferente, é um acidente reportado pelo Dr. Pedro Estácio na entrevista, e que se deve a erro humano na conceção do edifício da Biblioteca, sendo por vezes agravado por condições naturais.

Trata-se de uma situação em que, em caso de chuva de grande intensidade, a água entre pela saída de emergência situada na zona de depósitos. Embora o problema tenha sido identificado logo após a construção do edifício, e tenha melhorado com obras relacionadas com a drenagem das águas, a verdade é que não ficou totalmente resolvido e encontra-se a aguardar solução.



Figura 23: Saída de emergência onde se verifica entrada de água em situações de chuva intensa.

Segundo Zaveri (2014, p. 15), mostra a experiência que tanto devido a catástrofes naturais como erro humano, a água danifica sempre os recursos de uma biblioteca.

Um outro pormenor, que nem por isso deixa de ser importante, refere-se aos quadros elétricos.

Segundo o artigo 76.º da Portaria 1532/2008 (p. 9073), os quadros elétricos, para além de estarem instalados à vista ou armários próprios deverão ter acesso livre de obstáculos e estar devidamente sinalizados. Na Fig. 24 pode constatar-se que não existe qualquer sinalização para o quadro elétrico.



Figura 24: Falta de sinalização do quadro elétrico

Uma situação que se encontra em vias de se melhorar, diz respeito à iluminação existente. Foi o próprio Dr. Estácio a afirmar durante a entrevista, que já está programada uma obra para a substituição do sistema de iluminação. Essa obra irá não só assegurar uma melhor iluminação, mas também vantagens a nível económico.

Feito o cruzamento dos dados, pode concluir-se que a Biblioteca da FLUL não apresenta todas as condições para fazer face a eventuais desastres. A preocupação que transparece, tanto na entrevista, como em algumas respostas do questionário, em relação à questão de segurança de pessoas e coleções, deverá ser transformada em medidas concretas. A elaboração de um plano de emergência, como o que se encontra em

Apêndice, é uma das medidas que poderá contribuir para uma resposta eficaz em caso de desastre.

Conclusão

Uma biblioteca é como um cofre forte, ainda que os bens não se avaliem apenas pelo valor material, mas também, e principalmente, pelo seu valor cultural e histórico. Uma biblioteca engloba uma parte da cultura e história da humanidade.

A importância de proteger os recursos naturais para que não se danifiquem ou se percam transcende as fronteiras e o tempo. Durante séculos, muitos dos “tesouros” das bibliotecas estiveram ao serviço de estudantes e eruditos, sendo, pois, inquestionável o seu valor.

Prova a experiência, que nenhuma casa forte pode considerar-se totalmente inviolável, assim como nenhuma biblioteca se poderá considerar totalmente segura, face a um desastre, seja ele de pequenas ou grandes dimensões.

Dito isto, a verdade é que se pode concluir que uma boa prevenção é a melhor política para evitar maiores danos. Um plano de emergência pode considerar-se parte da “prevenção”, e embora não haja nenhum infalível é, sem dúvida, indispensável. Para além disso, a elaboração de um plano de emergência é um ato de aprendizagem para todos os que nele estão envolvidos.

A atitude de pensar que a elaboração de um plano de emergência é muito dispendiosa em termos de tempo, dinheiro e recursos humanos deixa de fazer sentido quando se pensa em todo o tempo, custos e recursos humanos necessários para dar resposta às consequências de um desastre.

Proteger o nosso património cultural é acima de tudo um dever se queremos preparar o futuro das gerações vindouras.

Embora seja utópico pensar que todas as bibliotecas deveriam ter um plano de emergência adequado à sua realidade, a verdade é que existe, muitas vezes, a atitude de pensar que os desastres ou a emergência só acontecem com outras instituições ou em outros países.

Na proteção do património cultural não pode haver uma margem aceitável para falhas. Por menor que seja uma falha, pode revelar-se fatal para as coleções.

É essencial que se crie uma cultura de segurança e que se interiorizem procedimentos e comportamentos para que, naturalmente se adotem medidas de prevenção.

Não basta legislar sobre segurança. De facto, existe legislação, embora em muitos pontos pouco clara e em outros até omissa. É essencial que se assegure o cumprimento da lei e que, neste caso, a Proteção Civil desempenhe o seu papel.

Ao prevenir, estamos a criar condições para que as consequências dos desastres sejam menores. Ao planear estamos a fornecer antecipadamente toda a informação necessária sobre os procedimentos corretos a adotar em situações de emergência.

Durante a elaboração deste relatório, foram consultados autores que se dedicaram ao estudo e à discussão sobre a utilidade de medidas de prevenção, segurança e procedimentos de emergência. No entanto, e infelizmente, a realidade portuguesa parece continuar a estar distante do desejável. Esta realidade não inclui apenas os meios financeiros e técnicos, pois curiosamente o que se constatou foi que não são muitas vezes os meios técnicos que estão em falta, mas sim meios humanos com formação adequada para enfrentar situações de emergência. A dimensão crítica é mais de natureza organizacional do que técnica.

O que se encontra principalmente é a ainda reduzida sensibilização no âmbito da preservação e, sobretudo, no que à segurança diz respeito, ao nível do planeamento, dos riscos e da emergência. O cumprimento da lei parece ter lugar, nestes casos, não tanto pelos benefícios que daí advêm ou possam advir, mas porque o seu incumprimento poderá ser sancionado.

O processo de mudança de mentalidades é sempre demorado, no entanto quanto mais forem as ações de consciencialização, mais fácil será acelerar esse processo.

A realização de conferências como a que teve lugar na Fundação Calouste Gulbenkian nos dias 3 e 4 de novembro de 2016, e cujo objetivo foi fomentar uma cooperação entre todas as instituições que fazem a gestão de bens culturais, os serviços de Proteção Civil e os institutos de investigação científica, procurando contribuir para uma mais rápida consciencialização de todos para esta temática. Os conteúdos discutidos nesta conferência, como a análise e a gestão de riscos e o efeito das catástrofes nas instituições, tanto a médio como a longo prazo, assim como os métodos

e as técnicas de proteção e recuperação do património deveriam ser retomados em mais iniciativas deste cariz.

Será difícil dizer se este relatório terá qualquer importância no processo de sensibilização atrás referido, porém, mesmo que a contribuição possa ser pequena, valeu certamente a pena. Certo é, que a Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, no que diz respeito à segurança, designadamente à avaliação do planeamento e da emergência, já iniciou, também, o seu caminho.

Referências bibliográficas

- ADCOCK, Edward P. (2004) - **Diretrizes da IFLA para a conservação e o manuseamento de documentos de bibliotecas**. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2004. 158 p. ISBN 972-565-306-8
- ALEXANDER, David (2015) – **Disaster and Emergency Planning for Preparedness, Response and Recovery** [Em linha]. [S.L.] : Oxford Research Encyclopedias Natural Hazard Science Encyclopedias (2015) [Consult. 13 Dez. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<http://naturalhazardscience.oxfordre.com/view/10.1093/acrefore/9780199389407.001.0001/acrefore-9780199389407-e-12>>
- ALIA (Australian Library and Information Association) (2010) – **Alia Guide to Disaster Planning, Response and Recovery for libraries** [Em linha]. Canberra : Australian Library and Information Association (2010) [Consult. 23 Nov. 2016]. Disponível em WWW:<URL:https://www.alia.org.au/sites/default/files/documents/ALIA_Guide_Disaster_Plan_Resp_Recover.pdf>
- BAPTISTA, Raquel Dias (2009) – Plano de Emergência contra Incêndio de um edifício [Em linha]. Porto : Faculdade de Engenharia Universidade do Porto, 2009. 89p. Tese de Mestrado [Consult. 7 Jan. 2017]. Disponível em WWW:<URL:<https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/57839>>
- BETTENCOURT, Katia (1999) – Elaboração de um plano de emergência. **Páginas A & B** [Em linha]. 4 (1999) 43-54, [Consult. 23 Mar. 2017] Disponível em WWW:<URL:<http://revistas.ua.pt/index.php/paginasab/article/view/1180/1094>>
- BHADE, Vilas Kisanrao; AUTE, Dr. G.P (2016) – Disaster Management for Libraries. **“Knowledge Librarian” An International Peer Reviewed Bilingual E-Journal of Library and Information Science** [Em linha]. 03:01 (2016) 171-180 [Consult. 16 Dez. 2016] Disponível em WWW:<URL:<http://www.klibjlis.com/3.1.22.pdf>>
- BIBLIOTECA DA FACULDADE DE LETRAS (2005) – **Regulamento Geral da Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa** [Em linha]. Lisboa: BIBLIOTECA DA FACULDADE DE LETRAS, (2005) [Consult. 21 Jan. 2017] Disponível em WWW:<URL:http://www.letras.ulisboa.pt/images/biblioteca/apresentacao/regulamento_geral_da_bflul.pdf>
- CARVALHO, Prof. Doutor Martins; SOARES, NUNO (2009) - **Emergência de Incêndio na FEUP: Plano de Emergência de Evacuação** [Em linha]. Porto: Universidade do Porto Faculdade de Engenharia, 2009. 32 p. Relatório [Consult. 5 Mar. 2017]. Disponível em WWW:<URL:http://paginas.fe.up.pt/~projfeup/cd_2009_10/relatorios/R303.pdf>
- COMUNELLO, Patrícia (2014) – **Inundação danifica acervo de biblioteca da Ufrgs** [Em linha]. Porto Alegre : Jornal do Comercio (2014) [Consult. 15 Nov. 2016] Disponível em WWW:<URL:<http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=150915>>

- CONFÉRENCE DES RECTEURS ET DES PRINCIPAUX DES UNIVERSITÉS DU QUÉBEC (1995) - **Guide d'élaboration d'un plan d'urgence** [Em linha]. [S.L] Bibliothèque nationale du Québec, (1995) [Consult. 17 Fev. 2017]. Disponível em WWW:<URL:http://www.banq.qc.ca/documents/a_propos_banq/nos_publications/nos_publications_a_z/guidedla.pdf>
- CONGRESSO NACIONAL DE CONSTRUÇÃO, 3, Coimbra, 2007 - **A Segurança da Utilização de Edifícios Públicos Universitários**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2007, 1-14 [Consult. 14 Jan. 2017]. Disponível em WWW:<URL:<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/9111/2/A%20Seguran%C3%A7a%20da%20utiliza%C3%A7%C3%A3o%20de%20edif%C3%ADcios%20p%C3%BAblicos.pdf>>
- CONSERVATION CENTER FOR ART & HISTORIC ARTIFACTS STAFF – **Essential Terms for Emergency Management** [Em linha]. [S.L] : Conservation Center for art & historic artifacts [Consult. 30 Jan. 2017]. Disponível em WWW:<URL:http://ccaha.org/uploads/media_items/essential-terms-for-emergency-management.original.pdf>
- CONSERVATION CENTER FOR ART & HISTORIC ARTIFACTS STAFF - **An Introduction to the Incident Command System (ICS)** [Em linha]. [S.L] : Conservation Center for art & historic artifacts [Consult. 30 Jan. 2017]. Disponível em WWW:<URL:http://ccaha.org/uploads/media_items/an-introduction-to-the-incident-command-system-ics.original.pdf>
- DORGE, Valerie, JONES, Sharon L. (2004) - **Creación de un plan de emergencia : Guía para museos y otras instituciones culturales** [Em linha]. Los Angeles : The Getty Conservation Institute, 2004 [Consult. 15 Jan. 2017]. Disponível em WWW:<URL:[http://www.museoscolombianos.gov.co/Gestindelriesgo/emergency_sp\(1\).pdf](http://www.museoscolombianos.gov.co/Gestindelriesgo/emergency_sp(1).pdf)>
- FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça (2008) – **Dicionário do livro: da escrita ao livro eletrónico**. Coimbra: Almedina, 2008. 1287 p. ISBN 978-972-40-3499-7
- FERREIRA, António Joaquim da Silva (2010) – **Segurança contra Incêndio: Plano de Segurança de um edifício administrativo de muito grande altura** [Em linha]. Porto : Faculdade de Engenharia Universidade do Porto, 2010. p.205 Tese de Mestrado [Consult. 23 Dez. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/59891>>
- FERREIRA, Isabel Cristina Guimarães (2006/2007) – **O Plano de Emergência: a sua importância** [Em linha]. Porto : Universidade Fernando Pessoa, 2006/2007. 78 p. Tese de Licenciatura [Consult. 31 Jan. 2017]. Disponível em WWW:<URL:<http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/759/1/monografia.pdf>>
- FUNDACIÓN HISTÓRICA TAVERA (2000) - **Manual de planificación y prevención de desastres en archivos y bibliotecas** [Em linha]. Madrid: Fundación Histórica Tavera, 2000. [Consult. 3 Nov. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<https://www.fundacionmapfre.org/documentacion/publico/en/consulta/registro.cmd?id=21154>>

- FURIN, Molly A (2016) - **Disaster Planning** [Em linha]. [S.L.] : Medscape, (2016) [Consult. 10 Jan. 2017]. Disponível em WWW:<URL:<http://emedicine.medscape.com/article/765495-overview>>
- JUNIOR, Jayme Spinelli (2009) – **Guia de Preservação & Segurança: Biblioteca Nacional Brasil** [Em linha]. Rio de Janeiro : Fundação Getulio Vargas, 2009. 126 p. Tese de Mestrado [Consult. 23 Dez. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/2703>>
- KAHN, Miriam B. (2003) - **Disaster Response and Planning for Libraries**. Second Edition. Chicago: American Library Association, 2003. 152 p. ISBN 0-8389-0837-3
- KAHN, Miriam B. (2012) – **Disaster Response and Planning for Libraries**. [Em linha]. Third Edition. Chicago: American Library Association, 2012. 158 p. ISBN 978-0-8389-1151-8 [Consult. 3 Jan. 2017]. Disponível em WWW:<URL:[https://books.google.pt/books?id=e68FaiCRjIoC&pg=PA148&lp_g=PA148&dq=Preservation+in+Libraries:+Principles,+Strategies,+and+Practice+s+for+Librarians+\(Topics+in+Library+and+Information+Studies\)+pdf&source=bl&ots=lgggEw-kOb&sig=dZDNVhMHvyKvANoX_E0DG3tugyU&hl=pt-PT&sa=X&ved=0ahUKEwjtt8Pa0cjPAhUB7xQKHQ53CXgQ6AEINzAD#v=onepage&q=Preservation%20in%20Libraries%3A%20Principles%2C%20Strategies%2C%20and%20Practices%20for%20Librarians%20\(Topics%20in%20Library%20and%20Information%20Studies\)%20pdf&f=false](https://books.google.pt/books?id=e68FaiCRjIoC&pg=PA148&lp_g=PA148&dq=Preservation+in+Libraries:+Principles,+Strategies,+and+Practice+s+for+Librarians+(Topics+in+Library+and+Information+Studies)+pdf&source=bl&ots=lgggEw-kOb&sig=dZDNVhMHvyKvANoX_E0DG3tugyU&hl=pt-PT&sa=X&ved=0ahUKEwjtt8Pa0cjPAhUB7xQKHQ53CXgQ6AEINzAD#v=onepage&q=Preservation%20in%20Libraries%3A%20Principles%2C%20Strategies%2C%20and%20Practices%20for%20Librarians%20(Topics%20in%20Library%20and%20Information%20Studies)%20pdf&f=false)>
- LEI n.º 102/2009. **Diário da Republica. I Série**, 176 (09-09-10) 6167-6192 [Em linha]. [Consult. 07 Jul. 2017] Disponível em WWW:<URL:http://www.segurancaonline.com/fotos/gca/1102_2009_1262621907.pdf>
- LLORCA, Ana Cabeza (2007) – **Emergencias y desastres en bibliotecas universitarias: prevención e planificación de la respuesta**. [Em linha]. (Unpublished), 2007. 73 p. [Consult. 3 Jan. 2017]. Disponível em WWW:<URL:<http://eprints.rclis.org/10426/>>
- MCLLWAINE, John (2008) - **Prevenção de desastres e planos de emergência: manual básico da IFLA**. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2008. 67 p. ISBN 978-972-565-424-8
- NEDCC Staff (2015) **Preparing a disaster Plan**. [Em linha]. [S.L.] : Northeast Document Conservation Center (2015) [Consult. 10 Jan. 2017] Disponível em WWW:<URL:<https://www.nedcc.org/preservation101/session-8/8preparing-a-disaster-plan>>
- NEDCC Staff (2015) **Risk Assessment.External** [Em linha]. [S.L.]: Northeast Document Conservation Center (2015) [Consult. 10 Jan. 2017] Disponível em WWW:<URL:<https://www.nedcc.org/preservation101/session-8/8risk-assessment>>
- NEDCC Staff (2015) **Preparing a Disaster Plan**. [Em linha]. [S.L.] : Northeast Document Conservation Center (2015) [Consult. 10 Jan. 2017] Disponível em WWW:<URL:<https://www.nedcc.org/preservation101/session-8/8preparing-for-disaster>>
- NEWMAN, Dunstan; NEWMAN, Nadine (2015) - Are Disaster and Emergency Plans Truly Complete? **Library Leadership e Management** [Em linha]. 29:3 (2015)

- 1-13 [Consult. 15 Dez. 2016] Disponível em WWW:<URL:<https://journals.tdl.org/llm/index.php/llm/article/view/7115/6332>>
- NP 4386 (2006) **Norma Portuguesa de Equipamentos de segurança e de combate a incêndio : Símbolos gráficos para as plantas de emergência de segurança contra incêndio**. Instituto Português da Qualidade, ICS, 19 p.
- NP 4413 (2012) **Norma Portuguesa de Segurança contra incêndios : Manutenção de extintores**. [Em linha]. Instituto Português da Qualidade, ICS, 28 p. [Consult. 15 Dez. 2016] Disponível em WWW:<URL: http://acmalarmes.webipack.pt/wp-content/uploads/sites/92/2015/09/NP-4413_2012.pdf>
- PAGE, Julie A.; CLARESON, Thomas F.R.; e TEPPER, Thomas H. (2008) – Disasters Know No Borders: The Crucial Nature Of Disaster Planning. In Mortenson Center for International Library Programs; - **Thinking Outside the Borders** [Em linha]. Illinois: Mortenson Center for International Library Programs at the University of Illinois (2008) [Consult. 10 Nov. 2016]. p.90-102. Disponível em WWW:<URL:<http://www.library.illinois.edu/mortenson/book/TOTB-bookcomplete.pdf>>
- PATKUS, Beth Lindblom; MOTYLEWSKI, Karen (1993) - **Disaster Planning**. [Em linha]. [S.L.] : Northeast Document Conservation Center. (1993). [Consult. 18 Nov. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<https://www.nedcc.org/free-resources/preservation-leaflets/3.-emergency-management/3.3-disaster-planning>>
- PEREIRA, Ana Luísa Pombinho (2012a) – **Plano de Prevenção e Emergência: Escola Superior de Tecnologia** [Em linha]. Setúbal : Instituto Politécnico de Setúbal, 2012. 128 p. Pós – Graduação [Consult. 23 Fev. de 2017]. Disponível em WWW:<URL:<http://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/3883/1/projecto%20-%20Plano%20Preven%C3%A7%C3%A3o%20e%20Emerge%C3%Aancia.pdf>>
- PEREIRA, Carla Sofia Mendes (2012) - **A Segurança em edifícios de arquivo: avaliação do planeamento e da emergência em situações de incêndio e inundação** [Em linha]. Lisboa : Universidade de Lisboa Faculdade de Letras, 2012. 152 p. Tese de Mestrado [Consult. 22 Dez. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/10160/1/ulfl130725_tm.pdf>
- PORTARIA n.º 1456-A/95. **Diário da República. Série I**, 284 (11-12-1995) 7734-(2)-7734-(11) [Em linha]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.oasrn.org/upload/apoio/legislacao/pdf/industria1456a95.pdf>>
- PORTARIA n.º 1532/2008. **Diário da República. Série I**, 250 (29-12-2008) 9050-9127 [Em linha]. Disponível em WWW:<URL: http://www.prociv.pt/bk/SEGCINCENDEDEF/Documents/Portaria_n.1532_2008_RT_SCIE.pdf>
- ROBERTSON, Guy (2014) – **Disaster Planning for Libraries: Process and Guidelines**. [S.L.] : Chandos Publishing, 2014. 207 p. ISBN: 978-1-84334-730-9
- ROCHA, Ricardo Nuno Azevedo da Silva (2008) – **Plano de prevenção de um edifício ou estabelecimento** [Em linha]. Porto : Faculdade de Engenharia Universidade do Porto, 2008. 104 p. Tese de Mestrado [Consult. 18 de Jan.

- 2017]. Disponível em WWW:<URL:<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/59805/1/000129227.pdf>>
- SHUKOR, Rosham Abdul (1996)- The Needs for Disaster Control Planning in Libraries. **Sekitar Perpustakaan** [Em linha]. (1996) 42-50, [Consult. 10 Jan. 2017] Disponível em WWW:<URL:http://myrepositori.pnm.gov.my/bitstream/123456789/2373/1/Sekitar_1996_23_5.pdf>
- SPINELLI, Jayme; Jr. Pedersoli, José Luiz (2010) – **Biblioteca Nacional: Plano de gerenciamento de riscos: salvaguarda & emergência**. [Em linha]. 22 ed. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010. [Consult. 12 Abr. 2017] Disponível em WWW:<URL:https://www.ifla.org/files/assets/hq/topics/risk-register/documents/riskmanagementplanbrazil_pt.pdf>
- UGWUANYI, Richard N.C; UGWU, Mercy Ebere; EZEMA, Kelechi Chukwunonso (2015) Managing Disasters in University Libraries in South East Nigeria: Preventive, Technological and Coping Measures. **Library Philosophy and Practice** (e-journal) [Em linha]. (2015) 1-22 [Consult. 12 Dez. 2016] Disponível em WWW:<URL:<http://digitalcommons.unl.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=3456&context=libphilprac>>
- YUSUF, Sekinat Temilade; Gbaje, Ezra Shiloba (2014) - Disaster Preparedness in Some Selected Special Libraries in Kaduna State. **Samaru Journal of Information Studies** [Em linha]. 14:(1-2) (2014) 7-12, [Consult. 14 Dez. 2016] Disponível em WWW:<URL:<http://www.ajol.info/index.php/sjis/article/view/118016/107621>>
- ZAVERI, Parul (2014) – Damage to Libraries due to Water Related Disasters. **Library Philosophy and Practice (e-journal)** [Em linha]. (2014) 1-15 [Consult. 5 Jan. 2017]. Disponível em WWW:<URL:<http://digitalcommons.unl.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=3017&context=libphilprac>>
- ZAVERI, Parul (2013) - **Disaster management in libraries in India**. [Em linha]. Mumbai : The Faculty of Library and Information science, 2013. 396 p. Thesis Submitted for the degree of doctor of philosophy [Consult. 18 Jan. 2017]. Disponível em WWW:<URL:<http://shodhganga.inflibnet.ac.in/handle/10603/9356>>
- WILKINSON, Frances C.; LEWIS, Linda K.; DENNIS, Nancy K. (2010) - **Comprehensive Guide to Emergency Preparedness and Disaster Recovery** [Em linha]. Chicago : Association of College and Research Libraries, 2010. [Consult. 18 Dez 2016]. Disponível em WWW:<URL:<https://books.google.pt/books?id=tg78Nmvmk7ioC&pg=PR12&lpg=PR12&dq=comprehensive+guide+to+emergency+preparedness+and+disaster+recovery&source=bl&ots=gxOg88uWWf&sig=EOri8rLznj9mvd9IKcQUyAxiuOs&hl=pt-PT&sa=X&ved=0ahUKEwjhdOm7ezPAhVlchQKHbOCB0YQ6AEIOTAE#v=onepage&q=comprehensive%20guide%20to%20emergency%20preparedness%20and%20disaster%20recovery&f=false>>

WORLD HEALTH ORGANIZATION (2007) – **Risk reduction and emergency preparedness : WHO six- year strategy for the health sector community capacity development** [Em linha]. Geneva : World Health Organization, 2007 [Consult. 3 Jan. 2017]. Disponível em WWW:<URL:http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/43736/1/9789241595896_eng.pdf>

Referências bibliográficas utilizadas na metodologia

- CARDOSO, Sílvia Isabel Pinto (2014) – **Óculos, coque e Shhh! : Um olhar sobre a auto - imagem e o estereótipo do bibliotecário em Portugal**. [Em linha]. Porto : Universidade Portucalense, 2014. 164 p. Tese de Mestrado [Consult. 13 Mar. 2017]. Disponível em WWW:<URL:<http://repositorio.uportu.pt/bitstream/11328/722/1/TMEB%2027.pdf>>
- FORTIN, Marie - Fabienne (2003) – **O processo de investigação da concepção à realização**. Loures : Lusociência, 2003. 388 p. ISBN 972-8383-10
- HILL, Manuela Magalhães; HILL, Andrew (1998) – **A construção de um questionário** [Em linha]. [S.L.] : Dinâmica, 1998. 58 p. Relatório [Consult. 23 Fev. 2017]. WWW:<URL:https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/469/4/DINAMIA_WP_1998-11.pdf>
- LESSARD-HÉBERT, Michelle; GOYETTE, Gabriel; BOUTIN, Gérald (2010) – **Investigação qualitativa : Fundamentos e Práticas**. 4^a ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2010. 184 p. ISBN 978- 989-659-064-2
- TUCKMAN, Bruce W. (2002) – **Manual de Investigação em Educação**. 2.^a ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002. 742 p. ISBN 972-31-0879-8
- YIN, Robert K. (2001) – **Estudo de Caso : Planeamento e Métodos** [Em linha]. 2.^a ed. Porto Alegre : Bookman, 2001. [Consult. 26 Fev. 2017]. Disponível em WWW:URL: <https://saudeglobaldotorg1.files.wordpress.com/2014/02/yin-metodologia-da-pesquisa-estudo-de-caso-yin.pdf>>

Apêndices

1. Inquérito

No âmbito do estágio realizado entre 01-02-2017 a 06-04-2017, com o intuito de estudar, através da observação, as fragilidades da Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa do ponto de vista de segurança, foi elaborado um questionário, na grande maioria de perguntas fechadas, algumas perguntas de escolha múltipla e uma pergunta aberta.

O objetivo deste questionário é fazer uma recolha de dados com base nas respostas dadas pelos funcionários da Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. A análise destes dados contribuirá para a elaboração de um plano de emergência para esta Biblioteca.

1. Idade

- ☐ <30anos
- ☐ 30-40 anos
- ☐ 41-50 anos
- ☐ >50 anos

2. Sexo

- ☐ Feminino
- ☐ Masculino

3. Sabe se existe um Plano de Emergências para essa Biblioteca?

- ☐ Sim
- ☐ Não

4. A que tipo de obras foi este edifício submetido?

<input type="checkbox"/>	Exteriores	<input type="checkbox"/>	Sistemas de canalização	<input type="checkbox"/>	Outros
<input type="checkbox"/>	Interiores	<input type="checkbox"/>	Sistema Elétricos		

5. Dentro destes riscos assinale dois que lhe pareçam ser mais prováveis de acontecer nesta Biblioteca?

<input type="checkbox"/>	Inundação	<input type="checkbox"/>	Sismo	<input type="checkbox"/>	Vandalismo
<input type="checkbox"/>	Fogo	<input type="checkbox"/>	Infestação		

6. Julga saber como reagir nas seguintes situações de emergência?

	Sim	Não
Em caso de Sismo?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Em caso de Inundação?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Em caso de Ameaça de bomba?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Em caso de Incêndio?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

7. Pelo que conhece desta Biblioteca, parece-lhe que todo o acervo documental está corretamente acondicionado?

<input type="checkbox"/>	Sim
<input type="checkbox"/>	Não

8. Os colaboradores têm formação de segurança?

<input type="checkbox"/>	Sim
<input type="checkbox"/>	Não

9. A formação de segurança incidiu sobre:

- | | | | |
|--------------------------|-----------------------------------|--------------------------|---------------------------|
| <input type="checkbox"/> | Tipos de fogo e uso de extintores | <input type="checkbox"/> | Sinalização de emergência |
| <input type="checkbox"/> | Uso de bocas-de-incêndio | <input type="checkbox"/> | Equipas de salvamento |
| <input type="checkbox"/> | Plano de Evacuação | <input type="checkbox"/> | Primeiros socorros |

10. Coloque um X se a Biblioteca possuir

- ☐ Sistema de detenção de incêndio
- ☐ Localização do material de combate a incêndios.
- ☐ Sinalização do material extintor

11. Controlo regular dos detetores e alarmes

- ☐ Sim
- ☐ Não

12. Controlo regular dos extintores

- ☐ Sim
- ☐ Não

13. Alguma vez participou num Simulacro para situações de emergência?

- ☐ Sim
- ☐ Não

14. Para si estes Simulacros deverão ser realizados:

- ☐ Uma vez por ano
- ☐ Semestralmente
- ☐ Trimestralmente
- ☐ Mensalmente

15. Que tipo(s) de cenário(s) julga que deveria(m) ser testado(s) na Biblioteca através da realização de Simulacros?

- ☐ Incêndio
- ☐ Sismo
- ☐ Inundação
- ☐ Ameaça de Bomba
- ☐ Outro Qual? _____

16. Os Simulacros poderão ser úteis para:

- ☐ Criar rotinas em caso de emergência
- ☐ Conhecer as vias de evacuação
- ☐ Saber quem faz o quê em caso de emergência
- ☐ Todos os acima referidos

17. Dos meios indicados, assinale quais os que considera mais adequados para informar/divulgar e melhorar a capacidade de resposta numa situação de emergência na sua Biblioteca?

- ☐ Simulacros
- ☐ Formação específica na área de segurança/emergência
- ☐ Seminários
- ☐ Todos os referidos

18. Sbe da existencia de Planta(s) de emergência?

☐ Sim

☐ Não

19. Conhece a localização dessa(s) mesma(s) planta(s) ?

☐ Sim

☐ Não

20. Já alguma vez leu atentamente a(s) planta(s) de emergência da Biblioteca?

☐ Sim

☐ Não

21. Em caso afirmativo considera esta planta de leitura clara?

☐ Sim

☐ Não

22. As saídas de emergência estão assinaladas?

☐ Sim

☐ Não

23. As portas de emergência abrem para:

☐ Exterior

☐ Interior

24.O sistema elétrico funciona corretamente?

☐ Sim

☐ Não

25. As tomadas de corrente estão em bom estado?

☐ Sim

☐ Não

26. Existem regras de segurança afixadas?

☐ Sim

☐ Não

27. Gostaria de colaborar na organização de segurança em situação de emergência da Biblioteca, fazendo parte da equipa de primeiros socorros, de combate a incêndios ou de evacuação?

☐ Sim

☐ Não

28. Tem alguma experiência na área de segurança/emergência?

☐ Sim

☐ Não

29. Numa situação de incêndio, saberia como utilizar os equipamentos de combate a incêndio existentes na sua Biblioteca?

☐ Sim

☐ Não

30. A Biblioteca dispõe de uma caixa com os equipamentos de primeiros socorros?

☐

Sim

☐

Não

31.O que gostaria de ver melhorado nesta Biblioteca do ponto de vista de segurança?

Muito obrigado pela sua colaboração!

2. Guião da Entrevista

No dia 14 de março de 2017, teve lugar uma entrevista ao Dr. Pedro Estácio Santos, Chefe de Divisão da Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Através das respostas a uma série de questões relacionadas com a segurança da Biblioteca e com a necessidade de elaborar um Plano de Emergência foi possível recolher dados que permitiram o cruzamento com todos os outros dados obtidos durante o estágio.

Ficha técnica

Entrevistado: Pedro Estácio Santos

Função: Chefe da Divisão da Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Local de realização da entrevista: Gabinete do Dr. Pedro Estácio Santos

Condições de recolha da entrevista: Sala isolada, sem elementos perturbadores, ou qualquer interrupção, proporcionando o ambiente ideal para uma entrevista.

Consentimento informado: Foi explicado o propósito da entrevista e autorizada pelo entrevistado a sua reprodução em formato áudio, desgravação e posterior utilização do seu conteúdo em trabalho académico.

Anonimato: Não foi exigido anonimato quanto ao conteúdo recolhido.

Questões

1. .Ocorrências prévias

1.1 Começaria por lhe perguntar se alguma vez a Biblioteca se viu confrontada com algum desastre natural como por exemplo um sismo ou um ciclone?

[Sim] Quais foram as situações? Que tipo de fatores, poderiam na sua opinião, contribuir para a repetição dessas situações?

[Não] [Nem mesmo qualquer problema com infestação de insetos ou bolores?]

1.2- E alguma vez nesta Biblioteca ocorreram desastres causados por mão humana ou falha técnica, como por exemplo um pico de tensão, falha de energia, uma janela aberta ou uma torneira mal fechada?

[Sim] Quais foram as situações? Que tipo de fatores, poderiam, na sua opinião, contribuir para a repetição dessas situações?

2. Condições do Edifício

2.1- Tendo em conta a sua experiência, este edifício, da autoria do arquiteto Harro Wittmer, tem todas as condições para o funcionamento em segurança de uma Biblioteca?

2.2 Quais seriam as principais fragilidades que apontaria?

2.3- O edifício desta Biblioteca já foi alguma vez submetido a obras e, em caso afirmativo, qual a razão dessas obras?

3. Plano de Emergência

3.1- Existe nesta Biblioteca um plano de emergência face a desastres?

[Não] Porquê?

3.2- No caso desta Biblioteca se ver confrontada com um desastre natural, acha que a reação e resposta seriam satisfatórias?

3.3- Na eventualidade de ser elaborado um plano de emergência para esta Biblioteca, o Diretor seria o líder da equipa de emergência. Agradar-lhe-ia assumir essa liderança?

3.4- Considera que poderia contar com uma boa colaboração de todos os técnicos que aqui trabalham no caso de ser elaborado um plano de emergência? No mesmo sentido, acha que estão conscientes da extrema utilidade da existência de um plano de emergência?

3.5- O orçamento atribuído à Biblioteca pode comportar os custos decorrentes de um plano de emergência, o qual torna necessário um conjunto adicional de medidas adequadas?

4. Segurança e Prevenção

4.1- Na sua opinião, as saídas de emergência estão devidamente assinaladas e oferecem passagem livre para áreas seguras?

4.2- Já alguma vez foram efetuados nesta Biblioteca simulacros de desastres?

[Sim] O resultado demonstrou que a reação seria a adequada?

4.3- No caso de haver um fogo nesta Biblioteca, acha que as pessoas que aqui trabalham têm preparação para intervir, antes da chegada dos bombeiros?

4.4- A Biblioteca está equipada com portas corta-fogo?

4.5- Já foi feita alguma avaliação de riscos para esta Biblioteca?

4.6- Qual o desastre que poderia causar mais danos às coleções desta biblioteca?

4.7- A biblioteca está equipada com detetores de fumo e monóxido de carbono?

[Não] Já alguma vez foi pedido algum orçamento para equipar a Biblioteca com estes detetores?

4.8.a- E no que diz respeito a detetores de água?

4.8.b- Esta Biblioteca está equipada com desumidificadores?

4.8.c- É feita uma monitorização sistemática de temperatura e humidade?

4.9- Existe algum contrato com uma firma de desinfestações de modo a virem a fazer desinfestações regulares?

4.10- Quando a Biblioteca está encerrada existe alguma segurança no interior da biblioteca que possa dar imediatamente o alarme caso algo aconteça?

4.11- Sabendo que uma boa prevenção é essencial para fazer face a desastres, quais seriam as alterações que faria nesta biblioteca?

5. Prioridades e Seguro

5.1- Existe alguma lista de prioridades quanto às coleções a proteger e a salvar?

5.1.a-Existem na Biblioteca itens únicos? Para esses documentos existe algum plano especial?

5.2-A Biblioteca está coberta por algum tipo de seguro? Pode revelar quais as coberturas?

Ficha técnica

Entrevistado	Dr. Pedro Estácio dos Santos
Entrevistador	Próprio
Local	Gabinete do Dr. Pedro Estácio Santos
Data/Hora	14 de março de 2017, às 14:00
Condições de recolha	Sala isolada, sem elementos perturbadores ou qualquer interrupção, proporcionado o ambiente ideal para uma entrevista
Duração	32 minutos e 54 segundos
Suporte de registo	Gravador digital da Olympus
Consentimento informado	Foi explicado o propósito da entrevista e autorizada pelo entrevistado a sua reprodução em formato áudio, desgravação e posterior utilização do seu conteúdo em trabalho académico
Anonimato	Não foi exigido anonimato quanto ao conteúdo recolhido

3. Protocolo de Entrevista

Entrevistador: Boa tarde Sr. Dr. Pedro Estácio

Entrevistador: Começaria por lhe perguntar se alguma vez a Biblioteca se viu confrontada com algum desastre natural, como por exemplo um sismo ou um ciclone?

Dr. Pedro Estácio: Não, em nenhum momento a Biblioteca se viu confrontada com um desastre natural dessa natureza e dimensão.

Entrevistador: Nem mesmo qualquer problema com infestação de insetos ou bolores?

Dr. Pedro Estácio: O que nós podemos reportar, dentro de um conjunto que podemos classificar como acidente que decorre de condições naturais ou da natureza,

porque chove, o resto é da responsabilidade dos humanos que quando conceberam o edifício, na zona de depósitos, como a cota do exterior é acima da cota do solo dentro do edifício, e temos ali uma saída de emergência, por vezes quando chove muito, em grande quantidade, muito rapidamente, não há escoamento e pode entrar água nesta área. É uma situação que está identificada e reportada e está a aguardar solução.

Entrevistador: Quando construíram o edifício deram logo com este problema?

Dr. Pedro Estácio: Sim, foi logo no início, logo após à construção do edifício. Melhorou com obras que foram feitas no pátio exterior que melhoram a drenagem das águas, mas quando ocorre precipitação forte em pouco tempo, acaba por não haver escoamento. O que ocorre aqui, ocorre em outros sítios de Lisboa. Esta situação decorre de uma condição natural e de problemas imputáveis aos humanos, no que diz respeito à dimensão da rede de escoamento de águas pluviais.

Apesar de ter melhorado com as obras que foram feitas.

Entrevistador: E alguma vez nesta Biblioteca ocorreram desastres causados por mão humana ou falha técnica, como por exemplo um pico de tensão, falha de energia, uma janela aberta ou uma torneira mal fechada?

Dr. Pedro Estácio: Janela aberta não. Quebras de energia e picos de tensão já tem pontualmente acontecido. Não ocorre com muita frequência, mas não posso dizer que não tenha acontecido, sim, esporadicamente. Esta situação pode ocorrer geralmente por razões de duas naturezas, uma que não é imputável à faculdade, que é o corte de energia global ou problemas no transformador que serve a zona da Universidade que causa problemas de energia. Ou por razões internas de sobrecarga da rede elétrica, sobretudo em momentos em que estão ligados equipamentos de ar-condicionado. Isto pode ocorrer quando estão ligados todos os aparelhos, todas as luzes e, portanto, todos os circuitos elétricos estão sobrecarregados. Já tem acontecido Não é recorrente, mas esporadicamente isso já aconteceu.

Entrevistador: Tendo em conta a sua experiência, este edifício, da autoria do arquiteto Harro Wittmer, tem todas as condições para o funcionamento em segurança de uma Biblioteca?

Dr. Pedro Estácio: Eu diria que tem todas as condições, não tenho dúvida nenhuma, que tem todas as condições. Evidentemente há aspetos do edifício que poderiam e devem ser melhorados, como é o caso da zona do depósito. Provavelmente precisa de

nova intervenção para garantir que, de futuro, mesmo quando a quantidade de água da chuva é abundante, não teremos entrada de água na zona do depósito. Relativamente a todas as outras questões, parece-me que sim, porque estão salvaguardadas no essencial as regras de segurança. Há extintores, aspersores, detetores de incêndio. Eu creio que, no global, os quadros elétricos estão preparados para em caso de sobrecarga ou curto-circuito dispararem, portanto, evitando situações de risco maior.

Entrevistador: A próxima pergunta era sobre as principais fragilidades que apontaria e o Sr. Dr. já as indicou

Dr. Pedro Estácio: Eu já as apontei. Talvez eu apontasse uma outra que tem a ver com a sinalização das saídas de emergência de um modo mais visível. Outra é a própria planta com a localização global das saídas de emergência que não é muito visível e porventura haverá um ou outro aspeto em que não estará atualizada.

Mas de um modo geral, eu diria que não há maiores fragilidades do que esta que eu aqui apontei.

Entrevistador: O edifício desta Biblioteca já foi alguma vez submetido a obras e, em caso afirmativo, qual a razão dessas obras?

Dr. Pedro Estácio: Foi, foi submetido por diversas vezes a obras. Como digo, foi feita uma obra no exterior, na zona dos pátios, quer pátio interior quer do pátio exterior que tem acesso pelo exterior, no sentido de resolvermos o problema das águas pluviais e da concentração das águas da chuva, alargando os pontos de recolha dessa água e também a largura dos canos e das manilhas que recebem a água da chuva. Essa foi uma das intervenções. A outra grande intervenção foi na cobertura, porque havia infiltrações no último piso do edifício em certas zonas. Havia certas zonas do edifício que sofriam de infiltrações e, portanto, foi feita uma grande obra de isolamento da cobertura para resolver esses problemas, que ficaram efetivamente completamente resolvidos.

Prepara-se agora uma nova obra que ainda não tem data prevista. Uma obra para acautelar a expansão do depósito que deverá ter em conta estas questões de segurança e também uma obra importante para nós dentro do edifício, que será a substituição do sistema de iluminação que existe neste momento. Não por razões de segurança, mas por razões de economia, e de garantir uma melhor iluminação no espaço físico da Biblioteca. Isso sim é relevante, porque quanto melhor for a iluminação dos espaços também pode evitar outro tipo de acidentes, como quedas ou tropeções, para além de

facilitar naturalmente a localização das obras e a consulta dos livros que estão em livre acesso nas estantes.

O edifício tem sofrido obras pontuais de fundo na casa de banho, sobretudo, para desentupir o sistema de esgotos e garantir que não haja entupimentos. Há regularmente operações que visam descalcificar, não sei se é este o termo apropriado, e que garantam que os canos se mantêm limpos e operacionais, evitando situações de entupimento que podem causar inundação.

Entrevistador: Existe nesta Biblioteca um plano de emergência face a desastres?

Dr. Pedro Estácio: Um Plano de emergência não existe. Existe apenas um mapa com a localização de saídas de emergência, mas não existe um plano de emergência. Nunca foi feito. Houve uma tentativa e um estudo há alguns anos atrás com a colaboração do Instituto de Geografia Ordenamento do Território. Talvez há uns quatro/cinco anos, a divisão da Biblioteca foi envolvida nesse estudo, mas era um estudo iminentemente académico que visava a criação e a construção de um plano de emergência, não para a Biblioteca, mas para a Faculdade, incluindo naturalmente a Biblioteca. Mas essa iniciativa, na qual nós colaborámos, deu alguns frutos. Depois não foi continuada e assim não existe um plano de emergência. Não existe porque nunca foi desenvolvido um. Por vezes, esquecemo-nos da necessidade de ter este plano para salvaguardar situações de emergência que possam acontecer. Isso não aconteceu, talvez, porque do ponto de vista da legislação para as entidades públicas desconheço se é obrigatório a existência desse plano. Sei que é obrigatório para as instituições privadas, mas não tenho a certeza que seja obrigatório para as instituições públicas.

Entrevistador: No caso desta Biblioteca se ver confrontada com um desastre natural, acha que a reação e resposta seriam satisfatórias?

Dr. Pedro Estácio: Acho que é imprevisível nós dizermos. Não sei responder a esta questão. Depende naturalmente da natureza da catástrofe, da grandeza da catástrofe. Estamos a lidar com imponderáveis. Não sei se a Biblioteca está muito cheia ou pouco cheia, se há colaboradores a trabalhar ou não, no momento em que se dê essa ocorrência. Há uma série de variáveis que não domino e não posso antecipar se seria uma resposta adequada ou não, ou se teríamos sequer capacidade de resposta. Não sei responder a isso, Andreia. Depende de uma série de fatores. Na certeza, porém, que nunca seria uma resposta concertada, porque não havendo um plano de emergência,

efetivamente não estamos todos alinhados, pensando numa situação que ocorra no momento em que os serviços estão a funcionar e que estão presentes a totalidade ou quase totalidade dos colaboradores. Também não sei responder a isso. Diria que, de certo modo, é relativamente fácil controlar a reação dos colaboradores, na medida em que partilhamos todos o mesmo espaço e que estamos todos perto uns dos outros, com exceção da pessoa que está no atendimento e que está no 2.º piso e que no fundo está separada de nós. Os que estão aqui serão relativamente fáceis de alinhar. Também depende se existe uma voz de comando para alinhar e para dar uma orientação neste ou naquele sentido. Não sei dizer como seria a resposta.

Entrevistador: Na eventualidade de ser elaborado um plano de emergência para esta Biblioteca o Sr. Dr. seria o líder da equipa de emergência. Agradar-lhe-ia assumir essa liderança?

Dr. Pedro Estácio: Não tenho nada contra. Acho que deve assumir a liderança a pessoa que tiver perfil para o fazer. Não tenho problema de assumir essa liderança, assumindo que tenho perfil para o poder fazer, mas considero que na equipa existem outras pessoas com perfil para assumir a liderança. Isso pressupõe que tenho uma ideia do perfil, das competências ou das características de personalidade que um líder de uma equipa deve ter no caso de resposta a uma necessidade não prevista, uma emergência. A capacidade de reação... parece-me evidente que seja alguém que seja capaz de reagir e que seja uma pessoa que suporte relativamente bem o stress e que sabia lidar com situações de stress. Não sabemos de que emergência estamos a falar. Estamos a falar em abstrato. Deverá ser uma pessoa que mobilize meios e pessoas e que tenha uma capacidade, e que conheça bem o plano quando ele existe.

Eu não teria nenhum problema em assumir isso, não por ser o responsável pelo serviço, mas também porque julgo ter perfil para assumir essa responsabilidade, embora não seja a única pessoa na equipa a ter esse perfil.

Entrevistador: Considera que poderia contar com uma boa colaboração de todos os técnicos que aqui trabalham no caso de ser elaborado um plano de emergência? No mesmo sentido, acha que estão conscientes da extrema utilidade da existência de um plano de emergência?

Dr. Pedro Estácio: A colaboração seria total. As pessoas são todas diferentes, reagem de maneira diferente ao perigo. Não tenho dúvida que todas as pessoas colaborariam.

Evidentemente que acho que nem todas reagiriam da mesma maneira. Umas, com certeza, lidariam melhor com o perigo do que outras. Mas que todas colaborariam e que iriam procurar cumprir o que estivesse determinado, disso não tenho dúvida nenhuma. Estou convencido que sim, a grande maioria está convencida da necessidade da existência e da relevância do Plano. Diria que maioritariamente a equipa está consciente da necessidade e utilidade de ter um plano.

Entrevistador: O orçamento atribuído à Biblioteca pode comportar os custos decorrentes de um plano de emergência, o qual torna necessário um conjunto adicional de medidas adequadas?

Dr. Pedro Estácio: neste caso não se coloca do ponto de vista do orçamento atribuído à Biblioteca. Isso é uma questão que é transversal a toda a Faculdade. Essa verba não iria sair do orçamento específico da Biblioteca, iria sair do orçamento global da Faculdade para obras nas suas infraestruturas, quer na Biblioteca, quer em qualquer outro espaço da Faculdade. Sendo uma necessidade premente que decorre do cumprimento da lei, se for o caso, tenho a certeza que esse orçamento seria aprovado.

Entrevistador: Na sua opinião, as saídas de emergência estão devidamente assinaladas e oferecem passagem livre para áreas seguras?

Dr. Pedro Estácio: Passagem livre oferecem sem dúvida. No local estão devidamente assinaladas, parece-me a mim é que, eventualmente, quem não esteja próximo de uma saída de emergência terá dificuldade, e se não estiver atento ao espaço que frequenta com regularidade, porventura poderá passar-lhe despercebido a existência dessas saídas de emergência. Para além da sinalética que está junto à própria saída de emergência, não existe no edifício e nos espaços mais nenhuma sinalética indicativa nesse sentido.

Entrevistador: Já alguma vez foram efetuados nesta Biblioteca simulacros de desastres?

Dr. Pedro Estácio: Nunca foram.

Entrevistador: No caso de haver um fogo nesta Biblioteca, acha que as pessoas que aqui trabalham têm preparação para intervir, antes da chegada dos bombeiros?

Dr. Pedro Estácio: Creio que não. Honestamente, creio que as pessoas sabem da existência dos extintores. Existe um sistema de alarme que podemos acionar e existem nas zonas do depósito aspersores que em caso de emergência atuarão. Não creio que os

colaboradores tenham formação para usar os extintores, pelo menos do ponto de vista da formação dada em contexto de trabalho. Nunca recebemos uma formação desta natureza.

Entrevistador: A Biblioteca está equipada com portas corta-fogo?

Dr. Pedro Estácio: Está equipada com portas corta-fogo em determinadas zonas do edifício que são estratégicas. Por exemplo, todas as zonas de acesso da sala de Leitura aos corredores de saída de emergência estão com portas corta-fogo. O que significa que ao passar a porta, em caso de incêndio, o fogo não passaria para as zonas de evacuação.

Entrevistador: Essas portas só abrem em caso de emergência?

Dr. Pedro Estácio: Estas portas são desbloqueadas automaticamente em caso de emergência. Há outras portas corta-fogo que estão localizadas noutras zonas do edifício, nomeadamente nas zonas do depósito.

Entrevistador: Já foi feita alguma avaliação de riscos para esta Biblioteca?

Dr. Pedro Estácio: Que tenha conhecimento, não.

Entrevistador: Qual o desastre que poderia causar mais danos às coleções desta biblioteca?

Dr. Pedro Estácio: Eu diria que são de duas naturezas, o fogo com certeza e a água. Uma grande inundação ou um grande incêndio.

Entrevistador: A biblioteca está equipada com detetores de fumo e monóxido de carbono?

Dr. Pedro Estácio: Sim

Entrevistador: E no que diz respeito a detetores de água?

Dr. Pedro Estácio: Detetores de água, creio que não terá.

Entrevistador: Esta Biblioteca está equipada com desumidificadores?

Dr. Pedro Estácio: Temos desumidificadores e também temos o cuidado de controlar a temperatura e a humidade. Até temos no caso dos depósitos, uma medição da intensidade da luz.

Entrevistador: Existe algum contrato com uma firma de desinfestações de modo a virem a fazer desinfestações regulares?

Dr. Pedro Estácio: Existe um contrato com uma firma de desinfestações. É feito pelo menos um expurgo anual, por altura do início da Primavera. Pontualmente, e em caso de necessidade, se detetarmos....porque temos também armadilhas para detetar a existência de insetos de vária natureza, mas nomeadamente bibliófagos, que são os que nos preocupam mais, e também existem armadilhas para detetar a existência de roedores. Se detetarmos a presença ou de bibliófagos ou de roedores, também acionamos esse contrato.

São feitas as intervenções tantas e necessárias até resolver o problema no âmbito do contrato que existe.

Entrevistador: Quando a Biblioteca está encerrada existe algum segurança no interior da biblioteca que possa dar imediatamente o alarme caso algo aconteça?

Dr. Pedro Estácio: Não. Na realidade cessa funções no edifício às 22 horas. E depois entre as 22 e as 7.30/8 da manhã não existe presença de segurança no edifício. Embora estejam ligados os alarmes, as câmaras de vigilância, mas não existe presença humana.

Entrevistador: Sabendo que uma boa prevenção é essencial para fazer face a desastres, quais seriam as alterações que faria nesta biblioteca?

Dr. Pedro Estácio: A primeira questão que deveríamos considerar é a elaboração de um plano de emergência, para fazer face a um conjunto de catástrofes que pudessem ser previsíveis, e que hipoteticamente pudessem ocorrer, e nesse sentido dar de imediato formação às pessoas. Na impossibilidade de ter isto em simultâneo, eu talvez fizesse a seguinte proposta... de com os meios que temos atualmente e partindo deles, dotar a equipa das competências necessárias para saber usar os meios que temos neste momento e que devemos acionar em caso de catástrofe. Mas parece-me evidente que o que fará sentido será construir um plano de emergência e dar formação às pessoas na utilização dos meios de combate, por exemplo a incêndio, nos casos dos extintores. Claro, sendo que o plano de emergência é muito mais que isso. Mas eu diria que Plano e formação adequada.

Entrevistador: Existe alguma lista de prioridades quanto às coleções a proteger e a salvar?

Dr. Pedro Estácio: Existe. Esse problema está por natureza um bocadinho resolvido, até pela forma como nós fizemos a distribuição do acervo nos nossos espaços. Existe uma área de depósito que é o depósito dos reservados onde estão salvaguardadas as

coleções mais importantes. O acervo mais valioso está guardado em zonas onde existem, não só sistemas de alarme, como estão protegidos por várias portas corta-fogo. Bem, é verdade que se um dia ocorresse dentro desses espaços, perder-se-ia tudo, porque isso está concentrado.

Entrevistador: E aí também se podem encontrar itens únicos?

Dr. Pedro Estácio: Sim, esse espaço é para obras que são raras e antigas. No fundo aquelas que têm maior valor patrimonial.

Entrevistador: Mas não há nenhum plano especial?

Dr. Pedro Estácio: Não, houve o cuidado de as salvaguardar numa zona de acesso restrito e com a garantia que estão de tal maneira blindadas que só muito dificilmente poderia ocorrer uma catástrofe. Fala-se de certo modo de um *bunker*, não tem janelas, não tem quaisquer outras entradas, para além de uma única entrada que é controlada por uma porta corta-fogo. É uma zona enterrada, muito dificilmente acontecia algo lá dentro, só se o desastre ocorresse lá dentro. Partindo do pressuposto que não há materiais combustíveis, no sentido de se desfazerem pela sua composição ou possam libertar gases que possam iniciar um incêndio, não me parece que isso seja provável. Isso foi acautelado propositadamente. Mas é o único caso em que isso acontece e isso não salvaguarda a totalidade do acervo da Biblioteca. É uma pequena parte do acervo, com certeza muito valiosa, única, mas não salvaguarda a totalidade do acervo. E não significa que outros documentos com valor não possam estar em outras zonas do edifício. Porventura serão documentos menos valiosos do que esses, mas igualmente com valor que estão em outras zonas do edifício e dos depósitos. Eu diria, ainda assim, que de um modo geral, no que diz respeito aos depósitos, essa questão está relativamente bem salvaguardada. A maior parte dessas salas têm todas portas corta-fogo. O acesso é feito, com três únicas exceções, através de portas corta-fogo. Têm outros problemas. São salas que têm vidros e, portanto, algumas delas, ao contrário daquela onde está o livro antigo, há salas que tem vidros, ou seja abertura para o exterior que pode configurar uma situação complicada em caso de ocorrência de uma catástrofe no exterior do edifício. Pode haver perigo, desse ponto de vista.

Entrevistador: A Biblioteca está coberta por algum tipo de seguro? Pode revelar quais as coberturas?

Dr. Pedro Estácio: Está coberta pelo mesmo seguro que cobre a Faculdade. A Biblioteca creio que não tem um seguro especificamente para ela.

Existirá certamente um seguro, penso, mas desconheço na realidade, não sei responder a essa pergunta. A existir um seguro, ele existe para toda a Faculdade e a Biblioteca estará englobada, não existe um seguro específico para a Biblioteca.

Entrevistador: Obrigada.

4. Relatório sucinto, feito a partir das notas tiradas durante o período de observação

- Observação das saídas de emergência e caminhos de evacuação (imagem de caminho de evacuação que acaba numa grande fechada a cadeado)
- Constatação de obstáculos que dificultam uma evacuação rápida (imagens)
- Observação de plantas de emergência e da falta de alguma informação (imagens)
- Verificação da validade dos diversos extintores e das instruções de utilização (imagens)
- Observação das placas de sinalização e constatação de uma deficiente iluminação das mesmas (imagens)
- Verificação de entrada de água do exterior através de uma porta de emergência (imagens)

5. Ações de Formação

Um Plano de Emergência só será exequível se todos os colaboradores possuírem formação na área de segurança de modo a serem capazes de executar os procedimentos de emergência.

As ações de formação devem incluir instruções básicas de utilização dos meios de primeira intervenção contra incêndios e também noções de primeiros socorros.

Entende-se por primeiros socorros o conjunto de gestos que perante uma situação de acidente ou doença súbita, permitem estabilizar ou melhorar a condição das vítimas até à chegada de socorro especializado.

São objetivos gerais dos primeiros socorros conseguir reconhecer e identificar situações de emergência perante vítima de doença ou trauma, saber reconhecer e identificar critérios de gravidade e adquirir conhecimentos básicos que permitam agir de imediato.

Entre outras situações, os formandos deverão aprender a lidar com as lesões mais graves de origem traumática, saber imobilizar uma suspeita de fratura, saber estancar uma hemorragia e prestar todas as operações de suporte básico de vida. Em caso de queimaduras, terão de saber como aliviar a dor, prevenir a infeção, o choque e a hipotermia.

Os elementos que façam parte da Equipa de Emergência deverão ter uma formação específica quanto os procedimentos em caso de emissão do alerta e evacuação.

As ações de formação deverão ser realizadas periodicamente.

6. Exemplo de Simulacro de Incêndio

São vários os cenários que podem ser testados, mas sendo os incêndios um dos desastres que mais preocupa todos os colaboradores da Biblioteca, o modelo apresentado em seguida tenta simular uma situação de fogo.

Planeamento

Devem ser realizadas reuniões na preparação do simulacro.

Sendo um primeiro exercício, deve dar-se conhecimento antecipado aos ocupantes, sem, contudo, indicar a hora da sua realização.

Direção e Coordenação

O Diretor do exercício é o chefe de equipa

A coordenação do exercício é feita pela Coordenadora de Segurança e das Instalações e os assistentes por ela designados.

Desenvolvimento do exercício

Cenário

Incêndio no piso 2, provocado por curto-circuito no equipamento elétrico, daí resultando dois feridos com queimaduras graves.

Serão todos evacuados para o ponto de encontro

Descrição

- Início da ação - o fumo aciona o sistema automático de incêndio
- A Coordenadora de Segurança e das Instalações comunica a ocorrência ao Corpo dos Bombeiros e INEM e ordena o ataque ao fogo com os extintores.

- Ordena em seguida que as vítimas queimadas sejam retiradas, para o local onde um dos assistentes com formação em primeiros socorros possa iniciar o seu tratamento.
- Devido ao agravar da situação e à dispersão do fumo, a Coordenadora de Segurança e das Instalações ordena a transferência da vítima para o ponto de encontro e manda ativar o alarme sonoro para a evacuação do edifício
- Os chefes de fila e cerra-fila de cada piso asseguram uma evacuação ordeira através das vias que levam às saídas de emergência, e daí para o ponto de encontro
- Os cerra-fila devem assegurar a evacuação total do edifício
- Inicia-se a intervenção do Corpo de Bombeiros
- As vítimas são assistidas e evacuadas pela ambulância do INEM
- É concluída a defumagem pelos elementos do Corpo dos Bombeiros
- Extinção do incêndio e conclusão do simulacro

7. Plano de Emergência para a Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Sumário

Introdução.....	132
Objetivo.....	133
Características das Instalações.....	134
Localização Geográfica e Contactos.....	134
Enquadramento do Edifício e Espaços Livres.....	135
Acessibilidade.....	135
Caracterização de Atividade.....	135
Recenseamento dos Colaboradores.....	135
Período de Funcionamento.....	135
Utilização-tipo da Biblioteca.....	135
Categoria de Risco.....	136
Meios de intervenção contra Incêndios	136
Sistemas de iluminação.....	136
Iluminação de emergência e Segurança.....	136
Sinalização de Segurança.....	136
Meios de alarme e alerta.....	137
Primeiros Socorros	137
Identificação de Fatores de Risco.....	138
Internos.....	138
Externos.....	138
Meios de origem natural.....	138
Estrutura interna de Segurança.....	139

Equipa.....	139
Funções.....	140
Plano de evacuação.....	143
Instruções Gerais de Segurança	146
Utilização dos meios de combate a incêndios.....	150
Regras básicas de primeiros socorros.....	151
Exercícios de treino/simulacros.....	152
Plantas de Emergência.....	153
Meios externos de ajuda.....	153
Reposição da normalidade.....	154

1.Introdução

A elaboração de um Plano de Emergência para o edifício da Biblioteca da FLUL visa formar, informar e habilitar a população desta Biblioteca para, em caso de emergência, poderem ser evitadas ou minimizadas as possíveis consequências de um acidente ou de um desastre.

Este plano inclui uma caracterização das instalações, uma identificação de fatores de risco, um levantamento dos meios existentes de intervenção contra incêndios, a definição da estrutura interna de segurança e também a definição dos procedimentos a seguir em caso de evacuação do edifício.

É importante salientar que todos os colaboradores, e muito particularmente os que fazem parte da estrutura interna de segurança, devem ter conhecimento de toda a informação incluída neste documento, ficando assim habilitados a atuar adequadamente em uma situação de emergência.

O Plano é elaborado com base nos riscos de incêndio, mas contempla também a ocorrência de outras situações de emergência, tais como sismo, inundação, ameaça de bomba ou qualquer outra situação de desastre.

2. Objetivo

O objetivo principal do Plano de Emergência é preparar e organizar os meios existentes, de modo a que, em caso de ocorrência de uma situação de risco, possa ficar garantida a salvaguarda das vidas humanas e do acervo da Biblioteca.

Durante a implementação do Plano de Emergência, existe um contacto diário com a realidade das coleções, incluindo o seu estado de conservação, localização, acondicionamento e armazenamento. No processo de elaboração do plano, torna-se possível melhorar as condições ambientais das espécies bibliográficas existentes, permitindo uma melhor preservação a longo prazo. Para além disso, o plano de Emergência irá contribuir para uma consciencialização de todos os colaboradores da Biblioteca no que diz respeito aos diversos desastres, quer naturais quer de natureza antropogénica, que poderão ameaçar a Biblioteca.

Trata-se de um documento de carácter preventivo e operacional que visa alcançar os seguintes objetivos:

Sensibilizar para a necessidade de adquirir conhecimentos e rotinas de autoproteção;

Conhecer os meios de condições de segurança existentes;

Mobilizar e organizar os recursos humanos, visando a atuação em caso de emergência;

Minimizar as consequências de possíveis acidentes;

Organizar o Plano de evacuação;

Criar procedimentos de rotina, os quais poderão ser testados, através de exercícios de treino de rotinas de emergência.

3. Caracterização das instalações

3.1 Localização Geográfica e contactos

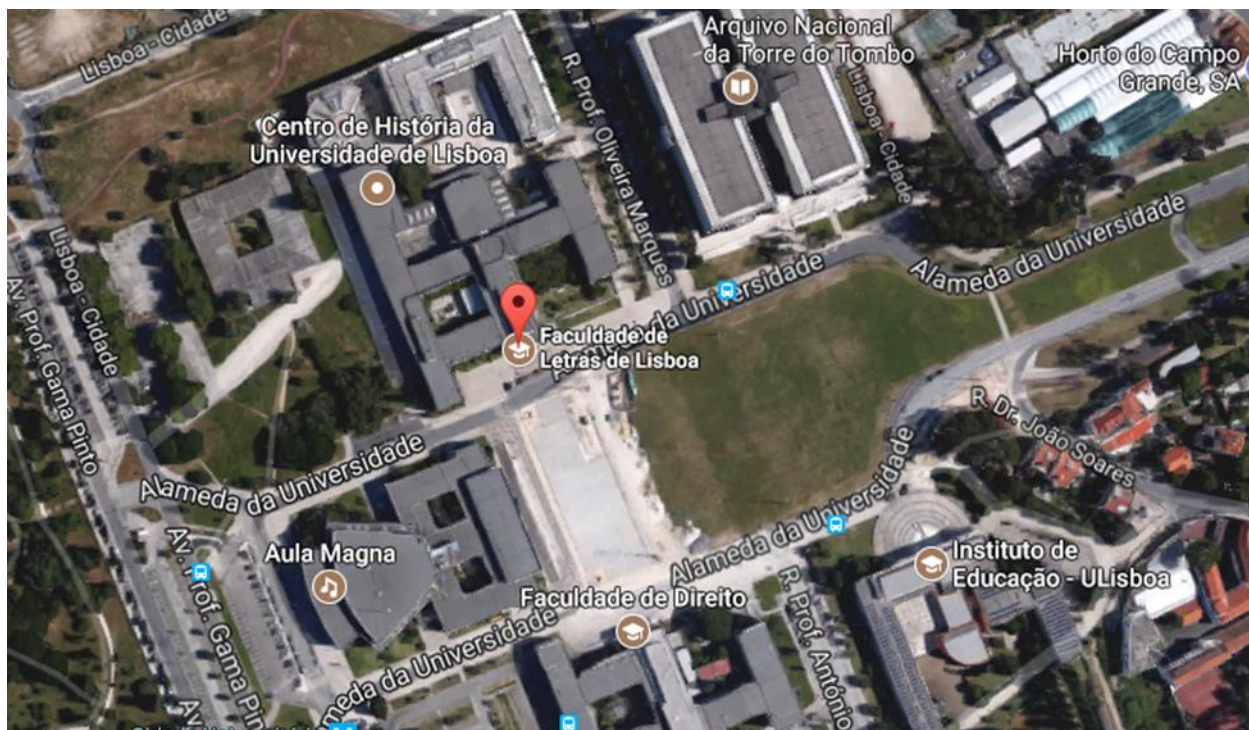


Fig. 25: Localização do edifício da Biblioteca e possíveis acessos dos meios de socorro

Tabela 22: Identificação geral da biblioteca

Designação	Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
Morada	Alameda da Universidade
Código Postal	1600-214 Lisboa
Concelho	Lisboa
Contacto	(351) 217 920 028
Correio eletrónico	bib.informacoes@letras.ulisboa.pt
Site	www.letras.ulisboa.pt/pt/biblioteca

3.2 Enquadramento do Edifício e Espaços livres

O edifício da Biblioteca da FLUL está englobado no *Campus* da Cidade Universitária de Lisboa.

3.3 Acessibilidade

A entrada do edifício é efetuada ou através da Faculdade de Letras ou pela Rua Professor Oliveira Marques.

O acesso para a circulação dos veículos de socorro é também efetuada através desta mesma.

4.Caracterização de Atividade

4.1 Recenseamento dos Colaboradores

A Biblioteca da FLUL conta com 21 colaboradores.

4.2 Período de Funcionamento

O horário de funcionamento da Biblioteca é de segunda-feira a sexta-feira das 9:00 às 20:00, no caso da Sala de Leitura. Os depósitos funcionam também de segunda a sexta-feira entre as 10:30 e entre as 14:00 e 18:30.

4.3 Utilização-tipo da Biblioteca

De acordo com a alínea l) número 1 do artigo n.º 8 do Decreto-Lei n.º 220/2008, (p. 7906), a Biblioteca da FLUL enquadra-se na utilização-tipo XI, «bibliotecas e arquivos».

O tipo XI, «bibliotecas e arquivos», corresponde a edifícios ou partes de edifícios, recebendo ou não público, destinados a arquivo documental, podendo disponibilizar os documentos para consulta ou visualização no próprio local ou não, nomeadamente bibliotecas mediatecas e arquivos».

4.4 Categoria de risco

De acordo com o Decreto-Lei n.º 220/2008, n.º 1, artigo 12.º, a Biblioteca da FLUL pertence à terceira categoria de risco, como se pode ver pela tabela seguinte.

Tabela 23: Categoria de risco da utilização-tipo XI

Categorias de risco da utilização-tipo XI «Bibliotecas e arquivos»				
Categoria	Critérios referentes à utilização-tipo XI			
	Altura da UT XI	Número de pisos ocupados pela UT XI abaixo do plano de referência	Efectivo da UT XI	Carga de incêndio modificada da UT XI
1. ^a	≤ 9 m	0	≤ 100	≤ 5 000 MJ/m ²
2. ^a	≤ 28 m	≤ 1	≤ 500	≤ 50 000 MJ/m ²
3. ^a	≤ 28 m	≤ 2	≤ 1 500	≤ 150 000 MJ/m ²
4. ^a	> 28 m	> 2	> 1 500	> 150 000 MJ/m ²

5. Meios de intervenção contra incêndios

A Biblioteca dispõe de meios próprios de primeira intervenção. Ao longo do edifício encontram -se instalados extintores de incêndio portáteis dos tipos Pó Polivalente ABC e também alguns de Dióxido de Carbono CO₂. Existem também bocas de incêndio no interior das instalações.

6. Sistemas de Iluminação

6. 1 Iluminação de Emergência e Segurança

A Biblioteca está equipada com blocos autónomos de iluminação de emergência que permite uma visibilidade satisfatória em caso de evacuação.

6.2 Sinalização de Segurança

A Sinalização de segurança é feita através de placas que combinam símbolos, cores e sinais luminosos.

7. Meios de alarme e alerta

O edifício da Biblioteca da FLUL está equipado com Sistema Automático de Detecção de Incêndios (SADI), que fará com que o alerta dos detetores de fumo e monóxido de carbono ou ativação de qualquer botoneira de alarme desencadeie o alarme geral.

7.1 Primeiros Socorros

Para além de meios humanos com formação adequada em primeiros socorros, a Biblioteca deverá também possuir meios materiais que possibilitem um socorro às vítimas antes da chegada de ajuda externa.

É essencial existir uma caixa de primeiros socorros num local que seja do conhecimento de todos os colaboradores. Esta caixa deverá incluir o seguinte material:

Uma embalagem de soro fisiológico;

Uma solução antisséptica para feridas;

Compressas esterilizadas de vários tamanhos;

Pensos rápidos;

Agrafos autocolantes;

Ligaduras de pano;

Luvas descartáveis;

Tesoura sem ponta;

Pomada para queimaduras;

Máscaras;

Manta térmica;

Pinça;

O conteúdo da caixa de primeiros socorros deverá ser revisto, pelo menos, anualmente, para que seja verificada a validade desse mesmo conteúdo.

8. Identificação de Fatores de Risco

No que diz respeito aos fatores de risco do edifício, podem distinguir-se três tipos de riscos:

Internos – o que decorrem das próprias instalações, dos materiais e equipamentos existentes no edifício e ainda de determinadas atividades desenvolvidas

Externos – os que têm a ver com a localização do edifício. Podem ser de origem social, política e ideológica

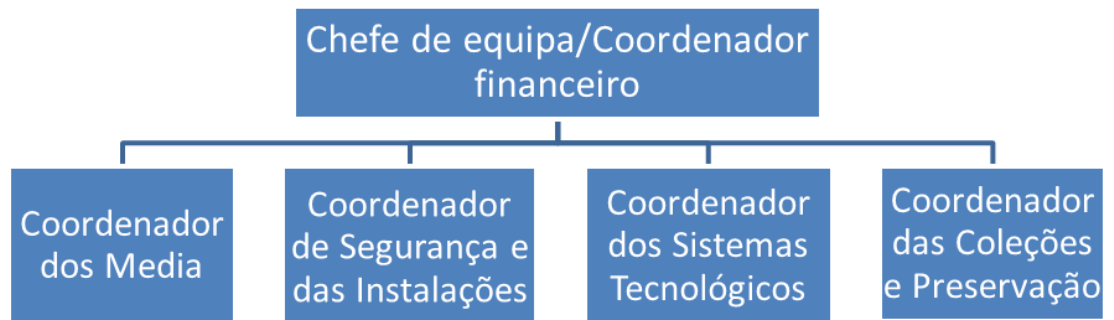
Naturais – Todos os riscos provenientes de causas naturais

Tabela 24: Fatores de risco considerados

Fatores de risco considerados	
Origem	Principal perigo associado
Internos	Incêndio e ou Explosão
	Acidente de Trabalho
Externos	Intrusão/Furto
	Ameaça de Bomba
Naturais	Abalo Sísmico
	Inundação
	Ventos Fortes
	Tempestade

9. Estrutura Interna de Segurança

9.1 Equipa



9.2 Funções

Chefe de equipa/Coordenador Financeiro (Dr. Pedro Estácio Santos)

- Atribuição de funções, dever e responsabilidade aos membros de equipa;
- Organização periódica de reuniões com os restantes membros da equipa ;
- Organização periódica de simulacros;
- Coordenação dos restantes membros da equipa;
- Gestão de assuntos contratuais e financeiros;
- Aprovação de despesas;
- Atualização regular do Plano de Emergência.

Coordenador dos Media (Dra. Isabel Rebolho)

- Informação sobre todos os contactos sobre os restantes membros;
- Comunicação aos outros membros da equipa de qualquer desastre que ocorra fora das horas normais de funcionamento da Biblioteca;
- Comunicação do desastre a todos os Media;

Coordenador de Segurança e das Instalações (Dra. Ana Paula Alexandre)

- Inspeção periódica do edifício de modo a determinar as necessárias reparações;
- Verificação periódica de instalações elétricas e canalizações;
- Apresentação de relatórios periódicos sobre o estado do edifício;
- Conhecimento das instalações físicas da Biblioteca e das suas infraestruturas;

- Conhecimento da localização de todo o equipamento de emergência e sistema de alarme;
- Responsabilidade pelos procedimentos de evacuação da Biblioteca;
- Escolha previa de dois ou três assistentes durante um processo de evacuação da Biblioteca;
- Decisão sobre evacuação total ou parcial de acordo com a gravidade do desastre.

Coordenador dos Sistemas Tecnológicos (Dr. Manuel Moreno)

- Responsabilidade pelo *back-up* periódico de registos e informações eletrónicas;
- Responsabilidade pelo armazenamento de todos os suportes eletrónicos em local alternativo;
- Estabelecimento de uma lista de prioridades para o resgate de informações eletrónicas;
- Reposição dos serviços *online* caso necessário;
- Avaliação dos estragos o equipamento informático, incluindo *software* e dados;
- Avaliação do custo o equipamento informático.

Coordenador das Coleções e Preservação (Dra. Fernanda Santos)

- Responsabilidade pelo treino de funcionários no processo de recuperação dos itens danificados;
- Estabelecimento de prioridades de salvamento;
- Determinação dos tipos de restauração mais adequados aos diferentes tipos de desastres;
- Avaliação de todos os estragos nas coleções;
- Responsabilidade pela escolha de itens a restaurar e a descartar;
- Acompanhamento do trabalho de recuperação com o avaliador de seguros;
- Contato com as entidades que possam eventualmente substituir os itens perdidos.

10. Plano de evacuação

Em situações de emergência, a evacuação das instalações é necessária para garantir a segurança das pessoas e também o bom funcionamento de todas as operações de combate ao desastre. A decisão de evacuação deverá ser tomada, como já referido, pelo Coordenador de Segurança e das Instalações.

Nem sempre será necessária a evacuação total do edifício, podendo por vezes limitar-se ao espaço onde ocorre o desastre. O Coordenador de Segurança e das Instalações deverá escolher um ou mais assistentes para o processo de evacuação.

Visto que o objetivo será uma evacuação sem pânico, rápida e de forma ordeira, é imprescindível que se façam simulacros de evacuação, para que numa situação de emergência real não possa haver hesitações.

Tanto o Coordenador de Segurança e das Instalações, como os seus assistentes deverão ter definido os caminhos de evacuação em direção quer às saídas normais, quer às saídas de emergência. De acordo com o tipo de desastre e do local onde se situa, serão escolhidas as vias de evacuação mais apropriadas. Os assistentes devem situar-se nos considerados pontos críticos, já previamente identificados. São considerados pontos críticos todos os locais de cruzamentos, escadas e saídas para a rua. Será tida em consideração a necessidade de uma assistência especial para idosos e deficientes.

Sempre que possível, deverá ser escolhido entre os colaboradores um “Chefe de fila” que deve conduzir as pessoas até ao ponto de encontro e informar o Coordenador de Segurança e das Instalações de que a evacuação está terminada, e também um “cerra-fila” que deve confirmar se estão todos presentes no ponto de encontro.

Devem também ter sido decididos com antecedência os pontos de encontro ou reunião, para onde devem dirigir-se todos, após abandonarem as instalações. Será escolhido um local amplo e seguro no exterior do edifício, para onde os evacuados devem convergir e permanecer até novas indicações. É importante que se trate de um local onde as pessoas possam estar em segurança, sem serem afetadas pela situação de emergência e onde ao mesmo tempo não interfiram com as operações de socorro.



Figura 26: Ponto de encontro

Todos os responsáveis pela evacuação deveram impedir a passagem por caminhos não seguros, como também controlar as pessoas já evacuadas e que se encontram no ponto de reunião, a fim de assegurar que não regressam ao edifício. Sempre que possível, como já foi referido, deverá proceder-se à comprovação de que a evacuação foi completa.

Todos os caminhos de evacuação deverão estar identificados nas plantas de emergência e sinalizados de forma bem visível, tanto de dia como de noite.

Em resumo, após detetado um desastre, e tendo o Coordenador de Segurança e das Instalações tomado uma decisão de evacuação das instalações, devem ser seguidas as etapas infra:

- Manter a calma;
- Tranquilizar as pessoas de modo a evitar o pânico;
- Orientar o fluxo de evacuados para as saídas através das vias de evacuação em direção ao ponto de reunião já definido;
- Ajudar os idosos e deficientes;
- Impedir a passagem por caminhos não seguros;

- Comprovar a evacuação completa;
- Impedir que já no ponto de encontro, as pessoas não regressem ao interior do edifício.

11. Instruções Gerais de Segurança

Tabela 25 - Instruções gerais

Incêndios	
Prevenção	Não sobrecarregar tomadas de corrente elétrica com vários aparelhos
	Não deixar equipamentos ligados
	Não aproximar fontes de calor a materiais combustíveis ou inflamáveis
	Manter os locais limpos e arrumados
	Desligar os equipamentos e inspecionar o posto de trabalho no final do dia
	Comunicar ao responsável anomalias a nível de instalações elétricas e proteção contra incêndios
	Manter os caminhos e saídas de Evacuação desimpedidos
Durante	Entrar em contacto com o Responsável de Segurança
	Acionar o alarme
	Desligar o quadro elétrico parcial e se houver necessidade o geral
	Utilizar os extintores para o combate ao incêndio
	Se o fumo for denso, baixar-se e gatinhe. Se for possível, molhar um lenço para colocar nas vias respiratórias
	Seguir a sinalização de segurança e dirigir-se para a saída
	Se não for possível sair do local, assinalar a sua presença e aguardar pela equipa de socorro
	Não voltar para trás sem autorização
	Dirigir-se para o ponto de reunião indicado

Inundação	
Prevenção	Verificar periodicamente a impermeabilização da cobertura do Edifício
	Verificar periodicamente a desobstrução dos algerozes
Durante	Cortar a água e a energia elétrica (para evitar curto-circuito)
	Certificar-se de que a água não atingiu os aparelhos elétricos. Se assim for, abster-se de os tocar e estabelecer um perímetro de segurança
	Avisar a Segurança e o serviço responsável do plano de emergência
	Tentar que não haja objetos a obstruir a canalização
	Proceder ao escoamento da água

Sismo	
Prevenção	Manter os locais limpos e arrumados
	Sempre que possível, os móveis devem ser fixados à parede
	Os objetos mais pesados devem estar colocados na parte baixa dos móveis
	Manter os caminhos e saídas de Evacuação desimpedidos
Durante	Afastar-se de janelas, estantes, armários e de objetos pesados que possam cair
	Colocar-se ao lado de objetos robustos e nunca debaixo deles
	Colocar-se debaixo de uma secretária ou mesa de forma a proteger -se de destroços e objetos em queda
	Procurar zonas amplas e com poucos objetos
	Não sair do edifício durante o sismo
	Não se precipitar para as saídas, pois estas poderão estar obstruídas
	Não utilizar e ter atenção especial aos circuitos elétricos
	Não desligar os quadros elétricos
	Ajudar a acalmar outros ocupantes do edifício
	Não permanecer juntos das estruturas mais danificadas
	Verificar se há feridos por perto e prestar os Primeiros Socorros

Ameaça de Bomba

Ao receber uma Ameaça de Bomba:

Durante a chamada telefónica:

Deve manter-se calmo;

Consulte o relógio e aponte a hora exata;

Se possível, grave a chamada;

Ouçã com muita atenção e tome notas, literalmente, de cada palavra que escuta;

Mantenha o interlocutor a falar, solicitando a repetição da mensagem;

Pergunte ao interlocutor sobre a localização do eventual engenho explosivo e o possível momento da sua explosão;

Tente identificar ruídos de fundo tais como; máquinas, música, comboios a passar, ruído de bar, ect., que possam proporcionar indícios sobre a respetiva localização;

Tente identificar características pessoais, tais como:

- Sexo;
- Idade estimada;
- Sotaque/Pronúncia;
- Voz (grossa, suave, alta, baixa, nasal...);
- Fala (rápida, lenta...);
- Comportamento (excitado, calmo, grosseiro, agressivo, emocional...);
- Se a pessoa lhe parecia familiarizada com o Estabelecimento.

Após desligar o telefone:

Mantenha a calma; informe unicamente o Coordenador de Segurança e das Instalações, transmitindo todas as informações recolhidas. Este Coordenador tomará de imediato todas as medidas adequadas.


12. Utilização dos meios de combate a incêndios

7. COMO UTILIZAR UM EXTINTOR

- 
1. Transporte-o na posição vertical, segurando no manípulo
- 
2. Retire o selo ou cavilha de segurança
- 
3. Pressione a alavanca
- 
4. Aproxime-se do foco de incêndio progressiva e cautelosamente.
- 
5. Não avançar enquanto não estiver seguro de que o fogo não o atingirá pelas costas.
- 
6. Dirigir o jacto para a base das chamas.
- 
7. Varrer, devagar, toda a superfície das chamas.
- 
8. Actuar sempre no sentido do vento.
- 
9. Cobrir lentamente toda a superfície das chamas.
- 
10. Dirija o jacto para a base das chamas
- 
11. Em combustíveis líquidos não lançar o jacto com demasiada pressão para evitar que o combustível se espalhe.
- 
12. Terminar apenas depois de se assegurar de que o incêndio não se reacenderá.


Fig:27:Como utilizar um extintor (Fonte: Esta informação foi obtida no *site Slideshare*)

13.Regras básicas de primeiros socorros








www.erc.edu
info@erc.edu

**European
Resuscitation
Council**



CPR
Conselho Português de Ressuscitação
www.cprportugal.net

Suporte Básico de Vida

	<p>→ Está bem? Sente-se bem?</p> <ul style="list-style-type: none"> - Abane a vítima suavemente - Grite por ajuda 	
	<p>→ Se NÃO responde</p> <p>Permeabilize a via aérea A respiração é normal?</p> <ul style="list-style-type: none"> - Incline a cabeça para trás e levante o queixo - Ver - Ouvir - Sentir - Não demore mais de 10 seg. 	<p><i>Se a vítima responde</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Observar regularmente - Pedir ajuda, se necessário
	<p>→ Se a respiração NÃO é normal</p> <p>Ligar 112 30 compressões torácicas</p> <p>Coloque as mãos no centro do torax</p> <p>Permeabilize a via aérea Fazer 2 insuflações</p> <ul style="list-style-type: none"> - Selar os lábios com os da vítima - Soprar em contínuo verificando se o tórax expande - Insuflar de novo quando o torax voltar à posição normal 	<p><i>Se respira normalmente</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Colocar a vítima em Posição Lateral de Segurança (PLS) - Pedir ajuda - Voltar a verificar a respiração
	<p>→ Manter 30 compressões / 2 ventilações até chegar ajuda diferenciada</p>	

Publicado em Março de 2007 pelo Conselho Europeu de Ressuscitação VZW, Drie Eikenstraat 661, 2650 Antwerp, Belgium
 Referência de produto: POSTER-05-BLS-02-01-PT Copyright European Resuscitation Council

Fig. 28: Suporte básico de vida (Fonte: Esta informação foi obtida através do blog em formação em primeiros socorros)

14. Exercícios de Treino/Simulacros

No âmbito de implementação do Plano de Emergência, o treino de rotinas de emergência constitui a última etapa. Devem ser realizados exercícios com o objetivo de testar o plano e de treinar os ocupantes para que todos saibam como atuar em caso de desastre. A finalidade é criar rotinas de comportamento e atuação e aperfeiçoar os procedimentos em causa. Só assim se poderá garantir um nível satisfatório de eficácia dos meios técnicos e humanos intervenientes num cenário real de emergência. Sem a realização de simulacros, não é possível assegurar uma capacidade de resposta adequada, nem é possível detetar eventuais disfuncionamentos.

Os exercícios deverão ser realizados em função dos cenários mais prováveis, de forma tão realista quanto possível.

Os primeiros simulacros deverão ter exercícios mais simples, indo a sua complexidade aumentando com o decorrer das ações.

Qualquer simulacro deve ser comunicado aos intervenientes, podendo não ser rigorosamente estabelecida a data ou a hora. Numa fase inicial, os intervenientes deverão ter um conhecimento do exercício com um grau de incerteza reduzido, e numa fase mais avançada, com um grau de incerteza elevado.

A avaliação do tempo de duração do simulacro é um aspeto fundamental, uma vez que permite concluir se numa situação real os procedimentos definidos são ou não eficazes.

Após cada simulacro, deverá ser produzido um relatório, no qual serão identificados, analisados e avaliados os aspetos mais importantes, principalmente os disfuncionamentos ocorridos

15. Plantas de emergência

As plantas de emergência têm por objetivo orientar, informar e instruir os ocupantes do edifício para os procedimentos a adotar em caso de emergência.

Devem ser consultadas ANTES de uma emergência, devendo por este motivo ser afixadas na entrada dos edifícios, assim como nos locais estratégicos de passagem dos ocupantes, para que possam ser facilmente memorizadas as indicações sobre a localização do utilizador (piso/área), dos equipamentos de combate a incêndio, dos cortes de energia elétrica, dos dispositivos manuais de acionamento do alarme, dos caminhos de evacuação, do ponto de reunião das pessoas após a evacuação, o n.º de telefone de emergência e algumas instruções gerais de segurança.

16. Meios externos de ajuda

Fonte: Os contactos telefónicos que se seguem foram obtidos através da consulta dos seguintes *sites*, INEM, Polícia Judiciária, EDP, Lisboagás, Proteção Civil Lisboa e Bombeiros Voluntários de Lisboa

Tabela 26 - Entidades a contactar em caso de emergência

Entidade	Contacto
Bombeiros voluntários de Lisboa	21 346 0475
Proteção Civil Lisboa	808203232/218170552
Polícia Judiciária	211 967000
INEM	112
EDP (avarias e falhas de eletricidade)	800 506 506
Piquete de emergência/ Lisboagás	800 201 722
Piquete de águas	800 201 600
Falta de água	222 425

17. Reposição da normalidade

Antes de iniciar as operações de recuperação, é essencial conhecer as cláusulas incluídas nas apólices de seguro.

Durante esta fase, o Coordenador das Coleções e Preservação deverá trabalhar em equipa com o Coordenador de Segurança e das Instalações e o Coordenador dos Sistemas Tecnológicos.

Após uma avaliação da extensão dos danos, tanto no edifício como nas coleções e equipamento tecnológico, deverá estabelecer-se uma lista de prioridades, de acordo com a proteção concedida pelas apólices de seguro. Todo este processo de avaliação deverá ser documentado com fotografias dos danos no edifício, equipamentos e coleções. A exatidão das informações ficará assegurada pela existência de data e hora em todas as fotografias. É o momento oportuno para que se faça uma escolha de itens a descartar, de modo a economizar tempo e dinheiro.

Todas estas ações devem ser realizadas com a maior celeridade possível, visto que muitas vezes uma ação não imediata poderá transformar estragos moderados em danos irreparáveis.

A fase de recuperação e reparação será mais ou menos longa conforme a gravidade e extensão do desastre, sendo que em caso de necessidade é aconselhável proporcionar um local alternativo de funcionamento, até que seja possível retornar à normalidade dentro das instalações da Biblioteca.

Acabadas todas as ações de recuperação e reparação deve proceder-se a uma limpeza minuciosa do edifício, para então retornar à normalidade.

Finalmente, o Coordenador da Conservação e Preservação deverá preparar um relatório final sobre os procedimentos de recuperação.